

JEOVANIA SILVA DO CARMO
HUDA DA SILVA SANTIAGO
ANACI CARNEIRO DE SANT'ANA
(ORGANIZADORAS)

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

Diálogos Linguísticos e Filológicos



Universidade do Estado da Bahia - UNEB

José Bites de Carvalho

Reitor

Marcelo Duarte Dantas de Avila

Vice-Reitor

Sandra Regina Soares

Diretora da EDUNEB

Conselho Editorial

Daniilo Gusmão de Quadros

Darcy Ribeiro de Castro

Hugo Saba Pereira Cardoso

Luiz Carlos dos Santos

Maria das Graças de Andrade Leal

Rudval Souza da Silva

Thiago Martins Caldas Prado

Suplentes

Aliger dos Santos Pereira

Gabriela Sousa Rêgo Pimentel

Maristela Casé Costa Cunha

Marluce Alves dos Santos

Mônica Beltrame

Reginaldo Conceição Cerqueira

Valquíria Claudete Machado Borba

Jeovania Silva do Carmo
Huda da Silva Santiago
Anaci Carneiro de Sant'ana
(Organizadoras)

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

Salvador
EDUNEB
2018

© 2018 Autores

Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade do Estado da Bahia.
Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica,
resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional

Impresso no Brasil em 2018.

Ficha Técnica

Coordenação Editorial

Fernanda de Jesus Cerqueira

Coordenação de Design e Capa

Sidney Silva

Revisão Textual e Normalização

Tikinet Edições Ltda

Diagramação

Henrique Rehem Eça

Revisão Textual de Provas

Cristina da Silva Cunha

Revisão de Diagramação de Provas

George Luís Cruz Silva

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecária: Fernanda de Jesus Cerqueira – CRB 162-5

Diálogos linguísticos e filológicos: variação, cultura escrita e léxico/
Organizado por Jeovania Silva do Carmo; Huda da Silva Santiago e
Anaci Carneiro de Sant'ana
– Salvador: Eduneb, 2018.

220 p.: il.

ISBN 978-85-7887-353-0

1. Linguística - Estudo e ensino. 2. Filologia - Estudo. 3. Léxico - Estudo.
I. Carmo, Jeovania Silva do. II. Santiago, Huda da Silva. III. Sant'ana, Anaci
Carneiro de

CDD: 410.7

Editora da Universidade do Estado da Bahia – EDUNEB

Rua Silveira Martins, 2555 – Cabula

41150-000 – Salvador – BA

editora@listas.uneb.br

portal.uneb.br

Esta Editora é filiada a



SUMÁRIO

PREFÁCIO <i>Celina Márcia de Souza Abbade</i>	7
APRESENTAÇÃO <i>As organizadoras</i>	9
A VARIAÇÃO LEXICAL REVELADA NOS DADOS DO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL <i>Marcela Moura Torres Paim</i>	15
COZINHA REGIONAL DO ALGARVE: UM ESTUDO LÉXICO-SEMÂNTICO DO VOCABULÁRIO DE COZINHA <i>Elias de Souza Santos</i> <i>Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz</i>	33
CULTURA ESCRITA E HISTÓRIA SOCIAL LINGUÍSTICA DO BRASIL: NOTÍCIAS DE UM MANUSCRITO BAIANO DOS SÉCULOS XVIII E XIX <i>Adilson Silva de Jesus</i>	51
DE UMA HISTÓRIA SOCIAL DO PORTUGUÊS BRASILEIRO PARA UMA HISTÓRIA SOCIAL LINGUÍSTICA DO BRASIL: CULTURA ESCRITA E POVOS INDÍGENAS NA BAHIA SETECENTISTA <i>Pedro Daniel dos Santos Souza</i>	81
CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O APRENDIZADO DA LINGUAGEM ESCRITA: ANÁLISE DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO SEQUENCIAL - CONFIAS <i>Juciana Santos Cerqueira</i> <i>Vera Pedreira dos Santos Pepe</i>	113
USO VARIÁVEL DO ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE SINTAGMA NOMINAL EM CARTAS DE INÁBEIS: UMA ANÁLISE PRELIMINAR <i>Rosana Carvalho Brito</i> <i>Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda</i> <i>Zenaide de Oliveira Carneiro Novais</i>	135

UMA ABORDAGEM SOCIOLINGÜÍSTICA NA CHAPADA DIAMANTINA: MAPEAMENTO DA CONCORDÂNCIA VERBAL COM PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL NA VARIEDADE RURAL	155
<i>Siméia Daniele Silva do Carmo</i>	
O NÚCLEO DE ESTUDOS DA LÍNGUA PORTUGUESA E OS ESTUDOS SOBRE A FORMAÇÃO DA REALIDADE SOCIOLINGÜÍSTICA BRASILEIRA	185
<i>Silvana Silva de Farias Araujo</i> <i>Zenaide de Oliveira Novais Carneiro</i> <i>Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda</i>	
SOBRE OS AUTORES	215

PREFÁCIO

Sabemos que os estudos linguísticos surgem a partir da Filologia, ciência que estuda a língua em toda sua amplitude. Pensando assim, pesquisadores se reúnem em um livro para dialogar acerca desses estudos, em oito textos que se complementam em uma rede de conhecimentos que permeia diversos aspectos dos estudos linguísticos.

Diálogos linguísticos e filológicos: variação, cultura escrita e léxico, organizado por Jeovania Silva do Carmo, Huda da Silva Santiago e Anaci Carneiro de Sant’Ana, consegue unir textos de pesquisadores de diversas universidades baianas, promovendo diálogos profícuos entre a Filologia e diversas outras áreas dos estudos linguísticos, passeando por estudos lexicais e semânticos, história e aquisição da língua portuguesa, variação e mudança linguística do português e confirmando que as relações entre língua, escrita, léxico, cultura e sociedade estão entrelaçadas e são inegáveis.

Uma coletânea muito útil com textos bem elaborados, que podem ser aproveitados tanto por estudiosos da língua quanto por qualquer um que se interesse ou tenha curiosidade sobre as diversas vertentes dos estudos linguísticos. Escrita leve, fluídica e bem didática. Um livro para ser lido como lazer, pela linguagem clara com que os autores discernem sobre os conteúdos, e como dever, pelas informações científicas que nos proporcionam.

Celina Márcia de Souza Abbade

Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

APRESENTAÇÃO

O desejo que motivou a reunião dos textos apresentados nesta coletânea foi o de dar visibilidade a alguns relevantes estudos que têm sido desenvolvidos, recentemente, na Bahia, sob orientações teóricas diversas, em duas áreas que se inter-relacionam: a Linguística e a Filologia. Os estudos dão notícias das possibilidades do fazer científico nessas áreas e contribuem para compor um panorama das tendências atuais, das vinculações teórico-metodológicas e dos resultados de investigações, além de situar o trabalho de importantes projetos desenvolvidos em universidades baianas, em parceria com outras instituições brasileiras. Desses projetos, são integrantes a maior parte dos autores, como o *Projeto Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB), sob a direção, desde 1996, da saudosa prof.^a dr.^a Suzana Cardoso e da prof.^a dr.^a Jacyra Mota, da Universidade Federal da Bahia (UFBA); o *Programa História Social da Cultura Escrita no Brasil* (Hisculte), coordenado pela prof.^a dr.^a Tânia Lobo, que é vinculado ao *Programa para a História da Língua Portuguesa* (Prohpor), também da UFBA; e alguns projetos que integram o *Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa* (Nelp), criado pelas prof.^{as} dr.^{as} Norma Lucia de Almeida e Zenaide Carneiro na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Os textos que compõem este livro foram apresentados na I Jornada de Estudos Linguísticos e Filológicos, promovida pelo Colegiado de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Estudos Linguísticos e Filológicos do Departamento de Educação, *campus* XIII, da

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que ocorreu nos dias 25 e 26 de maio de 2017. Os trabalhos apresentados e as discussões geradas nas mesas-redondas, comunicações e minicursos provocaram notável interesse por parte dos estudantes de graduação e pós-graduação de diversas universidades baianas, presentes no evento. Por conta disso, acreditamos que esta obra pode consolidar as contribuições da I Jornada, estendendo a um público maior os conhecimentos e reflexões compartilhados pelos pesquisadores.

Os temas abordados, que perpassam pelo léxico, pela cultura escrita – tanto no sentido da construção de uma história das práticas de escrita como na discussão das dificuldades que envolvem o processo de aquisição da escrita – e pelo processo de variação e mudança linguística, contribuem para evidenciar as possibilidades de integração entre o campo da Linguística e o da Filologia, cujas interlocuções são necessárias e desejáveis: seja pelo trabalho de construção de *corpora* para os estudos no âmbito da História Social da Cultura Escrita e da Sociolinguística – que, para conhecer a heterogeneidade da língua, recorre às informações sócio-históricas –, seja por meio da investigação dialetológica no nível lexical, que, geralmente, é vinculado aos estudos da tradição filológica. Essa estreita relação entre Linguística e Filologia é evidenciada por Mattos e Silva na obra *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*, publicada em 2008, em sua proposta de caracterização para o campo da linguística histórica, quando confirma que os *corpora* recuperados pelo trabalho da Filologia, “a ciência do texto”, são indispensáveis às análises linguísticas. Segundo a autora, desde que a Linguística Moderna ganhou espaço no Brasil, a partir da década de 1960, com o retorno dos estudos histórico-diacrônicos, muitos linguistas foram “em busca da relegada filologia” pela via da sociolinguística, do gerativismo e dos funcionalismos.

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

É na perspectiva da Dialetoлогия, logo no primeiro texto, que se apresenta o trabalho “A variação lexical revelada nos dados do Atlas Linguístico do Brasil”, em que Marcela Moura Torres Paim, por meio de dados do Projeto ALiB, analisa a variação semântico-lexical presente na fala de informantes das capitais brasileiras, da “peça do vestuário que as mulheres utilizam para segurar os seios”, cuja denominação mais comum, e considerada pela norma, é “sutiã”. Além de comentar sobre as origens e o desenvolvimento da Dialetoлогия no Brasil, a autora descreve a metodologia utilizada pelo ALiB, assim como as contribuições desse projeto para vários campos, detalhando como estão organizados os volumes iniciais do *Atlas Linguístico do Brasil* (“Introdução” e “Cartas Linguísticas 1”).

No segundo texto, com o título “Cozinha regional do Algarve: um estudo léxico-semântico do vocabulário de cozinha”, Elias de Souza Santos e Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz também investigam o léxico, mas, como é comum aos estudos que se aproximam da perspectiva filológica, utilizam como base teórico-metodológica os pressupostos de Eugenio Coseriu acerca dos campos lexicais. É utilizada como *corpus* a edição de um interessante documento setecentista: um receituário de cozinha conventual português. Os autores mostram parte do vocabulário da cozinha a partir desse documento, distribuindo os microcampos das especiarias, das hortaliças, das ervas aromatizantes e o das generalidades no macrocampo dos condimentos. Esse estudo permite conhecer não apenas uma amostra do vocabulário, mas traços de práticas socioculturais da vida cotidiana da época.

O terceiro e quarto textos inserem-se no campo da História Social da Cultura Escrita e estão vinculados ao Programa Hisculte, da UFBA. São trabalhos que demonstram a importância da prospecção de arquivos, sejam privados ou públicos, para a reconstituição do processo de difusão da escrita no Brasil, da sócio-história linguística

do país. Em “Cultura escrita e História Social Linguística do Brasil: notícias de um manuscrito baiano dos séculos XVIII e XIX”, Adilson Silva de Jesus, após situar o campo da História da Cultura Escrita, mostrando os diálogos possíveis com a Linguística Histórica, apresenta aspectos da edição semidiplomática do Livro de Razão do Campo Seco, um documento colonial do arquivo privado da família Pinheiro Canguçu, no município de Bom Jesus dos Meiras, atualmente Brumado. Manuscritos como esses são raros, dada a dificuldade de localização de documentos desse período em arquivos pessoais, o que torna ainda mais relevante o trabalho de edição filológica para os estudos histórico-linguísticos. Esse manuscrito integra o banco de textos do projeto *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS) da UEFS.

Já em “De uma História Social do português brasileiro para uma História Social Linguística do Brasil: cultura escrita e povos indígenas na Bahia setecentista”, Pedro Daniel dos Santos Souza discute sobre as possíveis formas de apropriação da escrita e de participação no mundo da cultura escrita das populações indígenas no Brasil colonial. Para isso, o autor problematiza a questão da história social linguística do Brasil, considerando que a historiografia do português brasileiro, tradicionalmente, tem dado pouca atenção às línguas autóctones, e dá notícias sobre os novos agentes de letramento nas vilas de indígenas da capitania da Bahia na segunda metade do século XVIII. As fontes utilizadas são provenientes de arquivos públicos, nomeadamente, o Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb) e o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

O processo de aprendizagem da escrita é o tema do quinto texto, de Juciana Santos Cerqueira e Vera Pedreira dos Santos Pepe, intitulado “Consciência fonológica e suas implicações para o aprendizado da linguagem escrita: análise do instrumento de avaliação sequencial – Confias”. Nesse texto, é evidenciada a relação entre a

consciência fonológica e as estratégias da criança para lidar com a palavra escrita, dando ênfase aos casos de dificuldade de aprendizagem da leitura e da escrita. Com a análise minuciosa do Consciência Fonológica Instrumento de Avaliação Sequencial (Confias), esclarece-se a importância de se ter um mecanismo validado para avaliar as habilidades de consciência fonológica. É um trabalho que contribui para a compreensão das causas das dificuldades de aquisição da lectoescrita – que acabam impedindo muitos sujeitos de participarem da cultura escrita – e, conseqüentemente, para provocar reflexões sobre a prática escolar de alfabetização.

Os três textos finais se aproximam bastante, por apresentarem pesquisas em torno do processo de variação sociolinguística do português brasileiro e por terem sido produzidos no âmbito do Nelp, da UEFS – já citado aqui e tema do último texto. Escrito por Rosana Carvalho Brito, Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e Zenaide de Oliveira Carneiro Novais, no sexto texto, “Uso variável do artigo definido diante de sintagma nominal em cartas de inábeis: uma análise preliminar”, as autoras têm a intenção de colaborar para a discussão do uso variável do artigo definido no português brasileiro, já que não há um número significativo de trabalhos sociolinguísticos envolvendo esse fenômeno e muito menos trabalhos que o analisem tendo por base *corpora* de língua escrita. É apresentada a frequência de uso do artigo definido diante de possessivos e antropônimos em um conjunto de cartas pessoais escritas no século XX por redatores com baixa escolaridade.

Em “Uma abordagem sociolinguística na Chapada Diamantina: mapeamento da concordância verbal com primeira pessoa do plural na variedade rural”, Siméia Daniele Silva do Carmo analisa a ocorrência ou não da marcação de plural na primeira pessoa (*nós*/P4) dos verbos presentes em um *corpus* oral constituído por 12 inquéritos pertencentes ao acervo do projeto *A Língua Portuguesa do*

Semiárido Baiano, do Nelp. Esse estudo contribui para o panorama linguístico da realidade do português brasileiro, já que a ausência de concordância com a primeira pessoa do plural é um fenômeno característico do vernáculo popular e grande parte das pesquisas em torno da concordância verbal, no Brasil, é feita com dados do português urbano, centrando-se, principalmente, na variação da terceira pessoa do plural.

No oitavo e último texto, “O Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa e os estudos sobre a formação da realidade sociolinguística brasileira”, escrito por Silvana Silva de Farias Araujo, Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, comenta-se sobre o processo de formação do português brasileiro e os aspectos de sua caracterização atual, além de serem apresentadas algumas contribuições do Nelp para os estudos sobre a formação e a caracterização da realidade sociolinguística brasileira. Atualmente, esse núcleo congrega diversos projetos de pesquisa do Departamento de Letras e Artes da UEFS e o plano de trabalho prevê desde a formação de banco de dados linguísticos até as pesquisas sócio-históricas e análises linguísticas. No texto, as autoras abordam questões sobre três dos projetos que integram o Nelp: “A língua portuguesa do semiárido baiano – fases 1, 2 e 3”; “Vozes do sertão em dados: história, povos e formação do português brasileiro” e “Em busca das raízes do português brasileiro”.

Enfim, com todas essas contribuições, tanto de jovens pesquisadores como de nomes já consolidados nas áreas da Linguística e da Filologia, de diferentes programas de pós-graduação de universidades públicas baianas, esperamos que esta coletânea contribua para divulgar um pouco da produção científica atual, nessas áreas, estimulando novos pesquisadores e colaborando para que outros *diálogos* aconteçam.

As organizadoras

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *campus* XIII/Itaberaba

A VARIAÇÃO LEXICAL REVELADA NOS DADOS DO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL

Marcela Moura Torres Paim

A Dialetoлогия é a parte da Linguística que analisa a língua, na oralidade, do ponto de vista geográfico. Essa ciência registra fenômenos linguísticos, esquematizando-os em mapas linguísticos, os quais são reunidos em formato de atlas. Dessa maneira, a pesquisa dialetológica registra as formas alternantes de se dizer o mesmo de uma comunidade, podendo revelar como os aspectos externos à língua influenciam os falares locais, apresentando subsídios para a descrição linguística por meio de um atlas linguístico.

Este texto, de caráter dialetológico, encontra-se na perspectiva de investigação lexical. Assim, analisar-se-á a variação semântico-lexical do item *sutiã*, documentada na fala de informantes das capitais brasileiras com base nos dados do mapa L25, publicado em Cardoso et al. (2014b).

A PEÇA DO VESTUÁRIO QUE AS MULHERES UTILIZAM PARA SEGURAR OS SEIOS

As peças do vestuário podem mudar na sociedade. Essas modificações ocorrem segundo o tempo, o grupo social e o ambiente, revelando uma variação relacionada à multiplicidade das

comunidades humanas existentes. Como o vestuário em si se modifica, o léxico usado para designar o material, o acabamento, as diversas peças e as normas para sua utilização também apresentam uma grande diversidade.

Existem diferentes denominações para a peça do vestuário que as mulheres utilizam para segurar os seios, uma delas é *sutiã* (do francês *soutien*: suporte). Segundo Laver (1993, p. 25), há 100 anos, nos Estados Unidos, Mary Phelps Jacob patenteava o *sutiã*, cujo intuito era acomodar os seios, permitindo modelá-los, disfarçá-los ou evidenciá-los.

O aparecimento do *sutiã* ocorreu, conforme consta acerca da história da peça, por causa de um gesto de rebeldia da jovem novaiorquina Mary Jacobs, a qual se revoltou contra o espartilho apertado que ficava exposto no vestido de noite que acabara de comprar. Com o intuito de resolver seu problema, a jovem, com o auxílio de sua empregada, elaborou uma espécie de porta-seios, usando como material dois lenços, uma fita cor-de-rosa e um cordão. Após fazer cópias dessa peça para as amigas, ela decidiu comercializar a invenção. Contudo, como estava mais interessada no sucesso de sua invenção nas festas do que nas lojas, resolveu vender a patente para os irmãos Warner, que lucraram milhões de dólares com essa peça de roupa.

Vários modelos de *sutiã* entraram em cena a partir de 1935: os bojos com enchimento (para aumentar os seios), os de armação (para deixar os seios mais protuberantes), os de bojos mais fundos e perpontos (para deixar os seios mais pontudos e torneados), os de *nylon* (feitos com almofadas de ar muito finas, para aumentar os seios pequenos). Eram modelos que atendiam a diferentes propósitos da compradora.

As adolescentes, jovens consumidoras, transformaram-se em alvo dos fabricantes nos anos 1960, quando foram lançados modelos

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

mais simples e delicados. Esse novo conceito influenciou toda a linha de *lingerie* dessa época por meio das alças elásticas reguláveis, abolindo os colchetes, que eram usados por dentro das roupas para prender os sutiãs. Com a revolução sexual dos anos 1960 e 1970, as mulheres se permitiram não usar mais a peça, último símbolo de repressão após os apertados espartilhos.

Em 1968, algumas feministas queimaram seus sutiãs em frente ao Senado, em Washington, nos Estados Unidos. Nessa época, a moda era seios pequenos, e tal tendência levou à criação de sutiãs leves e transparentes, dando a impressão de nudez. A última grande mudança no conceito dessa vestimenta foi o *outwear*, utilizado não como roupa interna, mas sob a forma de bustiês e corpetes como roupas de sair.

Atualmente, os sutiãs conseguiram atingir um nível de sofisticação, qualidade e conforto que possibilita às mulheres levantar, aumentar, aproximar ou separar os seios apenas usando o modelo certo. Tal feito é possível por causa do surgimento da *lycra*, das microfibras e de outros novos tecidos, como rendas e algodões elásticos, cores e estampas.

O PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL

O interesse pelos estudos dialetais, no Brasil, presente entre os filólogos e linguistas da primeira metade do século XX, sensibilizou o governo brasileiro, levando-o a se manifestar favorável à realização de um atlas linguístico do Brasil, como expresso no Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952 (BRASIL, 1952, grifo nosso), que assim reza no seu §3º:

A Comissão de Filologia promoverá pesquisas em todo o vasto campo de filologia portuguesa-fonologia, morfológicas, sintáticas, léxicas, etimológicas, métricas, onomatológicas, dialetológicas bibliográficas,

históricas, literárias, problemas de texto, de fontes, de Autoria, de influências, *sendo sua finalidade principal a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil.*

Razões de variada ordem impediram a realização desse desejo dos linguistas brasileiros, nada obstante a determinação governamental. Passados cerca de cinquenta anos, a ideia foi retomada a) pela urgência de descrever o português brasileiro antes que se percam dados e fatos capazes de esclarecer aspectos da história linguística do país; e b) pelo papel relevante que, no momento, a Geografia Linguística vinha assumindo nos estudos linguísticos.

Concebe-se, para a concretização do desiderato, o Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), cujas bases se lançam no seminário Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil, que contou com a participação de representativo número de pesquisadores brasileiros da área e com a presença do prof. dr. Michel Contini, do Centre de Dialectologie de Grenoble, diretor do *Atlas linguistique Roman* e membro do Comitê Diretor do *Atlas linguarum Europae*.

O Projeto ALiB, na sua essência um projeto linguístico porque busca documentar, descrever e interpretar a realidade do português brasileiro, tem, exatamente por esse caráter, evidente interface com diferentes ramos do conhecimento organizado, decorrente do fato de que a história de uma língua é a história do próprio povo que a fala.

Esse caráter de que se reveste o Projeto ALiB tem duas evidentes implicações: por um lado, inspira e fundamenta a sua concepção na pluralidade do conhecimento; por outro, permite que, dos resultados que venha a oferecer, se beneficie amplo espectro das ciências na atualidade.

No que se refere ao primeiro dos aspectos, a concepção do projeto conduziu a que se recorresse a diferentes campos do

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

conhecimento. A definição da rede de pontos para levantamento de dados requereu aprofundado conhecimento nos campos da História, da Antropologia, da Demografia, da Geografia (física, humana e política), sobretudo dos estudos culturais, da economia de cada região, do desenvolvimento social e político e do aspecto religioso. A seleção de localidades reflete não apenas o interesse linguístico, mas o perfil sócio-histórico das zonas a serem mapeadas e, se por um lado é um indicador de importância para a visão de língua, por outro, encerra relevante feixe de correlações sócio-histórico-culturais. No tocante à seleção de informantes a serem documentados, fez-se necessário um estudo da formação demográfica do Brasil, da constituição da sociedade e dos aspectos sociológicos e antropológicos que marcam a composição da população brasileira, a que se acrescenta um conhecimento da realidade social na qual se inserem os entrevistados. Isso levou a que se buscasse harmonizar diferentes variáveis sociais – como idade, sexo e escolaridade – para que se pudesse obter uma amostra linguística representativa da realidade do país. O Projeto ALiB nasce, assim, profundamente correlacionado a outros ramos do conhecimento científico.

Integra o projeto um conjunto de 14 instituições brasileiras, articuladas mediante convênio que entre si firmaram a Universidade Federal da Bahia, a Universidade Federal do Ceará, a Fundação Universidade do Rio Grande do Norte, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Estadual de Londrina, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a Universidade Federal da Paraíba, a Universidade Federal do Maranhão, a Universidade Estadual do Ceará, o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, a Universidade Federal do Pará, a Universidade Federal de Ouro Preto, a Universidade Federal do Piauí e a Universidade Federal de Santa Catarina.

Atualmente, a coordenação do Projeto ALiB está sob a responsabilidade de um comitê nacional, constituído por 13 membros, assim estruturado: diretora-presidente: Jacyra Andrade Mota (Universidade Federal da Bahia); diretora executiva: Silvana Soares Costa Ribeiro (Universidade Federal da Bahia); diretores científicos: Abdelhak Razky (Universidade Federal do Pará), Aparecida Negri Isquerdo (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), Conceição Maria de Araújo (Universidade Federal do Maranhão), Fabiane Cristina Altino (Universidade Estadual de Londrina), Maria do Socorro Silva de Aragão (Universidade Federal da Paraíba/Federal do Ceará), Marilucia Barros de Oliveira (Universidade Federal do Pará), Regiane Coelho Pereira Reis (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), Felício Wessling Margotti (Universidade Federal de Santa Catarina), Marcela Moura Torres Paim (Universidade Federal da Bahia), Valter Pereira Romano (Universidade Federal de Lavras) e Vanderci de Andrade Aguilera (Universidade Estadual de Londrina).

A determinação do tipo de informante que deverá fornecer as amostras de fala para a constituição do *corpus* do Projeto ALiB leva em conta a decisão metodológica de se contemplarem dimensões sociais – diasssexual, diageracional e diastrática – ao lado da diatópica, afastando-se, portanto, do perfil que Chambers e Trudgill (1994, p. 57) identificam como NORM (*nonmobile, older, ruralmale*), e inserindo-se na metodologia contemporânea da Geolinguística Pluridimensional.

Desse modo, os informantes, em número de quatro em cada ponto – exceto nas capitais de estado, nas quais serão inquiridos oito informantes –, distribuem-se igualmente pelos dois sexos em cada localidade, perfazendo um total de 550 homens e 55 mulheres, possibilitando a análise da variação diasssexual.

Para a apreensão da variação diageracional, os informantes são de duas faixas etárias: uma mais jovem, de 18 a 30 anos, e uma

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

mais velha, de 50 a 65 anos. Do ponto de vista da variação estrática, incluem-se nas capitais de estado informantes de dois níveis de escolaridade: quatro com curso fundamental incompleto – como nas demais localidades – e quatro com nível de escolarização universitário.

Como é norma em trabalhos de natureza geolinguística, os 1.100 informantes devem ser naturais da localidade e filhos de pessoas naturais da mesma área linguística. Não devem ter se afastado da localidade por períodos muito longos e contínuos; e esses períodos de afastamento não podem coincidir com os primeiros anos de vida do indivíduo (fase de aquisição da linguagem) nem com os anos imediatamente anteriores àquele em que se realiza o inquérito.

Com essa fundamentação, o Projeto ALiB oferece, pela própria natureza dos dados que se propõe reunir, ampla interface com outros ramos das ciências, o que lhe assegura o caráter multi e interdisciplinar, como se procura, a seguir, ilustrar, ainda que não de forma exaustiva.

No que concerne ao tipo de recolha previsto, os dados vão evidenciar diferentes formas de comportamento linguístico correlacionadas ao tipo de discurso. A postura linguística que assume o falante, a depender da natureza da sua elocução, oferece aos estudos nos campos da Psicologia e da Sociologia vasto material de análise para o conhecimento do comportamento humano. As respostas não dadas e as restrições que muitas vezes ficam claras na fala dos informantes, bem como o recurso a metáforas e a circunlóquios, permitem reflexões no campo dos estudos culturais em geral, que evidenciam tabus existentes, construídos no curso da História e motivados por impulsos diferenciados.

O conjunto de dados que um atlas linguístico espelha, na sua amplitude maior, pode: a) mostrar coordenadas seguidas no povoamento do país, desfazendo dúvidas sobre roteiros de penetração ou oferecendo elementos comprobatórios de levadas de povoamento

fixadas nesses locais ou que por eles transitaram; b) assinalar o papel de acidentes geográficos na difusão de hábitos linguísticos – como se pode ver examinando, por exemplo, o papel dos rios – ou no isolamento de fenômenos que se detêm por trás de montanhas ou incrustados em vales; c) fornecer elementos específicos para estudos pontuais como no campo da Medicina, mostrando nomes de doenças, diagnósticos e curas que estão na sabedoria popular e que afloram em perguntas nessa direção, ou no campo da Geologia, com a caracterização e as denominações para tipos de terreno, por exemplo, ou ainda na forma de designar os elementos do mundo biossocial, vasto campo para os psicanalistas. É altamente significativa a relação do Projeto ALiB com a educação, cujos resultados propiciarão um melhor equacionamento do ensino-aprendizagem à realidade de cada região, uma vez que, descritas as peculiaridades de cada área e caracterizada a variedade de uso da língua ali dominante, pode-se construir um modelo de ensino do vernáculo mais eficaz.

A esses aspectos relacionados, com os quais não se pretendeu esgotar a indicação das possibilidades de interdisciplinaridade do projeto, mister se faz destacar o que advém de um atlas para os estudos linguísticos especificamente nos seus diferentes campos – semântica, lexicologia, sintaxe, morfologia, fonética/fonologia, pragmática e discurso.

A implantação do Projeto ALiB, em 1996, propiciou a discussão da metodologia relativa aos trabalhos de natureza geolinguística e à elaboração de instrumentos de trabalho adequados às necessidades de coleta de dados empíricos, fatos tão importantes ao desenvolvimento da Geolinguística no Brasil que já se pode interpretar o Projeto ALiB como marco de uma nova fase na Dialetoologia brasileira – a quarta, caso se admitam as três fases anteriormente propostas por Cardoso e Ferreira (1994).

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

Em vista disso, pode-se considerar como transferência de tecnologia, na área da pesquisa geolinguística, o aproveitamento das discussões metodológicas ocorridas em reuniões e *workshops* nacionais e regionais, em palestras e em minicursos ministrados pelos pesquisadores que integram a equipe do Projeto ALiB.

Entre os pontos que podem ser arrolados como de transferência de tecnologia, destacam-se estes:

- a) Questionário linguístico: o questionário linguístico do ALiB, pela sua amplitude em relação aos diversos níveis de estudo da língua, tem servido de base para a elaboração de questionários específicos, em pesquisas diversas, para trabalhos de pós-graduação e para a realização de atlas linguísticos regionais.
- b) A implementação de atlas regionais, com o conseqüente crescimento de grupos de pesquisa na área da Dialectologia e o aumento do número de trabalhos de pós-graduação sobre aspectos da Dialectologia brasileira.

O resultado imediatamente esperado do Projeto ALiB é, evidentemente, a produção do próprio atlas, cujos volumes iniciais, *Introdução e Cartas linguísticas 1*, foram publicados em 2014.

VOLUME 1 – INTRODUÇÃO

O volume 1, com 212 páginas, apresenta a trajetória do Projeto ALiB e descreve os passos metodológicos seguidos. Agregam-se a essa parte a reprodução dos instrumentos metodológicos utilizados e os apêndices que complementam a informação.

Dos instrumentos metodológicos figuram:

- os questionários linguísticos, apresentados na sua versão inicial, uma vez que, no curso da pesquisa, algumas alterações ditas pela experiência em campo foram processadas;

- as fichas de anotação de dados da localidade e do informante; e

- o quadro de controle de respostas, instrumento que permitia ao auxiliar de pesquisa, marcando as respostas não obtidas, avaliar, de imediato, o rendimento daquele inquirido em função do percentual de respostas dadas, e assim poder o inquiridor validá-lo ou não, porque se tinha estabelecido um teto percentual a partir do qual não se teriam os elementos representativos da localidade.

Nos apêndices estão a rede de pontos, a lista de pesquisadores do ALiB, a lista de inquiridores e de auxiliares e a relação de bolsistas de iniciação científica e de apoio técnico, vinculados a diferentes programas oficiais de financiamento da pesquisa.

VOLUME 2 – CARTAS LINGUÍSTICAS 1

O volume 2 apresenta, nas suas 368 páginas, um primeiro conjunto de cartas linguísticas que contempla resultados relativos às capitais de estado, nos campos da fonética, do léxico e da morfossintaxe, trazendo, em alguns casos, além da visão diatópica, enfoques diageracional, diassexual e diastrático.

De forma introdutória, figuram dez cartas que fornecem dados de caráter geral sobre aspectos políticos e geográficos do país, com detalhamento das regiões geográficas, nas quais identificam-se os pontos da rede em cada uma delas. A estas seguem-se as cartas linguísticas, propriamente ditas:

- cartas fonéticas que abordam seis fatos descritos e analisados num conjunto de 46 cartas;

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

– cartas semântico-lexicais, prioritariamente onomasiológicas, mas incluindo duas cartas semasiológicas, num total de 106 cartas que contemplam oito das 14 áreas semânticas constantes do questionário semântico-lexical e focalizam os dados numa perspectiva geral – cartas diatópicas gerais – e com indicação por região – cartas diatópicas regionais;

– cartas morfossintáticas, em número de sete, com dados referentes à flexão de número e de gênero, à distribuição dos pronomes de tratamento e à utilização do verbo *ter* com valor existencial.

A maioria das cartas está acompanhada de notas que trazem comentários dos informantes e manifestações do inquiridor ou do responsável pela elaboração da carta, com vistas a elucidar aspectos considerados relevantes.

ANÁLISE DOS DADOS

Com o intuito de refletir sobre as denominações para essa peça do vestuário feminino nas capitais brasileiras, realizou-se o mapeamento dos usos a partir do exame do mapa do ALiB que registra as respostas à questão 188 – *Como se chama a peça do vestuário que serve para segurar os seios?* –, que consta do questionário semântico-lexical utilizado no projeto.

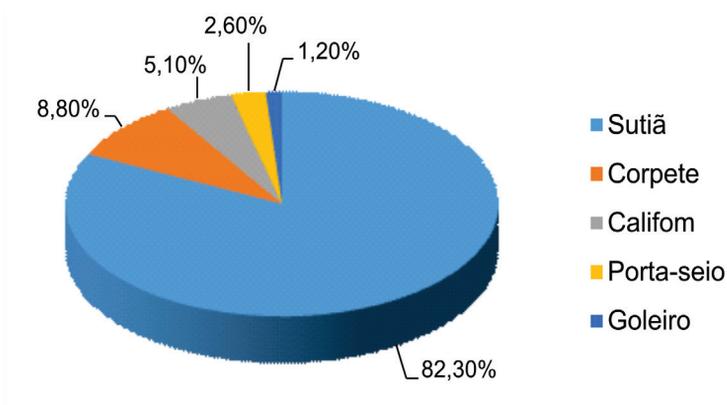
Figura 1 – Denominações para a *peça do vestuário que serve para segurar os seios nas capitais do Brasil*



Fonte: Cardoso et al. (2014b).

Para as respostas da questão 188, observa-se a ocorrência da variante *sutiã* (82,30%), seguida por *corpete* (8,80%), *califom* (5,10%), *porta-seio* (2,60%) e, em menor produtividade, *goleiro* (1,20%), conforme se visualiza na Figura 2.

Figura 2 – Produtividade geral das variantes lexicais para a *peça do vestuário que serve para segurar os seios* a partir dos dados das capitais



Fonte: Cardoso et al. (2014b).

A análise das denominações para *sutiã* nas capitais brasileiras revelou que, depois da variante considerada pela norma, *sutiã*, a variante *corpete* é a mais produzida, estando presente nas capitais de diferentes regiões do país: Teresina (PI), Fortaleza (CE), Natal (RN), Recife (PE), Maceió (AL), Porto Alegre (RS), Rio Branco (AC), Manaus (AM), Boa Vista (RR) e Macapá (AP). No que se refere às variáveis sociais, há predominância da faixa etária II e do nível fundamental, mas não há em relação a um sexo.

A variante *califon* concentra-se em cinco capitais do Nordeste: Fortaleza (CE), Natal (RN), João Pessoa (PB), Recife (PE) e Aracaju (SE). Em relação aos fatores sociais, os dados demonstram que *califon* predomina na faixa etária II e não há predominância em relação a um sexo específico nem ao nível de escolaridade. É interessante mencionar que, do ponto de vista etimológico, o referido item consta no *Dicionário Houaiss de língua portuguesa* (HOUAISS; VILLAR, 2009) como um regionalismo do Nordeste do Brasil

que veio do francês (à) *califourchon*, que significa atitude indecisa em português.

A denominação *porta-seio* está presente em algumas capitais de quatro regiões brasileiras: Belém (PA), Natal (RN), Recife (PE), Vitória (ES) e Porto Alegre (RS). Essa variante tem predominância na faixa II, mas não em relação a um sexo; apresenta leve preferência para os informantes de nível superior.

A variante menos produzida, *goleiro*, está em Teresina (PI), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP).

Em relação à pergunta 188 do questionário semântico-lexical, além das respostas cartografadas no mapa, foi registrado um total de 5 ocorrências da denominação *bustiê* para essa peça do vestuário feminino, nas seguintes localidades: São Luís (MA), Manaus (AM), Macapá (AP), Fortaleza (CE) e Boa Vista (RR).

Aos informantes de nível de escolaridade fundamental, o informante 1, de São Luís (faixa etária I, masculino), os informantes 2, de Manaus e de Macapá (faixa etária II, feminino), o informante 6, de Fortaleza (faixa etária II, feminino), e à informante de nível de escolaridade universitário, a informante 6, de Boa Vista (faixa etária I, feminino), registrou-se também *bustiê*, em quatro das ocorrências como segunda resposta, sendo duas delas dadas depois da insistência do inquiridor sobre o conhecimento de outra denominação.

O informante masculino, faixa etária I, de nível de escolaridade fundamental (inf. 1), de São Luís (MA), tendo mencionado como primeira resposta *bustiê*, observou que *sutiã* seria o vocábulo mais utilizado.

A informante feminina, faixa etária I, de nível de escolaridade universitária, de Boa Vista explica:

Diálogos Linguísticos e Filológicos
variação, cultura escrita e léxico

(188)

INQ. – Aquela peça do vestuário que serve pra segurar o peito?

INF. – *Sutiã*

INQ. – Tem outro nome aqui? Que as pessoas usam... outro nome...

INF. – Não, tem as peças de roupa, *top*, ah... *bustiê*... *Sutiã* mesmo.

INQ. – É, o normal é *sutiã*.

(Boa Vista, mulher, faixa etária 1, nível universitário)

A informante feminina, faixa etária I, de nível de escolaridade fundamental, de Macapá, quando perguntada, responde:

(188)

INQ. – Como chama a peça do vestuário que serve para segurar os seios?

INF. – *Sutiã*

INQ. – Tem outro nome por aqui?

INF. – Tem *sutiã*, *bustiê*, né? Só.

(Macapá, mulher, faixa etária 1, nível fundamental)

É importante mencionar, nos dados coletados pelo Projeto ALiB, que a referência às denominações da peça do vestuário que serve para segurar os seios são feitas com uma alusão temporal que denuncia a variação diageracional na língua, como pode ser observado nos seguintes exemplos:

(188)

INF. – *Sutiã*.

INQ. – Chama por outro nome?

INF. – Antigamente eu só chamava, meu pai ainda chamava *porta-seio*.

(Recife, mulher, faixa etária 1, nível universitário)

Pelo discurso demonstrado, visualiza-se a revelação de que no passado as pessoas utilizavam um item lexical diferente, caracterizado por *porta-seio*, vinculado a uma fase anterior de suas vidas. Assim, os informantes denunciam reconhecer que a seleção lexical para a peça que serve para segurar o seio é diferente conforme a faixa etária, pois cita-se pessoa de faixa etária mais avançada – pai – como usuária de maneiras diferentes de se referir a essa peça do vestuário feminino, configurando o uso do *sutiã* na atualidade e de *porta-seio* como a variante de antigamente.

(188)

INQ. – Como é que chama a peça do vestuário que serve pra segurar o peito? Essa peça aqui da mulher que serve pra segurar o peito.

INF. – Ah esse aí é... corpete, né? De primeiro a gente dizia que só usava *corpete*.

(Macapá, mulher, faixa etária 2, nível fundamental)

Os trechos dos inquiridos revelam que no passado o informante reconhece um item lexical diferente, caracterizado por *corpete*, como mostra o exemplo, vinculado a uma fase anterior de sua vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito às denominações que recebe *a peça do vestuário que serve para segurar os seios*, podem-se fazer algumas considerações:

- a) a variante *corpete* é a mais produzida, estando presente nas capitais de diferentes regiões do país: Teresina (PI), Fortaleza (CE), Natal (RN), Recife (PE), Maceió (AL), Porto Alegre (RS), Rio Branco (AC), Manaus (AM), Boa Vista (RR) e Macapá (AP). No que se refere às variáveis sociais, predomina na faixa etária II e no nível fundamental e não há predominância em relação a um sexo;

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

- b) a variante *califom* concentra-se em cinco capitais da região Nordeste: Fortaleza (CE), Natal (RN), João Pessoa (PB), Recife (PE) e Aracaju (SE). Em relação aos fatores sociais, os dados demonstram que *califom* predomina na faixa etária II e não há predominância em relação a um sexo nem ao nível de escolaridade;
- c) a denominação *porta-seio* está presente nas capitais de quatro regiões brasileiras: Belém (PA), Natal (RN), Recife (PE), Vitória (ES) e Porto Alegre (RS). Essa variante predomina na faixa etária II, não há predominância em relação a um sexo e apresenta leve preferência para os informantes de nível superior.

Sabe-se que a própria peça se modificou e os falantes passaram a adquirir nas lojas os novos modelos, já agora denominados *sutiã*, o que, certamente, explica a menor frequência, nos dados atuais, das denominações *califom*, *porta-seio*, *corpete* e *goleiro*.

Por agora, mostrou-se uma variação diageracional nos dados registrados na carta mapa L25. Espera-se, a partir do término do estudo das demais localidades da rede de pontos do *Atlas linguístico do Brasil*, pesquisar o item semântico-lexical *sutiã* nas demais áreas brasileiras, no intuito de aprofundar as questões relacionadas à variação no português brasileiro.

Assim, o trabalho procurou mostrar como as lexias oferecem subsídios para o registro da diversidade da língua portuguesa no Brasil. Não obstante a necessidade de se fazerem outras investigações com vistas ao aprofundamento e, eventualmente, ao redirecionamento de elementos do referencial teórico-metodológico, já é possível observar que a presente abordagem pode trazer um aporte para o estudo do componente semântico-lexical na Dialectologia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952. Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre seu funcionamento. *Diário Oficial da União*, Brasília, seção 1, p. 4665, 22 mar. 1952.

CARDOSO, Suzana et al. *Atlas linguístico do Brasil*. Londrina: Eduel, 2014a. v. 1.

CARDOSO, Suzana et al. *Atlas linguístico do Brasil*. Londrina: Eduel, 2014b. v. 2.

CARDOSO, Suzana; FERREIRA, Carlota. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

CHAMBERS, Jack K.; TRUDGILL, Peter. *La dialectología*. Tradução Carmen Morán González. Madrid: Visor Libros, 1994.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LAYER, James. *A roupa e a moda: uma história concisa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PAIM, Marcela Moura Torres. As variantes para animal sem chifres na Bahia e em Sergipe. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 5, p. 35-51, 2015.

COZINHA REGIONAL DO ALGARVE: UM ESTUDO LÉXICO-SEMÂNTICO DO VOCABULÁRIO DE COZINHA

Elias de Souza Santos
Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz

Realizar estudos sobre o léxico é, sem dúvidas, necessário, pois este é tido como o conjunto do saber vocabular que partilhamos sociolinguística e culturalmente em grupo, permitindo-nos comunicar as mais variadas informações. Dessa maneira, esse arcabouço lexical, historicamente adquirido e utilizado por nós, desenvolve-se de forma espontânea, servindo-nos como meio de comunicação.

Este trabalho tem como objetivo apresentar um estudo estrutural do vocabulário de cozinha presente no receituário conventual português setecentista de fr. Manuel de Santa Teresa. A escolha desse *corpus* se deu por diversos fatores relacionados à sua riqueza sociolinguístico-cultural.

Face a isto, apresentamos um breve panorama sobre a designação de léxico e seu universo de aplicação, seguido de uma guisa de pressupostos teórico-metodológicos acerca dos campos lexicais propostos por Coseriu (1986), sendo essa base teórica que sustenta nosso trabalho.

Partindo dessas premissas, apresentamos a seguir o *corpus* de análise, os delineamentos sobre o léxico e a metodologia coseriana dos campos lexicais, necessária à organização e estruturação do vocabulário de cozinha, o qual propusemos apresentar aqui.

DO CORPUS

O códice 11390 compilado pelo fr. Manuel de Santa Teresa, franciscano do qual nenhuma informação obtivemos, “pertenceu a Domingos Gonçalves Chaves e, mais tarde, a Vítor de Ávila Peres (c. 183-), antes de ter integrado os fundos da Biblioteca Nacional de Portugal, instituição que o adquiriu a Victor Peres, em 1978” (BRAGA, 2015, p. 44).

O códice intitulado *Livro Arte de Cozinha para se governarem os que curiozamente quizerem guizar. Feyto pello frei Manuel de Santa Thereza e oferecido aos irmaos leygoz desta Provincia dos Algarvez para aserto de seu laburiozo exercircio e por espical merce do mesmo autor he do uzo do irmão Theodoro de Santa Anna com todaz as licençaz necessarias em a oficina do mesmo autor que não nega os frutos do seu trabalho maz sim os despênde por timbre de generoso* é um admirável receituário de cozinha que, em sua escrita, apresenta particularidades, dirigido aos irmãos leigos ou companheiros franciscanos da província dos Algarves.

Como assinala Isabel Drumond Braga (2015), esse códice foi escrito por vários amanuenses durante o período setecentista, apresentando vários acréscimos. Ao percorrê-lo, vamos constatando que as receitas obedecem a uma ordem alfabética, embora ao chegarmos ao fólio 146v, após uma série de advertências, o compilador tenha regressado novamente à letra A.

São abundantes os preparados presentes no *corpus*, assim como a variedade de ingredientes utilizados na composição dos

pratos, as ações culinárias, os utensílios, os auxiliares e preparações e as unidades de pesos e medidas.

Vale, por fim, ressaltarmos que o autor do manuscrito não se configurava como um cozinheiro criador, como um artista, artesão ou monarca absoluto de cozinha; este é apenas associado a um confectionista de pratos simples e saborosos, isto é, de pratos comuns, que se repetiam quotidianamente sem se querer inovar. Assim, dizemos que ele foi responsável por difundir, preparar e cumprir sua missão de alimentar a comunidade franciscana, quiçá a comunidade algarvia setecentista.

O códice ora aqui apresentado foi editado em 2015 pela professora da Universidade de Coimbra, Isabel Drumond Braga. Fizemos uso dessa edição para o levantamento e a organização das lexias em seu respectivo macrocampo dos condimentos, dentro do campo lexical de cozinha.

DO LÉXICO

Tendo o léxico como o componente da língua que constitui o objeto nuclear deste trabalho, uma das primeiras questões a ser abordada é aquela que se refere à sua definição e delimitação na literatura linguística. Assim, aquele “[...] constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo” (BIDERMAN, 1998, p. 11). Ao nomear seres e objetos, os indivíduos os qualificam concomitantemente. Desse modo, “[...] a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo” (BIDERMAN, 1998, p. 11). É mister registrar que

[...] desde o princípio de nossa história, tivemos a necessidade de nomear o mundo que nos circunda, [...] dar nomes a tudo o que está a nossa volta, como

plantas, animais, instrumentos de trabalho, entre tantas outras coisas. (MURAKAWA; NADIN, 2013, p. 8).

Como podemos apreciar, os indivíduos caracterizam e nomeiam as coisas que os rodeiam, registrando-as e vinculando-as à cultura. Para Matoré (1953), o léxico das línguas naturais reflete as ideias e os pensamentos dos homens. Contudo, o léxico é um sistema que possui organização interna bastante complexa, em que seus elementos se associam e relacionam entre si, abrangendo a forma e o significado. Em relação ao exposto, Vilela (1995, p. 6) aprofunda o conceito e diz que o léxico

[...] é a parte da língua que primeiramente configura a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico duma comunidade. Avanços e recuos civilizacionais, descobertas e inventos, encontros entre povos e culturas, mitos e crenças, afinal quase tudo, antes de passar para a língua e para a cultura dos povos, tem um nome e esse nome faz parte do léxico. O léxico é o repositório do saber linguístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo.

Com base nisso, o léxico de uma língua mantém estreita relação com a história cultural da comunidade, refletindo os modos de vida, as maneiras como seus integrantes apreendem a realidade e a forma como se organizam no mundo, bem como permite sistematizar os vários aspectos do conhecimento. Assim, Biderman (1981, p. 138) assevera que

[...] o léxico pode ser considerado como o tesouro vocabular de uma determinada língua. Ele inclui a nomenclatura de todos os conceitos linguísticos e não-linguísticos e de todos os referentes do mundo

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

físico e do universo cultural, criado por todas as culturas humanas atuais e do passado.

O léxico compreende uma variedade de signos linguísticos que são empregados tanto nos processos de comunicação oral ou escrita quanto para a absorção e assimilação de conhecimentos que fazem parte de determinada comunidade linguística. O léxico é o ponto de partida que intercepta distintas áreas dos estudos linguísticos. Muitas são as abordagens que se relacionam à multiplicidade que a palavra desponta de suas faces, sejam os arrolamentos realizados nos planos morfológico, discursivo, extralinguístico e histórico, entre outros. No amplo universo de investigação do léxico, a lexicologia privilegia a significação e a aplicação da palavra, abrangendo diversas áreas de formação, tais como a criação e importação de palavras, a morfologia, a sintaxe, a fonologia, a etimologia e, fundamentalmente, a semântica, já que esta ciência, segundo Vilela (1994, p. 10), tem como objeto a relação do léxico com diversos subsistemas da língua, perfazendo caminhos analíticos na estrutura interna deste primeiro, nas suas inter-relações e relações.

Deveras o léxico possui vasta gama de análises, a depender da postura epistemológica que o analista toma como abordagem. As posturas podem operar distintamente em diversos níveis da língua. Estudar o léxico, para Abbade (2006, p. 213), “[...] é enveredar pela história, costumes, hábitos e estrutura de um povo, partindo-se de suas lexias”. Assim, chegamos a um conceito mais abrangente de léxico, aquele que nos permite comunicar as mais variadas informações e que, de tal modo, assim se designa:

Saber partilhado que existe na consciência dos falantes de uma língua, constitui-se no acervo vocabular de um grupo sócio-linguístico-cultural. Na medida em que configura-se como a primeira via de acesso a um

texto, representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade, como também as inovações tecnológicas, transformações sócio-econômicas e políticas ocorridas numa sociedade. (OLIVEIRA; ISQUERDO, 1998, p. 8).

Dito de outra forma, o léxico designa o componente linguístico por meio do qual os membros de uma comunidade se comunicam. Ou seja, é o conjunto de formas léxicas que os falantes armazenam em seu cérebro e que lhes permite acessar informações referentes ao universo linguístico-cultural, visto ser esse o elemento responsável para que os indivíduos apreendam e organizem simbolicamente a realidade que os rodeia. Em prol disso, ele é o aparato da língua que conserva a intrínseca relação com a história cultural da comunidade. Desse modo, o léxico sintetiza a maneira como um grupo vê a realidade que o cerca e a forma como vê e designa as coisas. Ao recortar fatos da realidade, ele também define eventos de cultura.

DA METODOLOGIA COSERIANA

Para os estudos linguísticos, a noção de campo foi algo que revolucionou os estudos semânticos na época moderna. Essa noção, desde a *priori*, veio se opondo a algumas teorias e, em especial, à teoria do campo linguístico que, para Geckeler (1976), as palavras constituíam um todo estruturado, em que uma palavra num conjunto é dependente das demais.

A noção de campo foi ampliada para obedecer à hierarquia e à coordenação que se articulam por entre as palavras. Diante disso, as palavras só adquirem sentido como parte do todo; assim, só se significam dentro do campo, ou seja, para que as lexias sejam entendidas

individualmente é necessário que estejam compreendidas dentro de seu conjunto de campo.

Nas palavras de Abbade (2009, p. 38), o campo léxico

representa uma estrutura, um todo articulado, onde há uma relação de coordenação e hierarquia entre as palavras que são organizadas à maneira de um mosaico: o campo léxico.

Ao abordar essa noção de campo, Abbade (2009) nos diz que as palavras que desempenham determinados campos determinam em sua individualidade seus significados por sua quantificação e situação. As palavras se organizam num campo por uma relação de dependência entre si, ou seja, elas adquirem significado a partir do conjunto, do todo articulado.

Coseriu (1987), a partir de seus estudos, propõe o termo *lexemática* para suprir a designação de lexicologia, pois enfatiza que, para sua perspectiva de análise, o conteúdo lexicológico é o ponto de partida. Ele concebe o objeto da *lexemática* como a significação lexical que, por sua vez, é tida como a que é distinta de outras significações. Para além disso, a significação, concebida como significado da individualidade das palavras, também se afasta das significações sintáticas, ônticas, categoriais, instrumentais e frásicas, que são desprovidas de significação lexical, como os instrumentos gramaticais e os *catagoremas*.

Assim, coube a Coseriu (1987) apresentar uma análise funcional da *lexemática*, na qual há uma hierarquização no tratamento do léxico, em que confere, ao significado lexical, autonomia. Assim, partindo dessa premissa, o autor traça as bases que ditam os princípios da *lexemática* – a saber, a funcionalidade, a oposição, a sistematicidade e a neutralização –, bem como amplia e refaz algumas

distinções para melhor aprimorar sua teoria, a exemplo da distinção entre séries lexicais e séries gramaticais.

Destarte, a noção de campo também foi ampliada conforme o ponto de vista de análise que interessava aos autores. Dentre as diversas concepções, temos a noção de campo semântico proposta por Ipsen (1924), Jolles (1934) e Porzig (1964). Matoré (1953) introduz a concepção de campos nocionais; e Guiraud (1989), a de campos morfossemânticos. Trier (1931) depõe o termo campo semântico e propõe uma distinção entre os campos semântico e nocional. Bally (1940) trabalha com a denominação de campo associativo. Essa gama de variação conceitual permite que o pesquisador escolha aquela que melhor se coaduna com os objetivos do estudo que se quer realizar.

Os estudos de organização, explicação e descrição das estruturas semânticas, dentro do aparato de recortes do léxico enquanto objetos de análise, têm trilhado caminhos metodológicos de suma validade no que diz respeito aos estudos do vocabulário. Dessa maneira, escolhemos trabalhar com a noção de campos lexicais numa perspectiva sociolinguístico-cultural que permite extrairmos do léxico a realidade do mundo e das coisas nomeadas pelos falantes de uma comunidade linguística.

A teoria dos campos lexicais proposta por Coseriu (1986) se justifica neste trabalho porque o autor avança e cria uma tipologia de campos, enfatizando que os campos léxicos pertencem às estruturas lexemáticas, que são primárias e paradigmáticas. Nesse caso, a estrutura paradigmática permite que os lexemas à disposição formem um paradigma, ou seja, um sistema que permite que eles se oponham entre si por traços distintivos. Nesse caso, a estrutura paradigmática permite que os lexemas à disposição formem um paradigma, ou seja, um sistema que permita que eles se oponham entre si por traços distintivos.

Dessa forma, Coseriu (1964 apud GECKELER, 1976, p. 232, tradução nossa) assim concebe campo lexical:

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

Um campo léxico é, desde o ponto de vista estrutural, um paradigma léxico que se origina pela distribuição de um contínuo de conteúdo léxico em diferentes unidades, dadas na língua como palavras, que estão reciprocamente em oposição imediata mediante traços distintivos de conteúdo simples.¹

Essa noção de campo proposta por Coseriu (1986) aponta para a necessidade de ampliação estrutural, e da formulação de métodos no estudo dos campos léxicos. Deste modo, Coseriu foi decisivo, ao elaborar uma terminologia coerente que seria condutora dos procedimentos linguísticos, sem o que tornaria inexecutável o estudo do léxico em bases científicas.

Assim, com este estudo, buscamos uma estruturação do campo lexical da cozinha portuguesa conventual setecentista. Abarcamos parte do vocabulário para satisfazer as propostas da pesquisa, tornando-a atingível e sem problemáticas, já que para Coseriu (1986) isso não chega a ser um problema, mas uma dificuldade quando posta em prática; assim, reduzimos o material a ser analisado para chegarmos aos objetivos propostos sem nenhuma dificuldade.

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO VOCABULÁRIO

Apoiados na metodologia dos campos lexicais proposta por Eugenio Coseriu (1986) como aporte teórico, elencamos as lexias referentes ao campo lexical de cozinha presentes no receituário conventual setecentista de fr. Manuel de Santa Teresa. Utilizamos a edição conservadora proposta por Isabel Drumond Braga (2015), da qual extraímos uma pequena amostra de lexias, que distribuímos no

¹ “Un campo léxico es, desde el punto de vista estructural, un paradigma léxico que se origina por la distribución de un continuo de contenido léxico en diferentes unidades, dadas en la lengua como palabras, que están recíprocamente en oposición inmediata mediante rasgos distintivos de contenido simples.” (COSERIU, 1964 apud GECKELER, 1976, p. 232).

macrocampo dos condimentos. Assim, para a estruturação do vocabulário, levamos em consideração os seguintes critérios:

– para as entradas lexicais, as lexias foram apresentadas em letras maiúsculas e em itálico, seguidas pela classificação genérica da categoria gramatical a que pertencem;

– as entradas dos nomes foram feitas pelo masculino e feminino singular;

– após a entrada e a classificação, apresentamos a significação da lexia no contexto específico, seguida de um exemplo do texto de base;

– os exemplos foram apresentados entre aspas, com a lexia destacada em itálico (adaptado de Queiroz, 2002).

Para a análise das lexias, utilizamos alguns dicionários tidos como de referência, a saber: o *Vocabulario portuguez e latino* (VPL), de autoria do padre d. Raphael Bluteau (1912[1827]) e o *Dicionario contemporaneo da lingua portugueza* (DCLP), de autoria de Caldas Aulete (1881). Vale reiterar que fizemos uso dos títulos dos dicionários em forma de abreviaturas.

Macrocampo-léxico dos condimentos

Microcampo das generalidades

ADUBO, s.m.

VPL: “Especies com que se aduba o comer”.

DCLP: “Tempero que se mistura na comida”.

Contexto:

1. “tenha se ao fogo huma tigela com caldo da olha cozam se nela as almondegas em lume brando, as quais se faraõ do tamanho que quizerem, tornem se a temperar com todos os *adubos* e coalhe se

com tres gemas de ovos” (Biblioteca Nacional de Portugal (BNP); cód. 11390, Receita (R). 01, f. 146v).

2. “tempere ce de tudo o necesario, asim de *adubos* e sal vinagre ou limaô” (BNP; cód. 11390, R. 17, f. 149r).

CHEIRO, s.m.

VPL: “Hervas aromáticas para a cozinha”.

DCLP: “Ervas aromáticas para tempero”.

Contexto:

1. “Tomem huma puoca (sic) de abobra e coze la depois picar *cheiros* e sebola e por afogar tudo em azeite” (BNP; cód. 11390, R. 17, f. 149r).

2. “Todas as aves salvágens se podem temperar com estes molhos picantes, acrecentando lhe alguns *cheiros*, como he salva e manjerona” (BNP; cód. 11390, R. 18, f. 149r).

Microcampo das especiarias

CANELA, s.f.

VPL: “Droga aromatica, que he propriamente a segunda casca da planta deste nome”.

DCLP: “A casca aromática da canneleira de Ceylão (*Laurus cinnamomum*)”.

Contexto:

1. “mesturar lhe paõ ralado e queijo e asucar e tempera la com todas as especies e *canela* e deitar lhe ovos crus mexidos até que fique branda” (BNP; cód. 11390, R. 16, f. 148v).

2. “farão humas torreas muy delgadas que paresão abobra frita, depois passa las por asucar em ponto e manda las à meza com asucar raspado por cima e sua *canella*” (BNP; cód. 11390, R. 73, f. 165v).

CRAVO, s.m.

VPL: “Especie aromática”.

DCLP: “Os botões ainda não abertos d’esta arvore, os quaes se usam como condimento aromático”.

Contexto:

1. “Golpearão huma perna de carneiro muito bem e po la asar sober as grelhas ou no espeto e como estiver bem asadas meter lhe alguns *cravos* e alguns dentes de alho” (BNP; cód. 11390, R. 56, f. 157r).
2. “Tomarão huma perna de carneiro morto de fresco e dar lhe algumas pancandas com a mão do almofariz de modo que fiquem os ossos quebrados e mecha la com mechas de toucinho grosas de modo que a atravesssem por dentro da febra e por lhe alguns *cravos* da india cravados nela” (BNP; cód. 11390, R. 55, f. 157r).

Microcampo das hortaliças

ALHO, s.m.

VPL: “Hortaliça conhecida, a que Galeno chama *Triaga dos Rustico*”.

DCLP: “Planta hortense (*allium*, Linn.) da familia das liliáceas”.

Contexto:

1. “Picar sebola e salsa muito bem e deita la em huma tijela de fogo e deitar lhe azeite e manteiga de tudo bastante por isto afogar com alguns dentes de *alho* machucados com os dedos” (BNP; cód. 11390, R. 35, f. 152v).
2. “Golpearão huma perna de carneiro muito bem e po la asar sober as grelhas ou no espeto e como estiver bem asadas meter lhe alguns *cravos* e alguns dentes de *alho* e mete la em huma panela” (BNP; cód. 11390, R. 56, f. 157r).

CEBOLA, s.f.

VPL: “Hortaliça conhecida. *Cæpa*, &. Fem. Ovid. *Cæpe. Neut. Pers.*”.

DCLP: “Planta hortense da fam. das asphodeleas (*allium cepa*) cujo bolbo é muito empregado como condimento nas nossas cozinhas”.

Contexto:

1. “Como este estiver feito em postas do tamanho que quizerem as porão a cozer e como estiverem mais de meias cozidas se tirarão para fora depois se fará hum polme de pão relado, ovos, gemas e claras, *cebola* e salsa tudo bem picado todas as espécies” (BNP; cód. 11390, R. 52, f. 156v).

2. “tomarão alcaparras depois de bem adosadas do sal e cozidas e deita las em huma sartaãs com a *sebola* e azeite e deitar lhe pimenta e hum pouco de vinagre” (BNP; cód. 11390, R. 54, f. 156v).

Microcampo das ervas aromatizantes

ALECRIM, s.m.

VPL: “Arbusto, cujo talo lança muitos ramitos compridos, delgados, & cinzentos, guarneçidos de folhinhas estreitas, duras, tesas, de hü verde escüro por cima, & brancas por baixo & entresachadas com flores *de* hum azul desmayado, & de hum cheiro aromatico, menos forte, & menos aspero, que o das folhas”.

DCLP: “Arbusto da família das labiadas cujo typo é o alecrim comum (*Rosmarinus officinalis*, Linn.)”.

Contexto:

1. “Tomem hum aratel de flor e aratel e meyo de assucar e po lo asucar em ponto sobido e deitar lhe dentro a flor do *alechrim* e não de mais de duas ou tres fervuras e po lo fora e po lo em seu vidro ou panela vidrada” (BNP; cód. 11390, R. 13, f. 148v).

COENTRO, s.m.

VPL: “Erva conhecida. *Coriandrum*, i. ‘Neut.’.”

DCLP: Acepção não dicionarizada.

Contexto:

1. “deitar lhe alguma agoa so a que baste e deitar lhe pimenta e cravo, nós noscada, *coentro* seco, gengibre, asafram, vinagre e de tudo isto o necessário” (BNP; cód. 11390, R. 35, f. 152v).
2. “deitar lhe ortelã, *coentro* verde ou ceco e manjerona e deitar meia duzia de ovos para frangos tudo na sertem” (BNP; cód. 11390, R. 76, f. 166r).

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo a língua um produto social e cultural, veicula ideologias e crenças e, em particular, por meio do léxico, subsistema da língua responsável pela materialização das transformações sociais, vincula a apreensão de mundo dos indivíduos que se relacionam socialmente em épocas diversas. Diante disso, o acervo vocabular de um grupo sociolinguístico-cultural demonstra singularidades regionais e sociais; portanto, ao fazer escolhas lexicais, os indivíduos também estão revelando aspectos do ambiente físico e social no qual estão inseridos.

Assim, o léxico, ao desempenhar sua função de denominador e designador do mundo, é transformado num elemento de identidade individual e coletiva, despontado historicamente. Ele assegura a dinamicidade da língua, independentemente de lugar e tempo. Desse modo, seu estudo em uma obra de métodos e técnicas – mais precisamente, de um livro de receitas, cuja representação se relaciona aos aspectos socioculturais e históricos – revela elementos fundamentados nas práticas de sociabilidade regional ou extrarregional.

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

Cabe, por fim, dizermos que cumprimos com nosso papel de investigadores, pois atingimos aquilo que propusemos como objetivos para este trabalho e deixamos a certeza de que a pesquisa não se esgotará por aqui. Temos muito ainda por fazer, pois são inúmeras as possibilidades de análise que podem ser apreendidas a partir do *corpus*, por profissionais da área de linguagens ou de outras.

REFERÊNCIAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. O estudo do léxico. In: TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de; SANTOS, Rosa Borges dos (Org.). *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006. p. 213-225.

AULETE, Francisco Júlio de Caldas. *Diccionario contemporaneo da língua portugueza*. Coimbra: Imprensa Nacional, 1881.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A estrutura mental do léxico. In: *Estudos de filologia e linguística*. Homenagem a Isaac Nicolau Salum. São Paulo: T. A. Queiroz; Edusp, 1981. p. 131-145.

BIDERMAN, Maria Tereza. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Ed. da UFMS, 1998. p. 11-20.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, Officina de Pascoal da Sylva, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1912-1827.

BRAGA, Isabel Drumond. *Sabores e segredos: receitas conventuais portuguesas da época moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

BALLY, Charles. L'arbitraire du signe: valeur et signification. *Le français moderne*, Paris, v. 8, p. 193-206, 1940.

COSERIU, Eugenio. *Principios de semántica estructural*. Madrid: Gredos, 1986.

COSERIU, Eugenio. *Gramática, semántica y universales*. Madrid: Gredos, 1987.

GECKELER, Horst. *Semántica estructural y teoría del campo léxico*. Madrid: Gredos, 1976.

GUIRAUD, Pierre. *A semântica*. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

IPSEN, G. Der alte Orient und die Indogermanen. In: FRIEDRICH, Johannes. *Stand und Aufgaben der Sprachwissenschaft*. Festschrift für W. Streitberg. Heidelberg: C. Winter, 1924.

JOLLES, A. *Antike Bedeutungsfelder*. Tübingen: PBB, 1934.

MATORÉ, Geoges. *La méthode en lexicologie*. Paris: Didier, 1953.

MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo; NADIN, Odair Luiz (Org.). *Terminologia: uma ciência interdisciplinar*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Ed. da UFMS, 1998.

PORZIG, Walter. *El mundo maravilloso del lenguaje*. Madrid: Gredos, 1964.

Diálogos Linguísticos e Filológicos
variação, cultura escrita e léxico

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. “*Dos benefícios de Deus*”, “*Livro da Consciência e do conhecimento próprio*”, “*Da amizade e das qualidades do amigo*”: edição e vocabulário onomasiológico de três tratados da obra ascético-mística “Castelo perigoso” (Cód. ALC 199 e ALC 214). 2002. 468 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

TRIER, Jost. *Der deutsche wortschatz im sinnbezirk des verstandes: Von den anfängen bis zum beginn des 13. Jahrhunderts*. Michigan: C. Winter, 1931.

VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almedina, 1994.

VILELA, Mário. *Léxico e gramática*. Coimbra: Almedina, 1995.

CULTURA ESCRITA E HISTÓRIA SOCIAL LINGUÍSTICA DO BRASIL: NOTÍCIAS DE UM MANUSCRITO BAIANO DOS SÉCULOS XVIII E XIX

Adilson Silva de Jesus

Gladis Massini-Cagliari, no primeiro volume do livro *Ciência da linguagem: o fazer científico?*, organizado por Adair Vieira Gonçalves e Marcos Lúcio de Sousa Góis, é convidada a responder a seguinte pergunta: o que é fazer pesquisa em Linguística Histórica? Ao longo da resposta, a autora especifica que o objetivo principal do especialista em Linguística Histórica é

[...] a busca, no passado, de evidências que possam explicar os fatos presentes da língua. Não se trata apenas de hedonismo, de ficar em êxtase, descobrindo e contemplando como soavam as consoantes, as vogais, qual era a cadência de nosso ritmo, imaginando “ecos sonoros do passado”. (MASSINI-CAGLIARI, 2012, p. 272).

Buscar as evidências no passado para explicar os fatos presentes da língua requer a reconstrução de uma história capaz de contemplar o contexto sócio-histórico de formação e difusão da língua portuguesa, que se deu de forma diversificada. Para tanto, entende-se, conforme Mattos e Silva (2004), que o percurso teórico-metodológico mobilizará a reconstrução de diversas histórias e, por

isso, deve promover o diálogo interdisciplinar entre a Linguística Histórica e outras áreas do saber. No bojo dessa discussão, Abreu (2011, p. 43) alerta que

Se a base tradicional da Linguística Histórica, com o objetivo de estudar o fenômeno da mudança linguística, durante décadas voltou-se quase que exclusivamente para a história interna das línguas, esse paradigma vem apontando para a sua superação. Autores como Mattos e Silva (2004, 2008); Lobo (2009); Fávero e Molina (2006); Orlandi (2006) vêm cada vez mais apontando para a necessidade de uma formulação de uma historiografia externa das línguas como forma de subsidiar os estudos em Linguística Histórica.

Considerando esse contexto, discute-se, neste texto, a importância do diálogo entre a História da Cultura Escrita e os estudos linguísticos sob a ótica da Linguística Histórica, como um viés capaz de garantir a recriação de sócio-histórias de culturas, de práticas de leitura e escrita em espaços oficiais e extraoficiais, a fim de se reconstruir a história social linguística do Brasil. Para tanto, apresenta-se um manuscrito do período colonial – Livro de Razão do Campo Seco – que se conservou no arquivo do Sobrado do Brejo, da família Pinheiro Canguçu, na fazenda de criação do Brejo do Campo Seco, no povoado de Bom Jesus dos Meiras.

Considera-se a possibilidade desse diálogo, pois, para Mattos e Silva (2004, p. 91) “a história de uma língua realmente se esclarece pela história social e política do povo que usa essa língua”, e a História da Cultura Escrita, subespecialidade da História Cultural, centra sua análise nos testemunhos escritos de qualquer natureza, verificando os usos e funções sociais da escrita por meio das práticas, dos discursos e das representações.

SITUANDO O CAMPO DA HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA

A primeira questão a ser discutida aqui é refletir sobre a relação entre língua, história e cultura, uma vez que a área do saber – História da Cultura Escrita – encontra-se situada na interseção dessa tríade.

Toma-se como ponto de partida dessa reflexão a busca por entender o modelo historiográfico vigente no século XIX, já que os historiadores desse período estiveram ligados a uma perspectiva de estudo centrada nos grandes eventos, e o conceito de cultura estava restrito à grande arte e a obras literárias, desconsiderando-se, dessa forma, as histórias parciais, localizadas nos eventos cotidianos.

No entanto, inquietações historiográficas fizeram com que esse contexto sofresse alterações significativas, possibilitando uma revisão nesse paradigma tradicional, sendo os principais agentes dessa mudança os historiadores da Escola dos Anais, que trouxeram para o debate novos estudos, propondo novos modelos e métodos de pesquisa, fatores que condicionaram o estabelecimento de novos campos e objetos de estudo, conforme Veiga (2008, p. 14). Nesse contexto, o fazer histórico perde o caráter de mera observação com o intuito de retardar o esquecimento, como era no nascimento da narrativa histórica, e passa a funcionar com outra necessidade: a da compreensão, segundo Batista (2013, p. 38). Passa-se do conceito de história evento/acontecimento para o de longa duração. Essas mudanças evidenciam um novo olhar para o conceito de cultura, pois, segundo Batista (2013, p. 13-14):

[...] a História é feita pelos membros das sociedades, que elaboram e divulgam saberes; cabe lembrar, então, que o arranjo social só se dá porque existe um elemento fundamental que permite não só a troca social, mas também a expressão da individualidade. Esse elemento

essencial é a linguagem verbal. Dessa forma, a constituição do homem se dá porque temos a linguagem, que recorta espaços sociais, permite a formação e o reconhecimento de identidades em meio aos agrupamentos ideológicos e nos insere no espaço de comunicação, em diferentes situações de interação verbal.

Sob a ótica dessa nova perspectiva, em que o homem é visto por meio da linguagem, dos diferentes contextos sociais, das diferentes situações de interação verbal, rompe-se com a noção de sociedade “com” e “sem” cultura, dando igual importância aos estudos da cultura “cotidiana” e da chamada “alta” cultura. Trata-se de uma noção de cultura que, segundo Cuche (1996), tanto pode designar um panteão de grandes obras “legítimas”, como tomar um sentido mais antropológico, por englobar as maneiras de viver, sentir e pensar próprias de um grupo social, isto é:

[...] o termo cultura passa a ter uma abrangência que não possuía antes, sendo agora entendido como produção e criação da linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas do trabalho, dos modos da habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, da música, da dança, dos sistemas de relações sociais, das relações de poder, da guerra e da paz, da noção de vida e morte. A cultura passa a ser compreendida como o campo em que os sujeitos humanos elaboram signos e símbolos, instituem as práticas e os valores. (CHAUÍ, 2009, p. 24).

No âmbito desse frescor teórico-metodológico e da polifonia das formas de pensar e fazer a história, as manifestações cotidianas tornam-se ricas referências culturais das práticas, das representações e dos discursos que ganham materialidade na língua, que nos

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

inserem nos espaços de comunicação em diferentes situações de interação verbal (BATISTA, 2013).

É com esse viés que os estudos culturais, nas décadas de 1970 e 1980, evidenciam os novos objetos da História Cultural, assim elencados por Barros (2005, p. 129-130):

- a) objetos que já faziam parte dos antigos estudos historiográficos da Cultura – continuaremos mencionando o âmbito das Artes, da Literatura e da Ciência, campo já por si mesmo multidiversificado, no qual podem ser observadas desde as imagens que o homem produz de si mesmo, da sociedade em que vive e do mundo que o cerca, até as condições sociais de produção e circulação dos objetos de arte e literatura; os objetos da “cultura material” e os materiais (concretos ou não) oriundos da “cultura popular” produzida ao nível da vida cotidiana através de atores de diferentes especificidades sociais;
- b) sujeitos produtores e receptores de cultura;
- c) agências de produção e difusão cultural;
- d) as práticas e os processos de produção cultural;
- e) a “matéria-prima” cultural propriamente dita (os padrões que estão por trás dos objetos culturais produzidos).

Nesse novo contexto, as instâncias dos mais variados tipos que geram e produzem cultura, os suportes, os meios de circulação, os sujeitos produtores e receptores e os testemunhos escritos de qualquer índole são investidos do legítimo caráter de objeto de investigação. É nesse quadro que surge a História da Cultura Escrita, subespecialidade da História Cultural.

HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA – AFINAL, O QUE É E A QUE SE PROPÕE ESSE CAMPO DO SABER

A discussão sobre o campo História da Cultura Escrita (HCE) não é tarefa simples e não se encerra nestas poucas páginas. De início, é preciso buscar resposta para a seguinte questão: “o que é cultura escrita?”. Na tentativa de respondê-la, julga-se importante verificar o que diz Galvão (2010, p. 218), que trata a temática do ponto de vista antropológico:

Mas, afinal, o que é cultura escrita? Certamente, essa não é uma definição simples nem isenta de polêmicas. Neste trabalho, assumimos que, se tomarmos o conceito de cultura em uma acepção antropológica, ou seja, como toda e qualquer produção material e simbólica produzida a partir do contato dos seres humanos com a natureza, com os outros seres humanos e com os próprios artefatos criados a partir dessas relações, podemos considerar que a cultura escrita é o lugar – simbólico e material – que o escrito ocupa em/para determinado grupo social, comunidade ou sociedade.

Nota-se que a autora, na direção das transformações ocorridas no paradigma da historiografia tradicional, evidencia que a cultura escrita é o lugar “simbólico e material que o escrito ocupa em/para determinado grupo social, comunidade ou sociedade”. Não se trata de uma abordagem da escrita desprovida de implicações sociais, já que todas as relações que envolvem o homem constituem práticas culturais.

Defendendo que as práticas de escritas são práticas culturais, Gómez (2003, p. 105, tradução nossa) alerta que a HCE tem por objetivo “reunir, em uma história de longa duração, os diferentes suportes de

escrita e as diversas práticas que a produzem ou que dela se apropriam”¹. Para tanto, é preciso compreender a HCE como uma forma da História Cultural focalizada, sobretudo, nos objetos escritos e nos testemunhos, independentemente de sua índole, considerando seus diferentes usos e funções. Salienta, ainda, Gómez (2003, p. 108) que a HCE representa a conjunção de três histórias paralelas: a história das normas, da capacidade e dos usos da escrita; a história dos livros ou, mais amplamente, dos textos manuscritos e impressos; e a história da leitura.

Entendendo que a escrita é uma manifestação cultural do homem, os caminhos para buscar compreender essa relação são variados. É preciso assumir a escola como uma instância essencial na inserção dos membros de determinada sociedade na cultura escrita, porém, é preciso reconhecer que há outras instâncias capazes de ensinar e difundir a cultura escrita, o que traz para a pauta a urgência de usar fontes que, por muito tempo, foram relegadas; buscar ampliar os métodos.

Sobre as fontes que podem constituir um *corpus* representativo para a pesquisa no campo da História da Cultura Escrita, Gómez (2003, p. 114-115, tradução nossa) afirma que estão situadas em três domínios:

1. Fontes do discurso. Compreendem todos aqueles textos socialmente autorizados e através dos quais se estabelece e se propaga uma determinada concepção da escrita e da leitura. Incluem, portanto, os textos emanados das diferentes instâncias de poder produtoras de discursos: a política, o direito, a igreja, a academia, as pessoas de letras ou os profissionais da escrita e do livro [...].

¹ “ensamblar, en una historia de la larga duración, los diferentes soportes del escrito y las diversas prácticas que lo producen o lo apropian” (GÓMEZ, 2003, p. 105).

2. Testemunhos das práticas. Sem dúvida o *corpus* mais extenso e impreciso, posto que compreenda a totalidade dos objetos escritos, sejam de caráter oficial ou privado, impressos, manuscritos ou eletrônicos, pintados, desenhados ou incisos. A escolha de um ou de outros dependerá dos objetivos planejados em cada investigação [...].

3. Representações. Trata-se dos distintos tipos de imagens que cada sociedade constrói a propósito dos temas e objetos da cultura escrita. Naturalmente a parte mais suculenta da torta leva tanto as manifestações da escrita e da leitura, dos escritores e dos leitores, na arte; mas tampouco faltam as que têm seu espaço nos textos literários.²

Ganham destaque, segundo o autor, fontes que emanam das esferas públicas, as chamadas fontes autorizadas. Destacam-se as fontes das representações, isto é, como cada sociedade vê as distintas formas de imagens construídas a partir dos temas e objetos da cultura escrita. São os testemunhos escritos que constituem o *corpus* mais numeroso, segundo o autor, já que podem ser encontrados tanto no ambiente privado quanto no público. Sobre esse aspecto, Gómez

² “1. Fuentes del discurso. Comprenden todos aquellos textos socialmente autorizados y a través de los cuales se establece y se propaga una determinada concepción de la escritura y de la lectura. Incluyen, por lo tanto, los textos emanados de las diferentes instancias de poder productoras de discursos: la política, el derecho, la iglesia, la academia, las gentes de letras o los profesionales de la escritura y del libro [...].

2. Testimonios de las prácticas. Sin duda el corpus más extenso e impreciso puesto que comprende la totalidad de los objetos escritos, ya sean de carácter oficial o privado, impresos, manuscritos o electrónicos, pintados, garabateados o incisos. La elección de unos o de otros dependerá de los objetivos planteados en cada investigación [...].

3. Representaciones. Se trata de los distintos tipos de imágenes que cada sociedad construye a propósito de los temas y objetos de la cultura escrita. Naturalmente la parte más suculenta del pastel se la llevan tanto las manifestaciones de la escritura y de la lectura, de los escritores y de los lectores, en el arte; pero tampoco faltan las que tienen su espacio en los textos literarios” (GÓMEZ, 2003, p. 114-115).

(2003, p. 115) assinala que, diferentemente dos estudos que se concentravam, preferencialmente, nos testemunhos escritos oriundos das vias de poder, as orientações atuais se concentram nos estudos sobre o valor da escrita cotidiana, fato que tem solicitado fontes diversas, a saber: as cartas privadas, os diários, os livros de contas, os cadernos de memórias, os cadernos escolares, etc.

HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA E HISTÓRIA SOCIAL LINGUÍSTICA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Tendo em vista, segundo Batista (2013, p. 14), que “a curiosidade e as reflexões a respeito das línguas e das propriedades da linguagem humana têm uma história inserida no desenvolvimento sociocultural do homem” e o fato de que, no Brasil do passado, “[...] a pena esteve nas mãos de portugueses, ‘brancos’ brasileiros, africanos, índios e imigrantes – todos, com maior ou menor perícia, escrevendo em português” (LOBO, 2009, p. 312), fica evidente a necessidade de reconstrução da história do português brasileiro e de muitas outras histórias para compor uma história social linguística do Brasil.

No que se refere à história do português brasileiro, Houaiss (1985, p. 91) afirma que o “[...] português brasileiro nasce com diversidade”. Refletindo sobre essa questão, Mattos e Silva (2004, p. 21) destaca que o português brasileiro não apenas nasce com diversidade, mas vive e convive com ela, tanto regional como social. Se o português brasileiro é tão diversificado, conseqüentemente, o pesquisador que pretende se debruçar sobre essa temática terá pela frente inúmeras possibilidades de pesquisas e uma série de desafios. Ainda em 1985, Houaiss alertava que o grande desafio era o fato de não se ter os requisitos necessários de pesquisa e conhecimento para se elaborar uma história da língua portuguesa no Brasil. Para

preencher essa lacuna, propôs o autor quatro vias de investigação que tratam da temática, considerando 1) o levantamento exaustivo de depoimentos diretos e indiretos; 2) o mapeamento confiável da dialetologia brasileira; 3) o incremento da dialetologia vertical; e 4) a penetração da língua escrita no Brasil, das origens aos nossos dias, numa leitura exclusivamente linguística (HOUAISS, 1985, p. 127-128).

É fato que, desde essa constatação de Houaiss, muito já foi feito. Basta lembrar que na década de 1990, no I Seminário para a História do Português Brasileiro, criaram-se as condições de pesquisa e conhecimento para elaborar uma história do português brasileiro e, em 1997, iniciou-se o Programa para a História do Português Brasileiro (PHPB), definindo-se os três seguintes campos para a atuação dos pesquisadores: 1) constituição de *corpora* diacrônicos de documentos de natureza vária, escritos no Brasil, a partir do século XVI; 2) estudos de mudanças linguísticas depreendidas da análise dos *corpora* constituídos; e 3) reconstrução da história social linguística do Brasil.

Entretanto, muito ainda precisa ser feito. Mattos e Silva (2004, p. 48-49) ressalta que, dentre as quatro vias propostas por Houaiss, as vias 1 e 4 ainda carecem de muita investigação; e esboça quatro campos de pesquisas, dos quais se destaca aqui o campo *a – campo que se moverá na reconstrução de uma história social linguística do Brasil*. Para a autora, esse campo deve pautar-se, também, na História Social do Brasil, fato que unirá os historiadores da língua ao historiador e a outros pesquisadores do campo da Demografia Histórica, da Antropologia, da Sociologia, da História Cultural, etc., além de se preocupar com a necessidade de fazer uma história detalhada da escolarização.

Quanto à elaboração de uma história detalhada da escolarização, que Houaiss denomina de penetração da língua escrita, numa

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

perspectiva essencialmente linguística, é importante salientar que tal proposta não pode ser pautada apenas por esse viés, porque o Brasil é um país cujo processo de literatização foi lento e de má qualidade, além de ter o português como língua oficial apenas em meados do século XVIII; e a imprensa e as primeiras escolas de nível superior, só nos inícios do século XIX (MATTOS E SILVA, 2004, p. 59).

É preciso enfrentar outra questão referente ao tema escolarização. Frade (2010, p. 249) esclarece:

As relações entre escolarização, a cultura escrita e o aprendizado inicial da escrita – designado no Brasil a partir do século XIX como “primeiras letras”, “rudimentos de escritas”, primeira leitura” – são complexas, e não podemos compreender os processos de sua transmissão e de sua apropriação fora do quadro amplo que existiu antes do advento da escolarização e da escolarização de massa.

Percebe-se que o debate sobre a reconstrução da história social linguística do Brasil vai além da trajetória do português brasileiro e abre a discussão sobre a emergência de uma história da escolarização que não se concentre apenas nas pesquisas sobre as políticas linguísticas havidas ao longo da história do país. Urge que se reconstruam os muitos percursos das línguas faladas pelo diversificado contingente populacional brasileiro ao longo dos séculos.

Nesse contexto, a História da Cultura Escrita, com seu caráter interdisciplinar, é de fundamental importância, contribuindo com caminhos diferentes e significativos, preenchendo lacunas para as quais a Linguística Histórica ainda busca respostas, no que se refere à investigação sobre as circunstâncias de letramento e como ocorreu a penetração/difusão da escrita em determinada sociedade, por exemplo.

Esse diálogo é possível e profícuo porque, de acordo com Batista (2013, p. 14), a História é feita pelos membros das sociedades que elaboram e divulgam saberes. Logo, entende-se que a busca pelo histórico dos aspectos que constituem qualquer sociedade não pode deixar de lado a linguagem que nos insere no meio social. Portanto, a HCE, ao buscar reconstruir as práticas de escrita de qualquer sociedade, colabora com o conhecimento a respeito da língua, da história e da cultura, fatores que contribuem para o desenvolvimento socio-cultural do homem. Assim, ao considerar a escrita como objeto de investigação e reflexão histórica, é preciso atentar-se para

[...] a constatação de que cada texto é um produto histórico, no qual se refletem a situação pessoal do autor, a sua concepção de mundo, seus conflitos socioeconômicos, suas experiências existenciais, seus conhecimentos teóricos e práticos, o grau de sua adesão a todas as convenções do seu tempo e a coletividade a que pertence. (TAVANI, 1988b, p. 35 apud TELLES, 2016, p. 197).

O texto, nesse caso, conforme Telles (2016, p. 195) é

[...] resultado do uso do código de sinais que transpõe para o suporte material o ato comunicativo; é, sobretudo, um documento de fatos linguísticos capaz de revelar o modo de vida de um povo.

Sendo o texto um documento de dados de língua e, portanto, um registro da oralidade, a HCE representa um modo de fazer a história da língua, ampliando as fontes, observando os discursos, as práticas e as representações, fato que requererá do pesquisador, ao se debruçar sobre o texto escrito, fonte histórica de sua pesquisa, um cuidado redobrado, pois, para ler corretamente um texto, alertamos Tavani (1988b, p. 41 apud TELLES, 2016, p. 197) “é necessário

restabelecê-lo em sua forma arquetípica e em seu contexto histórico (aí entendidos o individual, o social, o político, o filosófico, o religioso, o estético-cultural e o cronológico)”.

O ESTABELECIMENTO DO TEXTO: A EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA

A função do especialista em Linguística Histórica é buscar explicações, no passado, para fatos linguísticos do presente. Entretanto, o acesso aos documentos que registram dados de língua nem sempre é tarefa simples e automática. Quando vencida essa etapa, o pesquisador se depara ainda com a dificuldade da leitura do manuscrito, que, dependendo de sua antiguidade, pode apresentar problemas de decifração da grafia, manchas e partes rasgadas.

Além disso, é importante esclarecer que “A edição de textos para integrar uma amostra linguística de qualquer sincronia do passado não pode estar circunscrita aos limites da crítica textual *stricto sensu*” (LOBO, 2009, p. 312). É preciso atentar para os indícios que permitam fundamentar uma aproximação à história social da linguagem, numa perspectiva antropológica ou da chamada nova história (MATTOSSILVA, 2004). Em outras palavras, o texto precisa ser tratado como documento cultural. Lewis (2006, p. 35) assim caracteriza o que se entende por documentos culturais:

[...] documentos que não podem estar separados das condições e circunstâncias de sua produção e consumo e estão entrançados nas práticas sociais, processos institucionais, na política, na economia, portanto, os significados dos textos não podem ser tratados de maneira independente da corrente e das operações mais amplas da cultura no qual o texto existe.

A edição semidiplomática do Livro de Razão é justamente a melhor forma de estabelecer esse texto, respeitando as condições e

circunstâncias de sua produção, além de fornecer elementos para que se evite uma leitura equivocada dos dados registrados nele.

Optou-se por esse tipo edição por dois pontos cruciais. O primeiro, pelo fato de facilitar a leitura e tornar o texto mais acessível a um público menos especializado. O segundo, e mais importante, reside no fato de a edição semidiplomática ser útil para o estudo da história da língua, uma vez que as alterações promovidas pelo editor são mínimas.

Além disso, espera-se que, após a edição do Livro de Razão, algumas afirmações feitas por Santos Filho (2012) no livro *Uma comunidade rural do Brasil antigo*, sobre os senhores do Brejo Seco, possam ser revistas ou confirmadas. Afirma o autor:

Miguel Lourenço possuía melhor caligrafia e, talvez, maior cópia de instrução do que o genro. Ele foi tabelião, como se viu. Pinheiro, entretanto, pela atividade desenvolvida no decorrer da existência, pouco ficou a dever ao sogro em matéria de ilustração. E mesmo a impressão que se tem, nesse sentido, é a de que o filho Inocência não se igualou ao pai. Ficou bem aquém. Denotam-no a insegurança da letra, a má caligrafia e grande quantidade de erros ortográficos encontrados na sua escrita, erros que o pai e o avô não cometeram. (SANTOS FILHO, 2012, p. 38-39).

Mais adiante, Santos Filho (2012, p. 114) informa que a horrível letra e a péssima ortografia de Inocência Pinheiro Canguçu revelam que seus estudos foram ainda mais deficientes do que os recebidos pelo pai, Antonio Pinheiro Pinto.

O objetivo aqui não é trazer demérito algum a obra de Santos Filho. Pelo contrário, sua obra é extremamente importante para qualquer pesquisador que pretenda trabalhar com dados da História Social, fundamentais para os estudos linguísticos. Porém, Mattos e

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

Silva (2004, p. 60) alerta que as obras de História Social, em geral, não focalizam a face linguística dos testemunhos escritos, pois “Os historiadores, por via de regra, prestam pouquíssima atenção às maneiras de falar dos povos sobre os quais escrevem” (KIERNAN, 1993, p. 259 apud MATTOS E SILVA, 2004, p. 60).

EM CENA O LIVRO DE RAZÃO CAMPO SECO

Foisil (1991), ao discutir sobre a escrita de foro privado, apresenta uma definição para os chamados livros de razão que são, segundo a autora, mais comuns na Europa dos séculos XVII e XVIII do que na América Portuguesa. Afirma que

[...] em seu aspecto primeiro e mais elementar, são, em geral, um livro de contas; e mesmo quando são mais desenvolvidos, mais elaborados e mais ricos de informações, ainda assim articulam-se e elaboram-se em torno da contabilidade. Escritos do dia a dia, na imediata transcrição cotidiana, baseiam-se num esquema simples: o da vida de cada dia em seu ritmo, seus mais prosaicos aspectos materiais, suas atividades mais comuns, registradas numa escritura elementar, em fórmulas que se repetem. (FOISIL, 1991, p. 334).

O Livro de Razão do Campo Seco não se enquadra precisamente na definição proposta por Foisil (1991). Há, sim, fórmulas que se repetem, mas há outras informações que vão além das transações comerciais, como os registros valiosos do cotidiano da fazenda e de seus ocupantes.

Com base nessas informações valiosas e em outros documentos, Santos Filho (2012) traz uma análise de quatro gerações da família Pinheiro Canguçu, de sua trajetória econômica de ascensão, opulência e decadência, registrando um século e meio de história

do sertão baiano no livro *Uma comunidade rural do Brasil antigo*. Da leitura da obra de Santos Filhos (2012, p. 3-54), produz-se, a seguir, a breve caracterização do livro de razão do Brejo do Campo Seco e de seus principais escreventes.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO LIVRO DE RAZÃO

O chamado Livro de Razão, manuscrito que integra o banco de textos do Projeto *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), é um livro de anotações contábeis e de assuntos referentes ao cotidiano da fazenda, como receitas de chás, notas sobre fugas de escravos, confidências, conflitos entre famílias, etc. Possui 195 folhas e mede 30,5 cm de altura por 21 cm de largura. A capa de forte papelão apresenta-se forrada exteriormente por pano pardo de linho grosso, endurecido pela goma de cola que o adere ao papelão.

O papel grosso e resistente apresenta as linhas translúcidas deixadas pelo arame das formas. Foi de pena de aves, principalmente de ganso, que a gente do Campo Seco se serviu, uma vez que só em meados do século XIX entraram em uso as penas metálicas.

Quanto à tinta de que se serviram os senhores do Campo Seco, esta foi de coloração preta ou vermelha. O livro está isento de corrosão. O que se vê em certas páginas é o desaparecimento quase completo da escrita, sinal de tinta destituída de um bom fixador.

OS SENHORES DO CAMPO SECO

Conforme assevera Lobo (2009, p. 312), dentre as diversas questões a enfrentar para a constituição de *corpora* para o estudo do passado do português brasileiro, é necessário identificar, o mais precisamente possível, quem escreveu. Seguindo a orientação da referida

autora, apresenta-se, a seguir, de forma sucinta, a caracterização dos escreventes do Campo Seco. Vale destacar que escreveram no Livro de Razão Antonio Pinheiro Pinto, Inocêncio Pinheiro Canguçu e Miguel de Castro Mirante; porém, optou-se por trazer aqui, além da breve caracterização dos dois principais escreventes do Livro de Razão, a importante história de Miguel Lourenço de Almeida, primeiro Senhor do Campo Seco, a fim de esclarecer de que forma essa prática de escrita, no sertão da Bahia, teve início. Sobre Miguel de Castro Mirante não se discutirá ainda, pois dele há apenas uma anotação no livro, fato que não o coloca como um dos principais escreventes.

Miguel Lourenço de Almeida

No sertão da Bahia, na fazenda do Brejo do Campo Seco, em terras que pertenceram ao município de Bom Jesus dos Meiras, atualmente Brumado, instalou-se Miguel Lourenço de Almeida, o “homem de negócios” e familiar do Santo Ofício, o primeiro senhor do Brejo do Campo Seco. Filho de José Lourenço e Domingas João, nasceu em 14 de outubro 1708, em Portugal, na freguesia de São Pedro de Almagem do Bispo, no conselho de Sintra, distrito de Lisboa.

Miguel Lourenço de Almeida não era nobre em Portugal. O sobrenome Almeida é oriundo do padrinho de batismo, d. Lopo de Almeida, nobre, senhor de terras e possivelmente professor. Mesmo não tendo origem nobre, estudou em Portugal e tornou-se um homem de muitas posses graças aos seus esforços. Ainda nesse país, foi funcionário da Inquisição. No Brasil, foi serventuário do Tribunal dos Ausentes, capitalista de dinheiro a juro e intermediário de transações. A partir de 1755, definitivamente instalado no Brasil, possuidor de muitas terras, transforma-se em fazendeiro e criador.

Do casamento com Ana Francisca da Silva nasceram oito filhos: seis mulheres e dois homens. Miguel Lourenço morreu aos 77 anos, em 1785.

Antonio Pinheiro Pinto

Antonio Pinheiro Pinto, descendente de português, radicado em Caetitê, de origem modesta, da pequena burguesia, casou-se com Bibiana Maria de Jesus, filha de Miguel Lourenço de Almeida, com quem teve dois filhos: Inocêncio José de Almeida e Zeferina Maria de Santo Antonio. Pinheiro Pinto sucedeu o sogro na sede da fazenda e na chefia da família.

O genro de Miguel Lourenço dedicou-se aos mais diversos ramos de atividades lucrativas e fez fortuna como criador, plantador, intermediário e comerciante. Era um homem que, igualmente ao sogro, não era dado a aventuras amorosas. Dedicou sua vida à direção da fazenda e dos negócios.

Dos dois filhos, sabe-se que apenas o menino teve acesso aos conhecimentos básicos ministrados à maioria dos jovens estudantes: ler, escrever, contar, rudimentos de religião e latim. Santos Filho (2012, p. 38) destaca que Antonio Pinheiro, pequeno burguês que era, certamente teve acesso aos mesmos conhecimentos facultados ao filho. O autor faz essa afirmação baseando-se na observação dos registros de Pinheiro Pinto no Livro do Gado, outro livro pertencente à família. Diz o autor: “Não impressionam mal o talhe de sua letra, o desembaraço de sua grafia e a firmeza da mão ao traçar a complicada e vistosa assinatura, que ele gostava de lançar, a três por dois, nos papéis em que escrevia” (SANTOS FILHO, 2012, p. 38), conforme se observa na Figura 1:

Figura 1 – Assinatura de Antonio Pinheiro Pinto



Fonte: CE-DOHS/UEFS³.

Antonio Pinheiro Pinto, o segundo senhor do Brejo do Campo Seco, faleceu em 1822. Com sua morte, especula-se que se encerrou a fase de ascensão econômica e social da família.

Inocência Pinheiro Canguçu

Diferentemente do pai e do avô, Inocência Canguçu, o terceiro senhor do Brejo do Campo Seco, inaugurou o ciclo do aproveitamento ou do esbanjamento. Era um tipo singular, de temperamento aventureiro. Envolveu-se em episódios trágicos, era namorador e gastava muito. No entanto, após a morte do pai, assumiu a direção da fazenda e dos negócios.

Do casamento com Prudência Rosa teve dez filhos, além daqueles que morreram na infância. Com outras mulheres, teve mais dez filhos, alguns nascidos antes da morte da esposa, em 1818, outros posteriormente. Nas palavras de Santos Filho (2012, p. 49), Pinheiro Canguçu foi o tipo do patriarca povoador.

Inocência Canguçu teve acesso aos conhecimentos básicos facultados aos jovens estudantes da época: ler, contar, rudimentos de religião e latim. Santos Filho (2012, p. 38) esclarece que, nesse

³ Créditos das fotos deste texto estão no item CRÉDITOS, na página 76.

sentido, o terceiro senhor do Brejo do Campo Seco não seguiu o exemplo do avô e do pai. Alerta o autor (SANTOS FILHO, 2012, p. 39) que, nos registros de Inocêncio Canguçu presentes no Livro do Gado, há, além da má caligrafia e da insegurança da letra, uma quantidade muito grande de erros ortográficos.

Inocêncio acrescentou “Canguçu” ao nome a partir de 1830, período em que lusófonos, insatisfeitos com a situação do país e com a eminente abdicação de d. Pedro I, abandonaram seus nomes portugueses e adotaram outros, brasileiros. Inocêncio, sertanejo impulsivo que era, resolveu adotar um nome nativo e encontrou no felino, a feroz onça canguçu, a designação que mais lhe agradou; e transmitiu-a aos filhos e descendentes.

Em setembro de 1861, aos 66 anos, na fazenda Ilha do Pão, em Minas Gerais, faleceu.

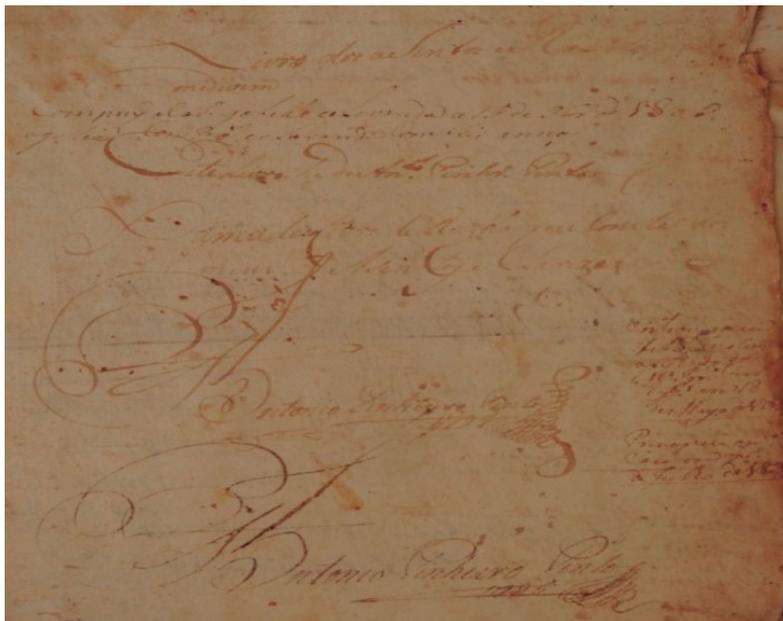
EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DO LIVRO DE RAZÃO: PRIMEIRAS NOTÍCIAS

A edição dos primeiros fólios do Livro de Razão já possibilita a inferência, ainda que preliminar, sobre as práticas de escrita dos senhores do Campo Seco. Registre-se que se utilizam, neste trabalho, as normas de edição do PHPB, com algumas alterações.

Anotam-se, no Livro de Razão, assuntos diversos. Antonio Pinheiro Pinto, em 1795, fez a abertura do referido livro. Escreveu assim, como se pode observar na figura 2: “Livro dos aSentos e Rol dos que Medevem Comprey [ilegível] Este Livro he de Antonio Pinhero Pinto Xamado Livro de Razaõ que consta dos meus Asentos e Clarezas Antonio Pinheiro Pinto 1794 Antonio Pinheiro Pinto”

Diálogos Linguísticos e Filológicos variação, cultura escrita e léxico

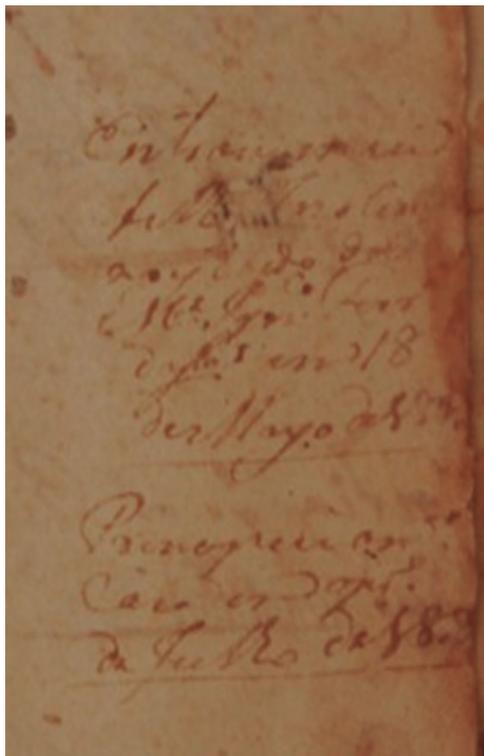
Figura 2 – Fragmento 1, fólio 1v



Fonte: CE-DOHS/UEFS.

Ainda no fólio 1v, demonstra Antonio Pinheiro Pinto preocupação com os estudos do filho Inocência Pinheiro ao registrar, no livro, o ano de seu ingresso na escola de mestre Ignacio. Além disso, anota o segundo senhor do Campo Seco o início da construção do sobrado, conforme se observa na Figura 3: “Entrou meu filho Inocen[.] no estodo do Mestre Ignacio Ferreira da [ilegível] em 18 de Mayo de 1810 Principiei minha casa em o primeiro de Julho de 1808”

Figura 3 – Fragmento 2, fólho 1v



Fonte: CE-DOHS/UEFS.

Ao que tudo indica, parece que o segundo senhor do Campo Seco se aventurou pelo mundo da medicina. Santos Filho (2012, p. 191) afirma que a escassez de médicos e a ausência de livros de medicina popular fizeram surgir no Brasil, nos séculos XVIII e XIX, os “práticos”, os “entendidos” e os “curiosos de medicina”. Nesse contexto, afirma o autor que todo fazendeiro se torna curandeiro nos seus domínios. Esclarece ainda Santos Filho (2012, p. 191):

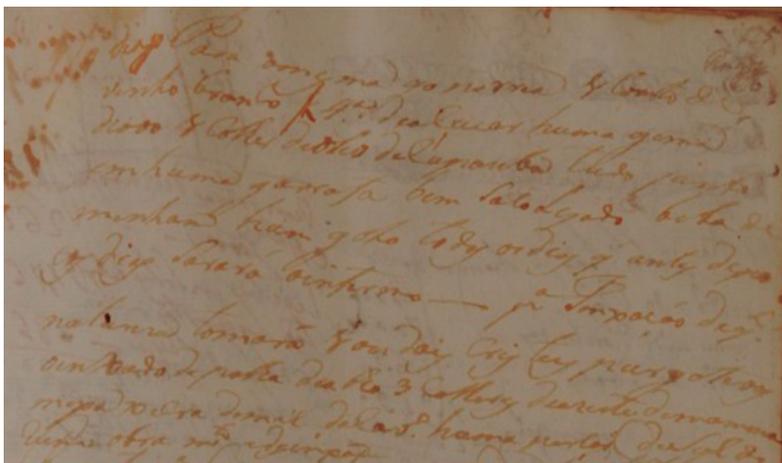
Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

E o senhor rural curava não só em casa, como nas adjacências, administrando “mezinhas”, pensando ferimentos e ulcerações, aconselhando drogas do Reino e raízes da terra. A experiência foi a mestra desses fazendeiros-curandeiros, que aprenderam por ver e por ouvir dizer.

Consta no Livro de Razão um número razoável de receitas para curar várias enfermidades. Antonio Pinheiro Pinto, seguindo o costume da época, copiou em seu livro, por exemplo, receita para curar gonorreia e todo tipo de inchaço, conforme se observa na Figura 4: “Para amesma gonorreia 1 coarto de vinho branco [ilegível] d eaçucar huma gema d eovo 1 colher d eoleo de copauba tudo junto em uma garrafa bem sacolejado beba de manhan hum golo todos os dias que antes depo cos dias sarará oinfermo-- para Inxação dequalquer natureza tomará 1 ou dois cristers purgativos o enxado de palha de alho 3 colheres d eazeite d emamona meya xicra d omel de carvalho huma porção desal do[ilegível] obra muito e desinxa”

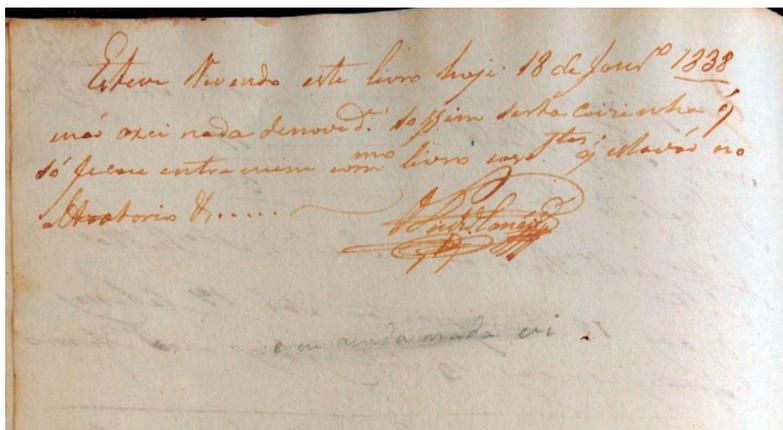
Figura 4 – Fragmento 3, fólio 125v



Fonte: CE-DOHS/UEFS.

Inocência Pinheiro Canguçu, após o falecimento de Antonio Pinheiro Pinto, seu pai, deu início a suas anotações no Livro de Razão em 27 de dezembro de 1822. Ressalte-se que Inocência escreveu bem menos que seu pai no livro manuscrito. Entre suas principais anotações estão registros de pagamentos de despesas, divisas e compra de escravos, além de uma última anotação, em 1838, de caráter enigmático, conforme se pode observar na Figura 5: “Estive revendo este livro hoje 18 de janeiro de 1838 não axei nada denovidade so ssim desta coizinha que só ficou entre mim e omesmo livro eos Santos que estavam no oratorio e Innoçençio Pinheiro Canguçu e eu ainda nada vi”

Figura 5 – Fragmento 4, fólio 132v

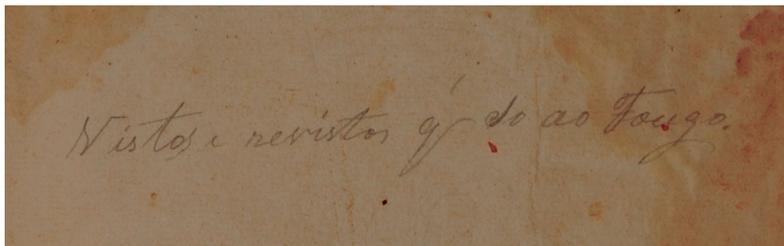


Fonte: CE-DOHS/UEFS.

Tempos mais tarde, Miguel de Castro Mirante comenta, logo após a anotação do terceiro Senhor do Campo Seco, que também não via nenhuma novidade no livro. É sua a última anotação presente no fólio 195v: “Vistos e revistos que do ao Fougo”

Diálogos Linguísticos e Filológicos variação, cultura escrita e léxico

Figura 6 – Fragmento 5, fólio 195v



Fonte: CE-DOHS/UEFS.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Discutiui-se, neste trabalho, o diálogo entre a História da Cultura Escrita e os estudos linguísticos no âmbito da Linguística Histórica. Além disso, apresentaram-se notícias sobre a edição semidiplomática do Livro de Razão, documento manuscrito da Bahia rural setecentista e oitocentista.

A partir da discussão realizada, entende-se que, para a constituição de uma História Social Linguística do Brasil, é preciso repensar os seguintes pontos:

- a) a Linguística, por se situar na encruzilhada de disciplinas extremamente variadas, precisa exercitar esse caráter interdisciplinar ampliando as possibilidades de pesquisa, uma vez que a língua, seu objeto de estudo, é uma parte decisiva da cultura; a História da Cultura Escrita, ao centrar sua análise nos testemunhos escritos de qualquer índole, constitui-se como mais um viés para os estudos linguísticos no campo da Linguística Histórica, posto que o texto escrito, segundo Telles (2016, p. 195) é, sobretudo, um documento de fatos linguísticos e a língua é o objeto da Linguística;

- b) a história do português brasileiro é apenas uma parte da História Social Linguística do Brasil; é preciso olhar atentamente para as línguas indígenas, africanas e de imigração; e
- c) urge que se elabore uma história detalhada da escolarização, aqui entendida como a história da escolarização oficial e extraoficial.

No que se refere à edição semidiplomática do Livro de Razão, acredita-se que:

- a) a edição e o estudo das práticas de escrita, no que se refere aos aspectos histórico e social, colaborarão com a preservação da cultura regional, oferecendo subsídios para uma história linguística local;
- b) ao se estudar as práticas de escrita dos senhores do Campo Seco, é possível discutir, em relação ao aspecto linguístico, por exemplo, a relação grafemático-fonética por meio dos dados colhidos nos registros do Livro de Razão e compará-los com os usos presentes na escrita de jovens e adolescentes da atualidade, até porque, conforme Machado Filho (2008, p. 45), língua e História exibem uma relação que as impulsiona de forma a condicionar o ensino daquela ao espectro desta, indissociavelmente.

CRÉDITOS

p. 69 **Assinatura de Antonio Pinheiro Pinto**. Jorge Santos (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB), fotografia, 2018.

p. 71 **Fragmento 1, fôlio 1v**. Jorge Santos (UESB), fotografia, 2018.

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

p. 72 **Fragmento 2, fólio 1v.** Jorge Santos (UESB), fotografia, 2018.

p. 73 **Fragmento 3, fólio 125v.** Jorge Santos (UESB), fotografia, 2018.

p. 74 **Fragmento 4, fólio 132v.** Jorge Santos (UESB), fotografia, 2018.

p. 75 **Fragmento 5, fólio 195v.** Jorge Santos (UESB), fotografia, 2018.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ricardo Nascimento. *A escolarização linguística como projeto de civilização: o ensino de língua portuguesa na província de Sergipe, na primeira metade do século XIX, através do método lancasteriano*. 2012. 250 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

BARROS, José d'Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. *Diálogos*, Maringá, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

BATISTA, Ronaldo Oliveira. *Introdução à historiografia da linguística*. São Paulo: Cortez, 2013.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. Salvador: Fundação Pedro Calmon. 2009.

CUCHE, Denys. *La notion de culture dans les sciences sociales*. Paris: La Découverte, 1996.

FOISIL, Madeleine. A escritura do foro privado. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.). *História da vida privada: da*

Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Alfabetização, escolarização e cultura escrita em Minas Gerais no século XIX. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei Teodoro (Org.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. p. 249-278.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Histórias das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: CARVALHO, Gilcinei Teodoro; MARILDES, Marinho (Org.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. p. 218-248.

GÓMEZ, Antonio Castillo. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, n. 5, p. 93-124, jan./jun. 2003.

HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade, 1985.

LEWIS, Jeff. *Cultural studies: the basics*. London: Sage, 2006.

LOBO, Tânia Conceição Freire. Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro. In: OLIVEIRA, Klebson; SOUZA, Hirão Fernandes Cunha e; SOLEDADE, Juliana (Org.). *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias*. Salvador: Edufba, 2009.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. História da língua e a formação do professor de português. In: MENDES, Edleise; CASTRO, Maria Lúcia (Org.). *Saberes em português: ensino e formação docente*. Campinas: Pontes, 2008. p. 45-55.

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

- MASSINI-CAGLIARI, Gladis. O que é fazer pesquisa em Linguística Histórica. In: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa (Org.). *Ciências da linguagem: o fazer científico?* Campinas: Mercado das Letras, 2012. p. 267-292.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.
- SANTOS FILHO, L. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia, nos séculos XVIII e XIX*. Feira de Santana: UEFS Editora; Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012.
- TELLES, Célia Marques. Textos escritos por mãos inábeis, sua importância para o estudo da fonologia. In: ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues et al. (Org.). *Estudos filológicos: linguística românica e crítica textual*. Salvador: Edufba, 2016. p. 195-214.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. *Corpus eletrônico de documentos históricos do sertão*. Coordenado por Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira. Feira de Santana, 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/2lBH8IP>>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- VEIGA, Cynthia Greive. História política e história da educação. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thaís Nívea de Lima (Org.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 13-48.

DE UMA HISTÓRIA SOCIAL DO PORTUGUÊS BRASILEIRO PARA UMA HISTÓRIA SOCIAL LINGUÍSTICA DO BRASIL: CULTURA ESCRITA E POVOS INDÍGENAS NA BAHIA SETECENTISTA

Pedro Daniel dos Santos Souza

Em texto sob o título “De que trata a linguística, afinal?”, José Borges Neto (2004) apresenta um “quadro geral” da situação da linguística contemporânea no que diz respeito à delimitação de seu objeto ou, talvez possamos considerar, do seu caráter plural. Não pretendo fazer uma epistemologia da linguística, muito menos uma historiografia dessa disciplina, mas tratarei da linguística que tenho feito nesses últimos anos, como forma de também contribuir para uma escrita historiográfica futura. Embora se inscrevendo no campo da Linguística Histórica, minha discussão passa pelas rasuras promovidas no âmbito das formas de fazer História do século XX, sobretudo com a virada cultural e a emergência da chamada Nova História Cultural.

Esta reflexão estrutura-se em dois momentos, com vistas a garantir certa sistematicidade da discussão, bem como facilitar a compreensão de como o objeto de que tenho me ocupado se inscreve num “entre-lugar” entre a Linguística e a História. Considerando essa situação, discutirei a emergência de uma história social linguística

do Brasil no âmbito da historiografia do português brasileiro (PB) e, em seguida, apresentarei algumas notícias sobre a aplicação do *Directorio pombalino*, ou *dos índios*,¹ na capitania da Bahia e sua articulação com o projeto de investigação sobre os novos agentes de letramento nas vilas de índios na segunda metade do século XVIII.

Evidentemente, não esgoto a discussão aqui, mas apresento alguns caminhos que têm direcionado a minha pesquisa sobre as populações indígenas brasileiras e as suas formas de apropriação da escrita e de participação no complexo mundo da cultura escrita no Brasil colonial, a partir do viés da escolarização. O desdobramento da investigação que se descortina se inscreve no campo da História Social da Cultura Escrita (HSCE), que tem como objetivo indagar, principalmente, sobre as distintas funções e consequentes práticas materiais da escrita, sempre em referência às respectivas sociedades históricas e sempre levando em conta que, em cada momento, a sociedade se encontra formada por indivíduos alfabetizados e analfabetos, daí a importância de estudos sobre a difusão social da escrita, como destacam Petrucci (1999), Castillo Gómez (2003) e Chartier (2010), entre outros.

Nesse caminho, busco respostas a questões centrais relativas à HSCE no âmbito de uma história social linguística do Brasil e, em específico, da capitania da Bahia, considerando seus limites territoriais na segunda metade dos Setecentos. Em quais aldeamentos indígenas alçados, na segunda metade do século XVIII, à condição de vilas foram abertas escolas para meninos e meninas indígenas? Qual o perfil social dos agentes de ensino de português como segunda língua e de letramento desses povos? Como atuaram? Quais foram as formas de apropriação da leitura e da escrita pelas populações indígenas nesse

¹ O fac-símile do *Directorio* encontra-se publicado como apêndice na obra de Almeida (1997). Encontramos ainda o fac-símile na *Colleção das leis, decretos, e alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rei fidelissimo D. José o I. Nosso Senhor, desde o anno de 1750 até o de 1760, e Pragmatica do Senhor Rei D. João o V. do anno de 1749* (ALVARÁ..., 1796a).

período da história colonial e as consequências de sua imersão no complexo mundo da cultura escrita? Essas são questões que tenho buscado responder a partir da pesquisa de doutorado e, neste trabalho, apresentarei alguns aspectos mais gerais da discussão que venho realizando sobre o tema.

DA EMERGÊNCIA DA HISTÓRIA SOCIAL LINGUÍSTICA DO BRASIL NO ÂMBITO DA HISTORIOGRAFIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

A escrita da história social linguística do Brasil, tema que tem despertado interesse de alguns pesquisadores nos últimos anos, ainda centra sua atenção na reconstrução do processo sócio-histórico de origem e formação do PB, deixando de lado uma reflexão mais pormenorizada sobre as línguas autóctones, aqui existentes quando da chegada dos portugueses nos inícios da conquista e da colonização, as línguas africanas de diversos grupos etnolinguísticos para cá trazidos já no século XVI e estendendo-se até ao século XIX e, mais para meados deste, as línguas da imigração.

Embora a formação de nosso país tenha sido caracterizada por um multilinguismo generalizado, as atuais discussões teórico-metodológicas em torno das políticas linguísticas, ainda marcadas por um reduzido espaço no âmbito acadêmico, devem essa situação, em parte, à ideologia de uma língua única no país, desde os tempos do Brasil Colônia, responsável por fortalecer a hegemonia da língua portuguesa e camuflar a existência do multilinguismo que ainda persiste de forma localizada. Em virtude dessa realidade, Oliveira (2007) defende que até mesmo a sociolinguística praticada no Brasil é uma sociolinguística do monolinguismo, haja vista que muitas pesquisas têm se dedicado às variáveis e variantes do PB, não colocando em discussão as variáveis e variantes das diversas outras línguas faladas no território nacional, como tenho atestado no levantamento

dos diversos fenômenos linguísticos investigados sob o escopo da chamada Sociolinguística Variacionista.²

Evidentemente, isso não significa que não tenhamos começado a perceber a emergência de ruptura com essa tradição, na medida em que

[...] o panorama das reivindicações dos movimentos sociais, a diversificação de suas pautas, o crescimento das questões étnicas, regionais, de fronteira, culturais, tornaram muito mais visível que o Brasil é um país constituído por mais de 200 comunidades linguísticas diferentes.³ (OLIVEIRA, 2007, p. 8).

Todas essas comunidades participam, cada uma a seu modo e com os instrumentos que lhes são possíveis, da vida social e política do país. Como resultado de uma nova forma de lidar com o multilinguismo brasileiro, emerge o conceito de “línguas brasileiras”, ou seja, as diversas línguas faladas por comunidades de cidadãos brasileiros, historicamente assentados no território nacional, sejam línguas indígenas ou de imigração, línguas de sinais ou faladas por grupos quilombolas. Além disso, também emergem novos olhares sobre o português em função dos novos papéis que o Brasil passou a desempenhar nos contextos regional e mundial, trazendo à discussão seu estatuto de língua oficial do Estado e sua gestão.

Não posso deixar de ressaltar que o olhar para as outras línguas faladas no Brasil, além do português, e o interesse por torná-las

² No volume temático da *Alfa: Revista de Linguística* (2012), podemos verificar uma fotografia do estado da arte dos estudos sociolinguísticos e dialetológicos no Brasil. No referido volume, encontramos 15 artigos representativos dos diversos grupos de pesquisa em Sociolinguística e Dialectologia que se encontram espalhados pelo território nacional.

³ O autor está considerando não apenas as línguas indígenas, mas também as de imigração, as faladas por grupos quilombolas e ainda a língua brasileira de sinais (Libras). Não verticalizarei as discussões sobre essas estatísticas, principalmente em relação às línguas indígenas, mas não posso deixar de destacar a controvérsia das projeções feitas.

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

objetos de investigação se inscrevem, de início, no âmbito da busca por uma reconstrução sócio-histórica do PB, na medida em que se passa a considerar que muitas histórias precisam ser reconstruídas, com vistas a garantir a escrita de uma história do diversificado português brasileiro,

[...] nascido do encontro da “linguagem adulterada de negros e índios” e da *koiné* portuguesa, além de outras línguas aqui chegadas que, necessariamente, por razões sócio-históricas e linguísticas, entrecruzaram-se e se entrecruzam com o ideal redutor e generalizado formulado por Serafim da Silva Neto. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 12).

Ainda que não seja meu objetivo aqui escrever uma história do português do Brasil, é no contexto dessas discussões que emergem as questões que investigo, sobretudo pela premente necessidade de rupturas nos silenciamentos e/ou esquecimentos que foram promovidos pela historiografia do PB, aludidos no início desta seção: a história das *línguas ameríndias* aqui existentes quando da chegada dos portugueses, a das *línguas africanas* de diversos grupos etnolinguísticos para cá trazidas e, mais para meados do século XIX, a das chamadas *línguas da imigração*. Muitas histórias precisam ser reconstruídas, mesmo que só nos sejam possíveis aproximações a elas (MATTOS E SILVA, 1998).

Não deixando de reconhecer a importância da historiografia do PB, sobretudo quando a questão da língua no Brasil passa a ser objeto de discussão dos linguistas, com a obra pioneira de Serafim da Silva Neto (1977), *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, publicada originalmente em 1950, na qual desenvolve as teses da unidade e do conservadorismo do português no Brasil, quero destacar, haja vista o estágio atual das pesquisas sobre o PB, que a

história social linguística do país não se restringe à história da língua portuguesa no Brasil, muito menos à própria história do português brasileiro. Além disso, considerando o contexto multilíngue generalizado de nosso país, o contato linguístico configura-se como elemento constitutivo de formação do PB na América portuguesa, onde entraram em cena três atores: o português europeu, as línguas gerais indígenas e o português geral brasileiro (MATTOS E SILVA, 2001).

A partir dessas questões, buscarei refletir sobre a emergência de uma história social linguística do Brasil no âmbito da historiografia do português brasileiro, focalizando os programas de investigação propostos por Houaiss (1992) e Mattos e Silva (1998), na intenção de refletir sobre a HSCE no Brasil, campo no qual tenho inserido a minha pesquisa de doutorado sobre a escolarização de meninos e meninas indígenas na Bahia da segunda metade do século XVIII.

Em seu ensaio hoje já clássico, *O português no Brasil*, publicado originalmente em 1985, o filólogo e lexicógrafo Antônio Houaiss (1992), embora reconheça uma vasta bibliografia sobre o português falado e escrito no Brasil, considera, àquela altura da escrita de seu trabalho, que ainda não se tinham preenchidos os requisitos da pesquisa e conhecimento com vistas à elaboração de uma história da língua portuguesa no Brasil, tanto na perspectiva de uma história interna quanto de uma história externa. Diante disso, refletindo sobre alguns caminhos essenciais para explicar o PB, tanto falado quanto escrito, o autor defende que o enfrentamento da problemática quanto à explicação de suas origens e à sua natureza deveria partir de quatro vias de investigação, assim sistematizadas:

- 1) a do *levantamento exaustivo de depoimentos diretos e indiretos sobre todos os processos linguageiros havidos* a partir (e mesmo antes, para com os indígenas e os negros) dos inícios da colonização, levantamento já em curso assistemático desde os historiadores dos

meados do século XIX para cá; 2) o *mapeamento confiável da dialetologia brasileira* [...]; 3) o *incremento da dialetologia vertical* em tantos quantos possíveis grandes centros urbanos e focos rurais antigos, a fim de se poder ver a interinfluência entre o rural e o urbano na transmissão adquirida e induzida; 4) a *penetração da língua escrita no Brasil*, das origens aos nossos dias, não numa leitura “estética”, que se vem tentando algo em vão, nem histórico-externa, nem sociológica, nem demográfica, nem demopsicológica, nem antropológica, nem política, mas essencialmente linguística. (HOUAISS, 1992, p. 137-138, grifo nosso).

Para esta discussão interessam-me as vias 1 e 4. Em relação à primeira via, uma das mais tortuosas a ser percorrida, senão a mais, podemos encontrar alguns trabalhos esparsos, a exemplo da já citada obra de Serafim da Silva Neto (1977), na qual se apresentam alguns indícios que podem servir como passos iniciais para uma reflexão mais pormenorizada sobre o tema, e também o artigo “De fontes sócio-históricas para a história social linguística do Brasil: em busca de indícios”, de Rosa Virgínia de Mattos e Silva (2001).

Entre o estudo de Serafim da Silva Neto (1977) e o artigo de Rosa Virgínia Mattos e Silva (2001) passou-se meio século, mas ambos acabam por se aproximar quanto à natureza preponderante das fontes sócio-históricas que foram investigadas; em outros termos, trata-se de trabalhos que se fundamentaram nas chamadas fontes secundárias. Esse fato traz à luz, tanto para o passado quanto para o presente, uma característica que tem marcado os historiadores do PB, qual seja, a da mínima exploração direta de fontes primárias. Podemos, em parte, explicar esse fato pela precária política arquivística do Brasil, que, de modo geral, não promove uma catalogação exaustiva dos acervos documentais disponíveis nos seus arquivos, embora estejamos assistindo a uma mudança nessa direção nos

últimos anos, sobretudo pelos pesquisadores do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), coordenado por Ataliba Teixeira de Castilho desde 1997.

No caso da Bahia, o trabalho de Tânia Freire Conceição Lobo (2001), intitulado *Para uma sociolinguística histórica do português do Brasil: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX*, constituiu-se como um estudo pioneiro na prospecção de arquivos pelos historiadores do PB. Incentivados por este, muitos outros trabalhos foram realizados, permitindo-nos considerar que, em relação ao estado da Bahia, se realizaram significativas mudanças quanto ao domínio dos métodos e técnicas da pesquisa histórica na área de Letras. Passada uma década do início dessa prática de prospecção dos arquivos da Bahia, em função do PHBP, Lobo (2009) considerou ser possível definir três momentos distintos, assim caracterizados: 1) a fase *ingênua*, caracterizada pela falta de conhecimento prévio sobre os arquivos baianos, tanto públicos quanto privados; os fundos documentais neles preservados; e mesmo os documentos que deveriam ser disponibilizados a linguistas interessados na reconstrução histórica do processo de formação do português brasileiro; 2) a fase da *profissionalização*, quando se tentou enfrentar a perspectiva de que a edição de textos para integrar uma amostra linguística de qualquer sincronia do passado não pode se limitar à crítica textual *stricto sensu*, “exigindo do linguista-filólogo a reconstrução da estrutura social da comunidade ‘de fala’ e a identificação da posição social dos que escreveram no passado” (LOBO, 2009, p. 312); e 3) a fase quando despontam os chamados profissionais,

[...] dado o grau de maturidade alcançada no diálogo com fontes sócio-históricas secundárias e no rastreamento de fontes primárias as mais diversas, com o

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

propósito de fazer cada texto editado ‘falar’. (LOBO, 2009, p. 314).

Pela caracterização desse quadro, tivemos avanços importantes na prospecção de acervos e arquivos nas duas últimas décadas.

A via 4 proposta por Houaiss (1992) traz-nos o paradoxo de que, embora o Brasil seja um país de escolarização e imprensa tardias, tem sido por meio dos espaços institucionais formais – em que a escola, na contemporaneidade, ocupa a posição de agência do letramento por excelência – que se tem pautado a busca pela história da penetração da língua escrita no Brasil. Evidentemente, há outras perspectivas possíveis, não se constituindo aquela como exclusiva ou principal, haja vista que, na história social linguística do Brasil, é preciso fazer a distinção entre as mudanças captadas na passagem de nosso país da condição de generalizadamente multilíngue à condição de localizadamente multilíngue, de eminentemente rural a eminentemente urbano e de país analfabeto a alfabetizado. Essa via, portanto, acaba por se configurar como espaço privilegiado de encontro entre historiadores do PB e historiadores da cultura escrita no Brasil, enquanto espaço que se quer interdisciplinar, a sua construção não poderá ser só “[...] essencialmente linguística”, mas, contrariamente à perspectiva apontada por Houaiss (1992, p. 138), também histórica, antropológica, demográfica, política, sociocultural, psicológica, pedagógica e assim por diante. Perseguindo esse caminho, destaco os percursos investigativos do Programa História Social da Cultura Escrita no Brasil (Hisculte), sob coordenação de Tânia Conceição Freire Lobo, que se encontra vinculado ao Programa para a História da Língua Portuguesa (Prohpor) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O Programa Hisculte inscreve-se no campo da HSCE, que, segundo o historiador Castillo Gómez (2003), enquanto uma subespecialidade da História Cultural, resulta da confluência de duas

tradições: *a história social da escrita e a história do livro e da leitura*. Como campo interdisciplinar, centrado na interpretação das práticas sociais do ler e do escrever, com especial relevância na análise das formas materiais do escrito, tanto pelo que indicam em relação aos diferentes graus de competência gráfica dos escreventes como pelo que podem sugerir em relação às formas diversas de sua apropriação (CHARTIER, 2002), a HSCE coloca-nos também diante da necessidade de refletir sobre as fontes documentais. Nessa direção, para alguns campos do programa, a importância de uma Filologia de textos, bem como a própria Paleografia, que sirva de base a uma reconstrução dos testemunhos escritos anteriores ao século XX, quando já passamos a dispor de outros meios para estudos de aspectos da nossa história pregressa, constitui-se como importante instrumento da prática historiográfica a que se propõe.

Tendo em vista algumas formas de implementação das “quatro vias” propostas por Houaiss (1992) a que aludi, no artigo “Ideias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior”, apresentado como conferência ao I Seminário para a História do Português Brasileiro, realizado em 1997 na Universidade de São Paulo (USP), Mattos e Silva (1998) reflete sobre a necessidade de buscar-se uma compreensão do PB, externando o que considera que sejam alguns caminhos para se entrever o passado dessa língua, os quais deverão movimentar-se em direção à recuperação tanto histórico-social quanto linguística do Brasil. Apoiando-se na afirmação de que “as *histórias* que se escrevem são sempre *uma* história, reconstruída e escrita a partir dos condicionamentos teóricos, metodológicos, empíricos e ideológicos de seus autores” (MATOS E SILVA, 1998, p. 34, grifos da autora), a autora apresenta quatro grandes campos de pesquisa que, embora no seu processo de realização possam ser desenvolvidos de forma autônoma, necessariamente encontram-se interligados, sendo definidos da seguinte maneira:

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

a, campo que se moverá na reconstrução de uma história social linguística do Brasil; *b*, campo que se moverá na reconstrução de uma sócio-história linguística ou de uma sociolinguística histórica; *c*, campo que se moverá na reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro; *d*, campo que se moverá no âmbito comparativo entre o português europeu e o português brasileiro. (MATTOS E SILVA, 1998, p. 40).

Para a discussão aqui realizada, interessa-me o campo de pesquisa *a*, na medida em que se funda na história social do Brasil, aproximando aqueles que se ocupam da história da língua com os chamados historiadores *tout court*, e abarca duas perspectivas de investigação: 1) a recuperação da articulação entre os fatos de ocupação territorial, as sucessivas distribuições demográfico-linguísticas e as prevalências e desaparecimento das línguas; e 2) a reconstrução da história da escolarização no Brasil, ou, mais amplamente, a história social da difusão da escrita. Além de abrir caminhos para se compreenderem as relações e as tensões entre normas linguísticas socialmente prestigiadas e aquelas socialmente estigmatizadas, o campo *a* prevê a recuperação de políticas linguísticas existentes ao longo da história do Brasil. Nesse caso, tomando o período da América portuguesa, ou seja, o Brasil colônia, duas políticas linguísticas podem ser definidas: 1) a dos jesuítas aqui chegados com o primeiro governador geral, Tomé de Souza, que priorizou o que veio a ser chamado por José de Anchieta como a “língua mais falada na costa do Brasil”; e 2) a de Sebastião José de Carvalho e Melo, o conde de Oeiras, depois marquês de Pombal, um dos maiores representantes da política ilustrada do despotismo esclarecido do século XVIII, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino durante o governo de d. José I (1750-1777), que, em meados do século XVIII, tornou o português a língua obrigatória do ensino para as populações

indígenas no Brasil, proibindo o uso das línguas próprias de suas etnias e da geral, encerrando assim a possibilidade de o país ter uma base linguística indígena.

Fazendo um balanço dos caminhos que foram tomados com vistas à definição de um programa de investigação para a história do português brasileiro, tenho afirmado que foi no âmbito dessas preocupações que se passou a refletir sobre as outras línguas faladas no Brasil, ou as línguas brasileiras. Na verdade, tomando-se como foco de interesse a recuperação dos processos linguageiros havidos desde a colonização (HOUAISS, 1992), os interesses materializaram-se em três realidades distintas: 1) a questão complexa e diversificada do contato com as línguas indígenas, que, embora se constitua um trabalho de grande dimensão, já começa a dispor de bibliografia significativa, além de ser facilmente delimitável tanto histórica quanto geograficamente; 2) o contato com as línguas africanas, que se configura como um trabalho de difícil recuperação, dado o processo apresentar-se diluído e entremeado no todo da história social do Brasil; e 3) por fim, o também diversificado contato com as línguas da imigração, que se estabeleceram no país em momentos e espaços diferenciados, além de suas características socioculturais específicas (MATTOS E SILVA, 1998).

Em meu percurso investigativo, tenho voltado a atenção mais especificamente para a história das populações indígenas e suas línguas, não perdendo de vista a distinta história das duas colônias portuguesas na América – o Estado do Grão-Pará e Maranhão e o Estado do Brasil. Para encerrar esta primeira seção, chamo a atenção para a necessidade de atentarmos a dois silenciamentos promovidos pela historiografia brasileira que acabaram sendo gestados e difundidos (FREIRE, 2004): primeiro, a construção de uma unidade linguística desde 1500, tomando o português como única língua dos brasileiros e desconsiderando a ampla difusão, no tempo e no espaço, das línguas gerais *amazônica* e *paulista*, hegemônicas durante quase

todo o período colonial, além do próprio esquecimento do quadro diversificado das línguas indígenas aqui faladas quando da chegada dos europeus; segundo, a construção de uma unidade territorial e política da nação brasileira já a partir de 1500, apagando a memória de que havia duas colônias na América portuguesa, cada uma autônoma em relação à outra – o Estado do Grão-Pará e Maranhão e o Estado do Brasil –; essa unidade só vai se consolidar com a adesão do Grão-Pará e Maranhão ao Brasil em agosto de 1823, praticamente um ano após a independência político-administrativa do chamado Estado do Brasil.

A escrita de uma história social linguística do Brasil não pode deixar de considerar as distintas histórias dos Estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão, sobretudo quanto às formas de implementação das políticas linguísticas supracitadas. Voltando a atenção para o Estado do Brasil e, mais especificamente, a capitania da Bahia setecentista, passarei a trazer algumas reflexões sobre as formas de execução da política indigenista do marquês de Pombal e a emergência de novos agentes do letramento indígena nas vilas criadas na segunda metade do século XVIII, após a expulsão da Companhia de Jesus, em 1759. Apresentarei, na próxima seção, aspectos gerais dessa discussão, haja vista se tratar de pesquisa em andamento, mas que já me permite algumas conclusões.

O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS E UM PROJETO DE INVESTIGAÇÃO: LER, ESCREVER E CONTAR NAS VILAS DE ÍNDIOS DA CAPITANIA DA BAHIA

Na segunda metade do século XVIII, a lei e o alvará, respectivamente, de 6 e 7 de junho de 1755,⁴ resultantes da ação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado como governador e capitão general do

⁴ As leis, decretos, alvarás e demais fontes utilizadas neste trabalho encontraram-se indicadas no item “Fontes primárias manuscritas e impressas” das referências (cf. ALVARÁ..., 1796a, 1796b; CONSULTA..., 1758; FURTADO..., 1758; LEY..., 1769; PARECER..., 1759; PROVISÃO..., 1768).

Estado do Grão-Pará e Maranhão, revogaram o sistema de catequese que se baseava em aldeamentos e instituíram a liberdade dos índios e o casamento entre portugueses e índias (ou entre índios e portuguesas). Essa “nova” política indigenista, ratificada pelo alvará de 8 de maio de 1758 e, por sua vez, pelo *Diretório dos índios*, confirmado pelo alvará de 17 de agosto do mesmo ano,⁵ que passou então a vigorar na América portuguesa, previa a extinção do poder temporal e espiritual das ordens religiosas, em particular da Companhia de Jesus, sobre as populações indígenas, instituindo o governo civil dos antigos aldeamentos, que deveriam ser transformados em vilas e lugares. De modo geral, essa nova legislação não apenas aboliu o modelo de catequese dos jesuítas, mas também instituiu um sistema de colonização dos índios baseado no conceito de “civilização”.

A política linguística instituída pelo *Directorio*, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrario – simplesmente conhecido como *Diretório pombalino* ou *Diretório dos índios* – configurava-se como uma política de proibição do uso das línguas indígenas e, em particular, da chamada língua geral como um dos principais objetivos do processo de “civilização” dos índios, o que não só resultou em perdas linguísticas irreparáveis como também em mudanças linguístico-culturais que, associadas a outros fatores relevantes, definiram o rumo do Brasil como país majoritariamente falante da língua portuguesa.

Feitas as necessárias e devidas ressalvas, o *Diretório*, como gênero textual, pode ser inscrito entre os chamados manuais civilizatórios – “manuais de civilidade”, impressos no mesmo período em Portugal, os quais foram veículos importantes do “processo de civilização da Europa”, como descrito na obra clássica do sociólogo

⁵ O alvará de 17 de agosto de 1758, que confirma o *Diretório*, estendendo-o ao Estado do Brasil, também se encontra em apêndice na obra de Almeida (1997).

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

alemão Norbert Elias (1994) –, que passaram a adestrar o comportamento humano nas sociedades modernas europeias e também nos seus domínios coloniais. Assim, instituiu-se um conjunto de ações de um programa mínimo, a ser executado com “prudência”, “suavidade” e “brandura”, para fazer dos índios brasileiros seres civilizados, assim definido:⁶

- 1) torná-los cristãos;
- 2) torná-los falantes da língua portuguesa, escolarizando-os – inclusive as meninas –, se isto fosse necessário para alcançar tal fim;
- 3) tratar os que ocupavam postos relevantes, tais como os de principais, sargentos-mores, capitães, vereadores, juízes ordinários e outros ofícios com as honras e os privilégios competentes aos seus postos (honras e privilégios extensíveis às suas famílias);
- 4) não permitir que dali por diante fossem tratados por negros nem que entre si usassem de tal tratamento, para que compreendessem que não lhes competia a vileza do referido nome;
- 5) dar-lhes sobrenomes e também os apelidos das famílias portuguesas;
- 6) fazê-los fabricar as suas casas à imitação das casas dos brancos, para que as famílias vivessem separadas;
- 7) fazê-los abandonar o vício abominável, dominante e universal da ebriedade;
- 8) obrigá-los, por meio do seu trabalho, a adquirir vestuário e a vestir-se à proporção da qualidade das suas pessoas e das graduações dos seus postos,

⁶ Uma discussão preliminar dessas questões foi publicada na revista *A Cor das Letras* (SOUZA; LOBO, 2016).

devendo o vício da desnudez ser desterrado especialmente das mulheres;

9) fazê-los cultivar suas terras, não apenas para saírem do abatimento e da pobreza, mas também para dar cabo de outro vício, o da ociosidade, crescendo-se que aqueles que mais rendessem no trabalho teriam preferência nas honras e privilégios concedidos pelo rei;

10) por fim, concorreria também para a civilidade dos índios a introdução de brancos em suas terras. (SOUZA; LOBO, 2016, p. 47).

O papel que teria desempenhado o *Directório dos índios*, no sentido de promover a generalização da língua portuguesa no Brasil, se inscreve entre as muitas questões que devem ser abordadas no âmbito da escrita de uma história social linguística do país. Sobre essa questão, até muito recentemente, nossa história refletiu sucessivas políticas linguísticas homogeneizadoras e repressivas, que resultaram num processo marcado pela morte de línguas. Nessa trajetória, podemos entrever as consequências da implantação do projeto pombalino de forma mais expressiva a partir do excerto que reproduzimos a seguir:

Observando pois todas as Naçoens polidas do Mundo este prudente, e sólido systema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidáraõ os primeiros Conquistadores estabelecer nella o uso da Lingua, que chamarão geral; invenção verdadeiramente abominavel, e diabólica, para que privados os Indios de todos aquelles meios, que os podiaõ civilizar, permanecessem na rustica, e barbara sujeição, em que até agora se conservávaõ. Para desterrar este perniciosissimo abuso, *será hum dos principâes cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas*

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

Povoaçoens o uso da Lingua Portugueza, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertencerem ás Escólas, e todos aquelles Índios, que forem capazes de instrucção nesta materia, usem da Lingua propria das suas Naçoens, ou da chamada geral; mas unicamente da Portugueza, na forma, que Sua Magestade tem recômendado em repetidas ordens, que até agora se não observáão com total ruina Espiritual, e Temporal do Estado. (FURTADO, 1758, 6º parágrafo, grifo nosso).⁷

Segundo Souza e Lobo (2016), de forma explícita, o *Diretório* materializa uma política linguística pautada no glotocídio das línguas indígenas, representadas pela “língua própria das suas nações, ou [pela] chamada geral”, considerada esta última como “invenção verdadeiramente abominável e diabólica”, em favor da língua portuguesa, vista como a língua de civilização, o que acabou por fortalecer seu caráter majoritário e hegemônico. Ademais, o marquês de Pombal também não acreditava nos métodos de conversão e catequização utilizados pelos jesuítas, os quais teriam feito com que o real processo de civilização pela língua tivesse um atraso significativo, ou seja, a Companhia de Jesus teria perdido tempo numa tentativa frustrada de civilizar os índios, além de sua permissividade ter “privado” as populações indígenas de se civilizarem, mantendo-as no estado de “rústica e bárbara sujeição”.

A associação entre ensino da leitura e da escrita à catequese, que se reflete na possibilidade de aprendizagem dos dogmas da fé cristã e da língua portuguesa como ações integradas, também se configura como outra questão presente no decreto do marquês de Pombal. Nessa direção, como destacam Souza e Lobo (2016), o

⁷ Para a transcrição dos documentos citados neste trabalho, utilizei as *Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos*, definidas pelo PHPB, com alterações. As normas do PHPB podem ser consultadas em <<http://bit.ly/2I9RwAB>>, sem as alterações.

Diretório determina a criação de escolas públicas não só para meninos, mas também para meninas indígenas, indo de encontro ao que era predominante ainda no século XVIII, ou seja, uma oferta de ensino escolarizado público quase exclusivamente para crianças do sexo masculino. No trecho transcrito a seguir, é possível verificar a estratégia de abertura de duas escolas para a implementação da política pombalina:

E como esta determinação he a base fundamental da Civilidade, que se pretende, *haverá em todas as Povoações duas Escólas públicas*, huma para os Meninos, na qual se lhes ensine a Doutrina Christã, a ler, escrever, e contar na forma, que se pratica em todas as Escólas das Naçoens civilizadas; e outra para as Meninas, na qual, além de serem instruidas na Doutrina Christã, se lhes ensinará a ler, escrever, fiar, fazer renda, cultura, e todos os mais ministérios proprios daquelle sexo. (FURTADO, 1758, 7º parágrafo, grifo nosso).

Além de expressar uma política linguística quanto à oficialização da língua portuguesa como idioma do ensino, o *Diretório* também institui o que tem sido chamado de *planejamento linguístico*, ou seja, os meios de aplicação da política linguística (CALVET, 2007). Com isso, não só evidenciamos uma orientação que prevê a inserção das populações indígenas em práticas de uma cultura escrita em língua portuguesa, mas ainda as suas consequências materializadas nos glotocídios testemunhados ao longo da formação da sociedade brasileira por meio do processo de escolarização, ou seja, da emergência, no Brasil colonial, da escola *para* índios e não *de* índios. Ao mesmo tempo, esses espaços institucionais, centrados na catequese, ignoraram as instituições educativas indígenas e executaram uma política destinada a desarticular a identidade das etnias, discriminando suas

línguas e culturas, que foram desconsideradas no processo educativo (SOUZA; LOBO, 2016).

Como já pontuei, por meio do alvará de 8 de maio de 1758 a legislação indigenista do governo josefino, publicada em 6 e 7 junho do mesmo ano para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, que tratava da liberdade dos índios, foi estendida para o Estado do Brasil e, com vistas a garantir sua aplicação, o rei d. José I determinou a instalação, na cidade de Salvador, sede do Governo Geral e do Vice-Reinado, dos tribunais especiais do Conselho Ultramarino e da Mesa da Consciência e Ordens, que deveriam, respectivamente, estabelecer a administração temporal das aldeias aos índios, transformando os aldeamentos em vilas e lugares; e transformar as missões em freguesias, passando aos padres do Hábito de São Pedro a sua administração. Durante as discussões para a efetivação das ações, o tribunal especial do Conselho Ultramarino recebeu cópias do *Diretório dos índios* e exarou um *Parecer do Conselho Ultramarino da Bahia sobre os paragraphos do Directorio para regimen dos Indios das Aldeias das Capitánias do Pará e Maranhão, aprovado por Alvará regio de 17 de agosto de 1758 e que podiam ser applicaveis aos Indios do Estado do Brazil* (doravante apenas *Parecer*) (PARECER..., 1759).

No supracitado *Parecer*, o Conselho Ultramarino informou que julgou “impraticável” aplicar o que dispõe o parágrafo primeiro do *Diretório* – ou seja, a nomeação de um diretor em cada vila – “por falta de pessoas em que concorram as qualidades que essencialmente se requerem ou lhes prescreve o mesmo parágrafo”. A solução encontrada, sem exceção, foi a de delegar todas as funções atribuídas ao diretor aos escrivães das câmaras dos aldeamentos indígenas elevados a vilas, que se tornam assim *escrivães-diretores*, passando a caber-lhes, inclusive, o papel de instituir o uso da língua portuguesa nas povoações e, para atingir tal fim, não só que “continuem no ensino dos meninos na forma da sua obrigação”, mas que também

se ocupem do ensino “das meninas [...] até a idade de dez anos”. O *escrivão-diretor* deveria assumir, portanto, até mesmo as tarefas que antes eram atribuídas ao *mestre* e à *mestra*.

Embora o *Parecer* apresente uma alteração quanto ao exercício da administração das novas vilas, cabendo aos *escrivães* as funções definidas para o diretor de índios, percebe-se ainda, na proposição do Conselho Ultramarino, a manutenção do sistema de tutela, resguardando assim os objetivos centrais do *Diretório* quanto à criação de condições para o controle da liberdade dos índios. No mais das vezes, esses *escrivães-diretores*, além de cumprirem as obrigações relacionadas com as atribuições que lhes cabiam nas Câmaras – ou seja, do governo e da justiça das vilas –, deveriam também cuidar da civilização dos nativos, inclusive quanto à abertura de escolas de ler, escrever e contar, atuando, assim, como professores de meninos e meninas indígenas, ou seja, assumem também a função de novos agentes de letramento indígena. Por conta disso, fazer um mapeamento e refletir sobre os sujeitos que ocuparam essa função pode auxiliar no debate sobre a escolarização dos povos indígenas na capitania da Bahia setecentista.

A política linguística definida por meio do *Diretório dos índios*, assim como suas formas de implementação e o planejamento linguístico, se mantêm no *Parecer* exarado pelo tribunal especial do Conselho Ultramarino da Bahia, um dos instrumentos norteadores da execução da política do governo josefino para as populações indígenas no Estado do Brasil. Além da reafirmação da política linguística do marquês de Pombal, o *Parecer* traz à cena um novo agente de letramento indígena, os *escrivães* das Câmaras, ou *escrivães-diretores*, já que estes também deveriam acumular a função de *diretores de índios*, criada no âmbito do *Diretório dos índios*. Diferentemente do *Diretório*, que não previa a ocupação das funções de *diretor* e *mestre* pelo mesmo indivíduo, o tribunal especial do Conselho Ultramarino

Diálogos Linguísticos e Filológicos variação, cultura escrita e léxico

determinou que essas duas funções fossem ainda desempenhadas pelos escrivães das Câmaras, como destaquei. Além disso, em muitos casos, no contexto colonial, os escrivães das Câmaras eram também tabeliães e escrivães dos órfãos, como pude atestar nas provisões de nomeação localizadas no Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb). A título de exemplo, reproduzo uma das referidas provisões:

Provisam da Serventia dos Officios

de **Tabelião, Escrivam de Orfãos, è**

da Canara da Vila Verde anova

concedida a Manuel Lopes de Oliveyra

Dom Jozè por graça de DEos Rey dePortu-

gal edos Algárves daquem edalem már emAfrica,

Porto deGuiné et *cetera*. Faço Sabêr aos *que* esta Provisam vire,

que tendo respeito aManuel Lopes deOliveyra, merepre-

zentar estar findo otempo jacom *que* Servia os Officios

deTabelião, Escrivão deOrfãos, edaCamara deVila

Verde anova, Capitania dePorto Seguro; epara continuàr

Mepedia lhefizésse merce mandar passar nesta Provisam Enis-

to Seo requerimento, eattestaçãoem *que* junta, em*que* verifica

têr satisfeito ao *que* era obrigàdo. Hey por bem, elhefa-

co merce de oprover naServentia dos referidos Officios por

tempo dehum anno, não tendo crime algũ em quanto Eu

naõ mandar ocontrário, **com expressa obrigação deen-**
cinar aDoutrina Christan, ler, escrevêr, econtar aos
meninos comzêlo, ecuidado; ecom estahaverà o or-
denado deSetenta mil reis q serãõ pagos pela minha
Real Fazenda atitulo de ajuda decùsto. Pelo *que* man-
do ao *Dezembargador* Provedor mòr da*Fazenda Real* daCapitania da
Bahia mais Ministros epeessoas aque tocár cùmpraõ eguardem
esta*Provisam*; eafação cumprir egoardár inteiramente,
como nêsta Secontèm Sem dùvida embo, digo, Sem
duvidaalgũa, *aque* Seregistarà nos *Livros* da*Secretaria* e
nos mais *aque*
aque tocar. Eo*Juiz Ordinario eOfficiaes* da*Camara* de
Vila Verde odeixem continuar a*Serventia* dos
referidos *Officios* debaixo damesma posse, e*jutamento*
que Selhe dêo *quando* nestes entrou. Francisco daCosta Li-
ma afez na*Cidade* doSalvador *Bahia* detodos os *Santos*
em os quinze dias domez deAbril. Anno demil sete-
centos Secenta e oito. (PROVISÃO..., 1768, negrito nosso).

O trecho da provisão, reproduzida em sua maior parte, cha-
ma a atenção por dois aspectos que se relacionam a este trabalho:
primeiro, a “expressa obrigação deencinar aDoutrina Christan, ler,
escrever, econtar aos meninos comzêlo, ecuidado”; e segundo, a de-
terminação de um “ordenado deSetenta mil reis q seraõ pagos pela

minha Real Fazenda atitulo de ajuda decusto”. Nas provisões localizadas no Apeb, a menção à obrigação dos *escrivães-diretores* quanto ao letramento das crianças indígenas parece fazer parte do gênero, como uma forma de ratificar o *Parecer* exarado pelo tribunal especial do Conselho Ultramarino, da mesma forma como a menção ao pagamento pela Real Fazenda, eximindo assim os índios das novas vilas de arcarem com a despesa. Enfatizo aqui que a nomeação de Manuel Lopes de Oliveira para Vila Verde, a Nova, conforme provisão anterior, revela ainda uma prática comum de acúmulo das funções de “Tabelião, *Escrivam* de Orfaões, è da Camara”, além da obrigação com a educação das crianças indígenas, o que poderia ter reflexos sobre a sua adequada execução.

Considerando a atuação do tribunal especial do Conselho Ultramarino instalado na Bahia, quais foram então os aldeamentos elevados a vilas, nas quais seriam aplicadas as determinações régias? Embora a determinação do rei quanto à legislação pombalina não fosse restrita aos aldeamentos administrados pelos padres da Companhia de Jesus, o tribunal especial optou pela aplicação apenas nessas aldeias administradas pelos jesuítas. No Quadro 1 apresento os referidos aldeamentos, qual nome receberiam, sua localização e o ministro responsável por estabelecer a nova vila, no total de 13 locais.

Jeovania Silva do Carmo, Huda da Silva Santiago,
Anaci Carneiro de Sant'ana

Quadro 1 – Vilas criadas pelo tribunal especial do Conselho Ultramarino na Bahia

Aldeia	Localização	Vila	Ministro responsável
Ipitanga	Bahia	Abrantes	João Ferreira de Bittencourt e Sá (juiz de fora da cidade da Bahia)
Natuba	Bahia	Soure	José Gomes Ribeiro (juiz de fora da Vila de Cachoeira)
Saco dos Morcegos	Bahia	Mirandela	Miguel de Arez Lobo de Carvalho (ouvidor e corregedor da comarca de Sergipe d'El Rei)
Canabrava	Bahia	Pombal	
Geru	Sergipe	Távora (Tomar)	
Serinhaém	Ilhéus	Santarém	Luiz Freire de Veras (ouvidor e corregedor da comarca da Bahia)
Maraú	Ilhéus	Barcelos	
Escada	Ilhéus	Oliveira	
Conceição	Ilhéus	Almada	Não foi definido
São João	Porto Seguro	Trancoso	Antônio da Costa Souza (capitão-mor da antiga capitania de Porto Seguro) e Manoel da Cruz Freire (ouvidor da antiga capitania de Porto Seguro)
Patatiba	Porto Seguro	Verde	
Reritiba	Espírito Santo	Benevente	Francisco de Salles Ribeiro (ouvidor e corregedor da comarca da capitania do Espírito Santo)
Reis Magos	Espírito Santo	Almeida	

Fonte: CONSULTA... (1758).

Como, no período em questão, as antigas capitanias de Porto Seguro e de Ilhéus foram incorporadas, na segunda metade do

século XVIII, ao patrimônio da Coroa portuguesa, sendo anexadas à capitania da Bahia, respectivamente, em 1758 e 1761, inclusive com a criação de comarcas e ouvidorias com os mesmos nomes, o *locus* de minha pesquisa de doutorado se constitui de nove vilas criadas em 1758 (Abrantes, Soure, Mirandela, Pombal, Santarém, Olivença, Barcelos, Trancoso e Verde), em virtude da atuação do tribunal especial do Conselho Ultramarino para execução do alvará de 8 de maio de 1758, e seis vilas criadas na antiga capitania de Porto Seguro entre os anos de 1764 e 1772 (São Mateus, Belmonte, Viçosa, Alcobaça, Prado e Porto Alegre), pelos ouvidores Tomé Couceiro de Abreu e José Xavier Machado Monteiro.

Na pesquisa em curso, busco mapear em quais vilas foram abertas escolas para meninos e meninas indígenas, como funcionaram, se funcionaram, o número de índios que frequentavam as aulas, os recursos pedagógicos, os escrivães-diretores nomeados e sua atuação, entre outras questões, com vistas a refletir sobre quais foram as formas de apropriação da leitura e da escrita pelas populações indígenas na Bahia setecentista e, portanto, as formas de sua imersão no complexo mundo da cultura escrita. Por ora, ficamos com as questões gerais aqui apresentadas e que deverão ser melhor discutidas em trabalhos *a posteriori*.

PARA FINALIZAR

Encerrando esta breve reflexão, quero pontuar que, com a pesquisa em andamento, tenciono preencher uma lacuna sobre a história das populações indígenas na Bahia da segunda metade do século XVIII, estendendo-se para limiares do século XIX, no que diz respeito ao ensino-aprendizagem de língua portuguesa e do letramento de meninos e meninas indígenas nesse período histórico. Isso significa dizer que se trata de um capítulo a ser escrito para uma

história social linguística do Brasil na perspectiva de uma história social da cultura escrita.

Pelas minhas conclusões preliminares, a evidência mais clara do sucesso da política linguística pombalina se manifesta no atual monolinguismo em língua portuguesa dos diversos grupos indígenas da Bahia que resistiram ao genocídio, mas não puderam resistir ao glotocídio promovido pelo governo de d. José I. Em contrapartida, não se pode considerar que houve atitude de passividade dos povos indígenas, uma vez que, no âmbito daquela sociedade legitimada por papéis e letras, eles também fizeram o uso da tecnologia da escrita para solicitarem mercês à Sua Majestade, reivindicarem seus direitos e, assim, participarem ativamente da sociedade de cultura escrita enquanto sujeitos históricos.

Ademais, as políticas de revitalização dessas línguas indígenas – mesmo não sendo possível que as línguas “perdidas” sejam retomadas do ponto exato em que se deu uma ruptura de seu curso histórico enquanto línguas de uso pleno – ganham cada vez mais força no âmbito das atuais políticas linguísticas para os povos indígenas, reforçando assim a relação íntima entre a língua e o povo que a fala, entre língua e identidade cultural.

REFERÊNCIAS

ALFA. Araraquara: Unesp, v. 56, n. 3, 2012.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora da UnB, 1997.

BORGES NETO, José. De que trata a Linguística, afinal? In: BORGES NETO, José. *Ensaio de filosofia da Linguística*. São Paulo: Parábola, 2004. p. 31-65.

Diálogos Linguísticos e Filológicos
variação, cultura escrita e léxico

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. Tradução Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola; Ipol, 2007.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 5, p. 93-124, jan.-jun. 2003.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. 2. ed. São Paulo: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.). *História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. Tradução Hildegard Feist. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 113-161.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 2 v.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Atlântica, 2004.

HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

LOBO, Tânia Freire Conceição. *Para uma sociolinguística histórica do português do Brasil: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX*. 2001. 4 v. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

LOBO, Tânia Freire Conceição. Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro. In: OLIVEIRA, Klebson; SOUZA, Hirão F. Cunha e; SOLEDADE, Juliana (Org.). *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias*. Salvador: Edufba, 2009. p. 305-327.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Ideias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Para a história do português brasileiro: primeiras ideias*. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 1998. v. 1. p. 21-52.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. De fontes sócio-históricas para a história social linguística do Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (Org.). *Para a história do português brasileiro: primeiros estudos*. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2001. v. 2. t. 2. p. 275-301.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Português brasileiro: raízes e trajetórias. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004. p. 11-28.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Prefácio. In: CALVET, Louis Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola; Ipol, 2007. p. 7-10.

PETRUCCI, Armando. *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona: Gedisa, 1999.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1977.

SOUZA, Pedro Daniel dos Santos; LOBO, Tânia Conceição Freire. Da aplicação do Diretório Pombalino ao Estado do Brasil: povos

indígenas e políticas linguísticas no século XVIII. *A Cor das Letras*, Feira de Santana, v. 17, n. 1, p. 46-59, 2016.

Fontes primárias manuscritas e impressas

ALVARÁ com força de Lei, porque Vossa Magestade ha por bem renovar a inteira, e inviolavel observancia da Lei de doze de Setembro de mil seiscentos sincoenta e tres, em quanto nella se estabeleceo, que os Indios do Graõ Pará, e Maranhão sejaõ governados no temporal pelos Governadores, Ministros, e pelos seus principaes, e Justiças seculares, com inibição das administrações dos Regulares, derogando todas as Leis, Regimentos y Ordens, e Disposiçoens contrarias. Lisboa, 7 de junho de 1755. *Collecção das leis, decretos, e alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rei fidelissimo D. José o I. Nosso Senhor, desde o anno de 1750 até o de 1760, e Pragmatica do Senhor Rei D. Joaõ o V. do anno de 1749*. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1796a. t. 1. Disponível em: <<https://bit.ly/2MCJR4N>>. Acesso em: 20 maio 2017.

ALVARÁ com força de Ley, porque V. Magestade he servido ordenar, que a liberdade, que havia concedido aos Indios do Maranhão para as suas Pessoas, bens, e Commercio, pelos Alvarás de seis, e sete de Junho de mil setecentos cincoenta e cinco, se estenda na mesma fórma aos Indios, que habitaõ em todo o continente do Brasil, sem restricção, interpretação, ou modificação alguma, na fórma que nelle se declara. Belém, 8 de maio de 1758. *Collecção das leis, decretos, e alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rei fidelissimo D. José o I. Nosso Senhor, desde o anno de 1750 até o de 1760, e Pragmatica do Senhor Rei D. Joaõ o V. do anno de 1749*. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo,

1796b. t. 1. Disponível em: <<https://bit.ly/2MCJW8B>>. Acesso em: 20 maio 2017.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José I, relatando suas atividades e execuções desde a primeira sessão do tribunal em 13 de setembro até o momento. Bahia, 22 de dezembro de 1758. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino, 1758. Conselho Ultramarino, 005, caixa 139, documento. 10707.

FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. *Directorio, que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, Enquanto Sua Magestade não mandar o contrario*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1758.

LEY, por que Vossa Magestade ha por bem restituir aos Índios do Graõ Pará, e Maranhão a liberdade das suas pessoas, bens, e commercios: na fôrma que nella se declara. Lisboa, 6 de junho de 1755. *Collecção das leis, decretos, e alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rei fidelissimo D. José o I. Nosso Senhor, desde o anno de 1750 até o de 1760, e Pragmatica do Senhor Rei D. João o V. do anno de 1749*. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1796. t. 1. Disponível em: <<https://bit.ly/2LKROzn>>. Acesso em: 20 maio 2017.

PARECER do Conselho Ultramarino da Bahia sobre os parágrafos do Diretório para o regimento dos índios das aldeias das capitánias do Pará e Maranhão, aprovado pelo alvará régio de 17 de agosto de 1758, e que podia ser aplicado aos índios de todo o Estado do Brasil. Bahia, 19 de maio de 1759. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, 1759. Conselho Ultramarino, 005-01, caixa 23, documento 4256.

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

PROVISÃO da serventia dos Ofícios de Tabelião, Escrivão dos Órfãos e da Câmara de Vila Verde, a Nova, na Comarca de Porto Seguro, concedida a Manuel Lopes de Oliveira. Salvador, 15 de abril de 1768. Salvador: Arquivo Público do Estado da Bahia, 1768. Seção Colonial e Provincial, Provisões, maço 295.

CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O APRENDIZADO DA LINGUAGEM ESCRITA: ANÁLISE DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO SEQUENCIAL - CONFIAS

*Juciana Santos Cerqueira
Vera Pedreira dos Santos Pepe*

Tem sido crescente o número de crianças encaminhadas pelas escolas com suspeita de dificuldades de aprendizagem da linguagem escrita para avaliação por profissionais especializados, entre eles, neurologistas, fonoaudiólogos, psicopedagogos e psicólogos. Na avaliação, constata-se, em boa parte dos casos, disparidade entre a competência leitora e escritora dessas crianças e a sua idade cronológica e nível de escolarização. Essa desigualdade acarreta em falta de domínio da linguagem escrita, o que, numa sociedade grafocêntrica, implica desempenho abaixo do esperado, já que praticamente todas as ações cotidianas envolvem algum tipo de relação com a leitura e com a escrita.

Assim, essas crianças devem ser avaliadas em vários aspectos para que seja identificado o que está dificultando tal aprendizado, sejam eles orgânicos ou ambientais, como déficits sensoriais e/ou neurológicos, ou seja, fatores que, teoricamente, dificultariam o aprendizado, além do método utilizado para alfabetização. Dentre as variáveis que desencadeiam dificuldades no processo

aquisicional de leitura e de escrita está a consciência fonológica, objeto desta discussão.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA

As habilidades de processamento fonológico são consideradas como imprescindíveis para o aprendizado da leitura e da escrita. Para tal aprendizado num sistema alfabético, pressupõe-se que o aprendente explicita algumas capacidades, entre elas o acesso ao léxico mental, a memória de trabalho fonológica e a consciência fonológica.

Capovilla e Capovilla (2000), recorrendo a autores como Torgesen et al. (1994), Eysenck e Keane (1990) e Bertelson e De Gelder (1989), explicam, respectivamente, as capacidades mencionadas. O acesso ao léxico mental está relacionado ao acesso fácil e rápido às informações de cunho fonológico que estão na memória de longo prazo. A memória de trabalho fonológica diz respeito tanto ao processamento ativo quanto ao armazenamento transitório de informações fonológicas, refletindo as habilidades de representação mental de características fonológicas de uma língua. E a consciência fonológica “refere-se tanto à consciência de que a fala pode ser segmentada quanto à habilidade de manipular tais segmentos” (CAPOVILLA; CAPOVILLA, 2000, p. 29).

Em se tratando de aquisição da língua escrita, num sistema alfabético essas habilidades, conjugadas ao conhecimento das regras que associam grafemas e fonemas, são condição precípua. A chave para o aprendizado da escrita encontra-se em sua relação com a linguagem oral, uma vez que o alfabeto é uma representação gráfica da linguagem no nível do fonema (MORAIS, 1997).

Para que esse aprendizado se efetive, o aprendiz da língua escrita, dentro de suas possibilidades, precisa objetivar a palavra,

direcionar a atenção para sua estrutura, perceber seus segmentos e manipulá-los de diferentes formas. Essa capacidade de percepção em relação aos segmentos da palavra é chamada consciência fonológica e tem sido relacionada ao sucesso na aprendizagem da leitura e da escrita.

Para chegar à descoberta do fonema o aprendiz necessita adquirir e desenvolver a consciência fonológica, uma competência metalinguística que possibilita o acesso consciente ao nível fonológico da fala e a manipulação cognitiva das representações nesse nível, que é tanto necessária para a aprendizagem da leitura e da escrita como dela consequente. (NAVAS; SANTOS, 2002, p. 4).

Assim, ter consciência de que é possível segmentar a fala em unidades distintas e que tais unidades podem reaparecer em palavras diferentes subsidia o aprendiz quanto às habilidades de identificação de rimas, de aliterações, de fonemas que constituem as palavras, e que, ao serem manipulados, permitem a criação de novas palavras.

Para Freitas (2004, p. 179), a consciência fonológica faz com que a língua seja vista como um “objeto de pensamento, possibilitando a reflexão sobre os sons da fala, o julgamento e a manipulação da estrutura sonora das palavras”.

Quanto ao direcionamento das relações entre consciência fonológica e aquisição de escrita, Roazzi e Dowker (1989) afirmam que a consciência fonológica pode ser manifestada em um nível implícito ou explícito. O jogo espontâneo com os sons das palavras representa a consciência fonológica implícita, ao passo que a análise consciente desses sons caracteriza a consciência fonológica explícita.

Para Walley (1993) e Metsala (1997), citados por Navas e Santos (2002), a linguagem oral, na perspectiva do paradigma

conexionista, proporciona o surgimento do fonema a partir das interações entre o aumento do vocabulário e as limitações de desempenho. Numa fase inicial, o fonema aparece como uma

unidade perceptual implícita, utilizada para o processamento básico de fala; somente com a utilização em atividades relacionadas com a escrita e a leitura torna-se uma unidade de processamento explícita. (NAVAS; SANTOS, 2002, p. 8).

De acordo com esse paradigma, por volta dos 12 meses de idade, as palavras são armazenadas de forma global, pois é a palavra, e não o fonema, a unidade básica de representação, já que a criança, numa fase anterior, começa a formar as representações fonológicas e semânticas de palavras familiares. Com o aumento do vocabulário infantil, aumenta também o número de palavras acusticamente similares, o que promove “uma pressão para implementar representações fonológicas cada vez mais detalhadas e bem definidas” (NAVAS; SANTOS, 2002, p. 7).

Lamprecht et al. (2004, p. 190) confirmam:

A consciência fonológica desenvolve-se gradualmente a partir de algumas habilidades que já existem antes do início da aquisição da escrita e são aprimoradas, contribuindo para o surgimento de novas habilidades metafonológicas. Ela parte de um nível implícito para um nível explícito de análise dos sons da fala, que é necessário no momento da descoberta da relação entre fonemas e grafemas.

É nesse momento de descoberta entre as relações som/letra que o professor precisa intervir a partir de uma metodologia de ensino que leve em consideração o nível de escolarização, as capacidades que já estão estabelecidas e as que precisam ser desenvolvidas pelo

aprendiz para que ele adquira, gradativamente, as habilidades metafonológicas e, conseqüentemente, a leitura e a escrita.

Capovilla et al. (2004) enfatizam, baseados no modelo de desenvolvimento de leitura de Frith (1985), que a manutenção do estágio logográfico levaria a uma sobrecarga da memória visual da criança, levando-a a cometer erros grosseiros. Dessa forma, o professor precisa encorajá-la a progredir para o segundo estágio, no qual as relações entre o texto e a fala são mais estreitas, possibilitando-lhe escrever por codificação fonográfica e ler por decodificação grafofonêmica. Segundo tais autores, na codificação fonográfica a criança fala consigo mesma e converte os sons da fala em suas letras correspondentes. Já na decodificação grafofonêmica, ela converte as letras em seus respectivos sons, repete para si mesma, mais rapidamente, toda a seqüência sonora para entender o que está lendo. O domínio das irregularidades do sistema envolvendo a ortografia de palavras grafofonemicamente irregulares ocorre no estágio ortográfico, no qual o domínio da linguagem escrita pode ser considerado completo e maduro.

Segundo a classificação de Frith (1985), à medida que evolui no aprendizado da leitura, a criança desenvolve três estratégias básicas para lidar com a palavra escrita. São elas:

1) Estratégia logográfica. Segundo a autora, a criança desenvolve esquemas idiossincráticos, apoiando-se, entre outros aspectos, na cor, no formato da palavra, no contexto em que esta aparece, e não nas letras que a formam. Qualquer mudança na fonte, na ordem, na cor da letra ou no fundo, por exemplo, implicará o não reconhecimento da palavra, pois a criança perde as pistas contextuais nas quais se baseava para ler. Essa é a fase logográfica.

2) Estratégia fonológica, que se desenvolve na fase alfabética. Nessa etapa, a palavra é analisada pelas regras de correspondência entre grafemas e fonemas. Observa-se que, nessa fase, a criança lê

corretamente palavras regulares; contudo, perde a habilidade de ler palavras irregulares em decorrência das complexas relações entre sons e letras.

3) Estratégia lexical, que se desenvolve na fase ortográfica. Dessa forma, as partes da palavra são reconhecidas sem conversão fonológica; elas são reconhecidas nos níveis lexical e morfêmico.

Quando uma estratégia se desenvolve, não implica a exclusão da anterior, ou seja, diferentes estratégias coexistem temporariamente.

Em suma, “a passagem de uma estratégia a outra ao longo dos estágios é acompanhada por um aumento da competência da leitura e da escrita.” (CAPOVILLA; CAPOVILLA, 2000, p. 12). Essa competência deve ser entendida não apenas como mera decodificação/codificação de material escrito, e sim como algo que será apreendido a partir desse material.

Existem estudos com concepções divergentes acerca da direção da relação consciência fonológica e aquisição da escrita:

Alguns deles afirmam que as habilidades metafonológicas proporcionam a aquisição da escrita (Lundberg et al., 1988), enquanto outros (Morais, Cary, Alegria e Bertelson, 1979; Read et al., 1986) favorecem uma conexão contrária, que garante que adquirir o código escrito desenvolve a consciência fonológica. Porém uma terceira concepção, amplamente aceita em pesquisas atuais, afirma que consciência fonológica e aquisição da escrita se influenciam de forma recíproca (Gathercole e Baddeley, 1993; Morais, Mousky e Kolinsky, 1998). (LAMPRECHT et al., 2004, p. 188).

Lamprecht et al. (2004) chamam a atenção para o fato de a língua portuguesa apresentar escrita alfabética calcada na relação som × letra e que a descoberta dessa relação exige que a criança acesse

sua consciência fonológica para que manipule, de forma consciente, sons e letras.

É importante ressaltar que o termo “consciência fonológica”, genericamente, refere-se a diferentes formas de realização de julgamentos, manipulações de fonemas ou outras unidades suprassegmentais da fala, como sílabas e rimas (ÁVILA, 2005).

Nesse sentido, o termo “consciência fonológica” envolve diferentes unidades linguísticas, tais como sentença, palavras, ataque, rima, sílabas, fonemas, assim como um contínuo de complexidade de processamento, a depender da tarefa solicitada – segmentação, exclusão, adição, substituição ou inversão de sílabas ou fonemas de uma palavra (NAVAS; SANTOS, 2002).

Para Chard e Dickson (1999, p. 4), tornar o aprendiz consciente fonologicamente é prepará-lo para posterior aquisição de leitura, incluindo a instrução fônica, a análise da palavra e a soletração. Os autores ainda afirmam que “a consciência dos fonemas é necessária para compreender o princípio alfabético que está na base do nosso sistema de língua escrita”.

Vê-se, então, o quanto é importante proporcionar situações que envolvam a criança, desde cedo, a lidar com as habilidades de consciência fonológica, levando em conta seu nível cognitivo e o grau de complexidade de cada habilidade, como forma de assegurar o sucesso e prevenir possíveis dificuldades no aprendizado da linguagem escrita.

ASPECTOS COGNITIVOS ENVOLVIDOS NAS TAREFAS DE CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA PROPOSTAS PELO CONFIAS

O pensamento tem suscitado especulações desde tempos mais remotos. Na Antiguidade, acreditava-se que o coração era a sede do pensamento e da alma. Posteriormente, Alcmeón de Crotona, no

século VI antes de Cristo, parece ter sido o primeiro a constatar que “o que governa está no cérebro” e, depois, Hipócrates (460-379 a. C.) afirma que o cérebro está envolvido nas sensações e é a sede da inteligência (FIORI, 2008). O avanço da tecnologia e a possibilidade de realização de exames de imagem cerebral ajudam a compreender a anatomia e o funcionamento do cérebro durante a realização de tarefas cognitivas.

De acordo com Dockrell e McShane (2000), o sistema cognitivo está organizado em quatro níveis: arquitetura cognitiva, representações mentais, processos de tarefas e processos de execução. Para eles:

A arquitetura é a estrutura básica do sistema cognitivo, que fornece os componentes necessários para a viabilização da aprendizagem. A aprendizagem deve ocorrer a partir do processamento de *inputs* do meio ambiente. As representações mentais são códigos usados pelo sistema cognitivo durante o processamento dos *inputs*. Os processos de tarefas são os métodos usados para manipular as representações, sendo que alguns ocorrem automaticamente e outros exigem o uso de estratégias conscientes. Os processos de execução controlam e gerenciam o uso de estratégias pelo sistema cognitivo. (DOCKRELL; McSHANE, 2000, p. 26).

As tarefas de consciência fonológica compreendem os níveis da sílaba e do fonema e envolvem diferentes habilidades cognitivas. Dentre os vários testes que avaliam a consciência fonológica, existe o método Consciência Fonológica Instrumento de Avaliação Sequencial (Confias), de Moojen et al. (2011), um instrumento de avaliação que leva em consideração as características do português brasileiro. É um teste validado, elaborado por um grupo de profissionais da psicopedagogia, fonoaudiologia, psicologia e linguística,

com o intuito de ser aplicado em crianças brasileiras que ainda não estão alfabetizadas, que estão em processo de alfabetização e, ainda, aquelas com suspeita de dificuldades de aprendizagem.

Entre outros critérios, foram considerados na organização do instrumento: a) a seleção de palavras usuais no vocabulário da criança; b) a utilização, nos itens de produção de rima e identificação silábica e fonêmica, de figuras correspondentes às palavras-modelo, para auxiliar a memória das crianças; e c) o cuidado para contemplar, no item de identificação de rima, diferentes tipos de rima, tais como última sílaba (coraÇÃO – injeÇÃO), última sílaba e vogal da penúltima (ovELHA – abELHA), duas últimas sílabas (marTELO – casTELO) e parte da última sílaba (fLOR – dOR) (MOOJEN et al., 2011). De acordo com as autoras, esse teste possibilita investigar as capacidades fonológicas correlacionadas com as hipóteses de escrita, segundo Ferreiro e Teberosky (1991), agrupadas em quatro níveis: pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético. O referido teste é dividido em duas partes: uma corresponde à consciência das sílabas, com nove tarefas em que são esperadas quarenta respostas. Destas, oito são de produção espontânea a partir de estímulo dado; oito, de produção a partir da retirada de uma sílaba; doze resultam de escolha entre três alternativas; e doze, de manipulação das sílabas das palavras-alvo. A outra parte do teste corresponde à consciência do fonema, também chamada consciência fonêmica, com sete tarefas em que são esperadas trinta respostas assim distribuídas: quatro de produção espontânea a partir do estímulo dado, oito de escolha entre três alternativas apresentadas e dezoito de manipulação dos fonemas das palavras-alvo.

Para cada tarefa, são dadas instruções orais, além de realização de treino antes da aplicação do teste, para constatação de que o informante compreende o que está sendo solicitado. Vale ressaltar que esse teste é para ser respondido oralmente.

Para a realização das tarefas, o sistema auditivo deve estar íntegro, pois são atividades que requerem muitas habilidades auditivas. Para Stampa (2012), as habilidades auditivas são estas:

- a) consciência auditiva: capacidade de reagir a um estímulo sonoro;
- b) localização auditiva: capacidade de localizar a fonte sonora;
- c) identificação auditiva: capacidade de reconhecer sons, atribuindo-lhes significado;
- d) atenção auditiva: capacidade de concentrar a atividade psíquica nos estímulos auditivos;
- e) memória auditiva: capacidade de reter, reconhecer e reproduzir estímulos sonoros apresentados anteriormente;
- f) memória auditiva sequencial: capacidade de perceber e reproduzir sons na mesma ordem em que foram produzidos;
- g) discriminação auditiva: habilidade de diferenciar um som do outro e de distinguir pequenas diferenças nos sons; e
- h) análise/síntese auditiva: capacidade de identificar as características dos sons dentro de um todo e de reuni-los formando esse todo.

Em se tratando da tarefa de síntese (silábica e fonêmica), a criança precisa utilizar auditivamente consciência, localização, identificação, atenção e memória sequencial para unir as sílabas ou os fonemas apresentados. Na síntese silábica, o informante deve unir as sílabas faladas pelo aplicador, dizendo que palavra resulta da união. Ex.: SO – PA = **SOPA**. Na síntese fonêmica, o aplicador pronuncia, em um breve intervalo de tempo, cada som que compõe a palavra-alvo, para que o informante identifique qual é. Ex.: E – V – A = **EVA**.

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

Na tarefa de segmentação silábica, a criança faz a separação de uma palavra dada em sílabas. Ex.: URUBU = U – RU – BU. No nível do fonema, deve dizer os sons que formam a palavra-alvo. Ex.: VÓ = V – Ó. Para isso, precisa ter a atenção e a memória auditiva sequencial preservadas, além de fazer análise de sílabas e de sons que compõem a palavra-alvo. Freitas (2004) considera que a capacidade de segmentação sonora das palavras, no nível da sílaba, seja o caminho mais óbvio, devido à pouca dificuldade que a maioria das crianças apresenta. A demonstração dessa habilidade oral, desde cedo, é um indicativo de que a criança já começa a possuir um nível de consciência fonológica.

Síntese e segmentação, apesar de serem consideradas tarefas fáceis, são complexas, pois, em situações reais, as pessoas estão atentas ao que é dito para, a partir daí, depreenderem o sentido do enunciado, e não a dirigir a atenção a sílabas ou fonemas isoladamente. Por isso, essas tarefas exigem um requinte cognitivo que envolve processos atencionais (seleção, sustentação) e de memória, além de sequência espaço-temporal adequada e noções de segmentação e junção.

Para Ávila (2005), de uma atividade inconsciente e desprovida de atenção, a consciência fonológica passa a representar uma reflexão intencional e com atenção dirigida, por meio do desenvolvimento conjunto e inter-relacionado do aspecto cognitivo e da linguagem na construção de memórias lexicais e fonológicas.

Na identificação de sílaba inicial e na identificação de fonema inicial são apresentadas à criança três alternativas para que ela escolha a que inicia com a mesma sílaba ou com o mesmo fonema apresentado. Essas tarefas contam com um apoio visual: numa prancha, são apresentadas figuras das palavras que têm a sílaba/fonema inicial a ser identificado.

Ex.: GARRAFA: FOGUETE – GALINHA – CADERNO

Segundo Matzenauer (2004), para formar os itens lexicais da língua, os fonemas são organizados em uma sequência que dá origem às sílabas. A sílaba é composta por três elementos: *onset*, núcleo e coda, sendo o núcleo o elemento obrigatório dessa estrutura. O núcleo da sílaba em português sempre é ocupado por uma vogal, enquanto as consoantes ocupam suas margens. Caso estejam no início da sílaba, ocupam o *onset*; caso estejam no final, ocupam a coda.

Assim, a identificação de fonema inicial está no nível das unidades intrassilábicas ao apresentar o mesmo *onset*, configurando a aliteração. Para Bechara (1999, p. 643), a aliteração é um “apoio rítmico que consiste em repetir fonemas em palavras simetricamente dispostas”. Então, essa tarefa avalia a capacidade de a criança identificar qual palavra inicia com o mesmo fonema que o estímulo apresentado a partir da figura.

O apoio visual facilita as memórias auditiva e visual, já que vai ficar à mostra durante a realização da tarefa. Quanto às alternativas, a criança terá que mantê-las na memória até analisar, sonoramente, cada uma, para fazer a escolha comparando com a palavra da figura e dar a resposta.

Em sua pesquisa, Pepe (2014) analisou as estratégias utilizadas pelos informantes para responder às tarefas do Confias. Dentre as que oferecem alternativas, a autora constata que os sujeitos lançam mão das extremidades das opções, ou seja, são dadas três opções de resposta e os participantes, provavelmente, fixam na memória mais facilmente a primeira ou a terceira, descartando a segunda opção, que aparece em poucos casos.

Fiori (2008), ao diferenciar a memória de curto prazo da memória de longo prazo, trata de dois fenômenos: o efeito de primazia e o efeito de recência. Para exemplificar esses fenômenos, a autora descreve a seguinte situação: se for pedido a uma pessoa que restitua o maior número de palavras em uma lista dada, ela se lembra das

primeiras palavras da lista (efeito de primazia) e das últimas (efeito de recência), enquanto as do meio são esquecidas. Assim, é preciso estar bastante atento para não incorrer nos efeitos citados pela pesquisadora e dar a resposta adequada.

Na tarefa de identificação de sílaba medial, o requinte cognitivo é ainda maior, tendo em vista que os efeitos de primazia e de recência impactam a memória de curto prazo. Nessa tarefa, a criança, após visualizar um desenho e identificar a sílaba do meio, deve escolher, entre três alternativas, qual delas tem a sílaba do meio igual à do desenho. Observe que ela irá acionar uma série de ações mentais. *Grosso modo*, são elas:

- manter o foco atencional para a palavra-alvo e para a sílaba medial, elemento em questão, minimizando os outros estímulos presentes no ambiente e na própria palavra – as sílabas inicial e final;

- ativar a memória de trabalho, que permite “efetuar um ‘trabalho’, isto é, um processamento cognitivo sobre as informações memorizadas temporariamente” (FIORI, 2008, p. 111);

- comparar a sílaba medial com as palavras apresentadas como alternativas; e

- identificar qual das palavras possui a mesma sílaba medial, descartando as demais.

Ex.: GIRAFA: **PIRATA** – PANELA – DINHEIRO

Nas tarefas de produção de palavra com sílaba dada e produção de palavra que inicia com som dado, diferentemente de escolher entre alternativas apresentadas, como nas tarefas anteriores, a criança deverá dar resposta a partir de seu repertório lexical. Exemplo *a*: o informante deve produzir palavras que iniciam com a sílaba-alvo apresentada – PA: **PAPAI**. Exemplo *b*: o aplicador diz um som e pede que a criança diga uma palavra que inicie com ele – [a] = **AMIGO**.

Para tanto, ela deverá estar atenta ao estímulo dado, no caso a sílaba ou o fonema que deverá iniciar a palavra. A partir da sílaba ou fonema-alvo, terá que resgatar as palavras corretas dentre as inúmeras que estão armazenadas em seu léxico mental. Segundo Fiori (2008), a memória de longo prazo pode ser descrita em três etapas: memorização ou codificação, conservação ou retenção e restituição ou evocação.

O depósito na memória integra a informação em redes associativas múltiplas. De certo modo, arruma o conteúdo da memória. Recorre a diversos sistemas de codificação: semântico, procedimento, contexto emocional, etc.

A retenção ou conservação intervém após formação dos engramas. Há remanejamento e consolidação do que já está memorizado graças a novas experiências. Os remanejamentos supõem rememoração consciente do que já está na memória, o que consolida a lembrança e explica a preservação do que é mais antigo (porque rememorado).

A restituição ou evocação utiliza as informações estocadas na memória: é um processo que intervém em permanência na vida cotidiana (tomando frequentemente a forma de rememoração involuntária) e sustentando o pensamento (assim como os sonhos). As evocações voluntárias, distintas do reconhecimento, podem tomar a forma de evocação livre ou evocação sinalizada. (FIORI, 2008, p. 112-113).

É a etapa da evocação ou restituição que será acionada para responder à questão.

As tarefas de identificação de rima e identificação de fonema final também são apresentadas com a figura da palavra-alvo e são

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

dadas três alternativas. Diferentemente da aliteração, a criança agora precisa focar sua atenção na parte final das palavras, na coda silábica.

Freitas (2004), apropriando-se da teoria da sílaba, de Selkirk (1982), explica que:

A rima da palavra é definida como a igualdade entre sons desde a vogal ou ditongo tônico até o último fonema (boneca – caneca). Ela pode englobar não só a rima da sílaba (café – boné), como também uma sílaba inteira (salão – balão) ou mais de uma sílaba (chocolate – abacate). (FREITAS, 2004, p. 181, grifos da autora).

Na identificação de rima, a criança deve informar, entre três alternativas dadas, qual termina (ou rima) como a do desenho mostrado.

Ex.: **ARANHA: MONTANHA – UMBIGO – CARRINHO**

Na identificação do fonema final, deve escolher, entre as três alternativas apresentadas, qual termina com o mesmo som da palavra do desenho mostrado.

Ex.: **JANELA: XAROPE – SORRISO – FARINHA**

A sensibilidade às rimas parece ser mais facilmente adquirida pela maioria das crianças, principalmente as que iniciam cedo a vida escolar, pois a maioria dos livros didáticos e paradidáticos da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental promove a exposição constante das crianças a jogos de linguagem, cantigas e brincadeiras que envolvem rimas, consideradas uma excelente iniciação à consciência fonológica.

Na perspectiva de maior elaboração cognitiva, a tarefa de produção de rima elicia a criança a dizer uma palavra que termine (ou rime) com a palavra mostrada a partir da figura.

Ex.: Dizer uma palavra que termine ou rime com CHAPÉU: PAPEL, VÉU, CARROSSEL (possíveis respostas).

O foco atencional para essa tarefa ainda está na coda silábica. Associada a uma maior elaboração cognitiva, produzir rima requer um repertório vocabular amplo para possibilitar a identificação e a comparação das terminações iguais. Salgado e Capellini (2004), em seus achados de pesquisa, afirmam que crianças com dificuldades de leitura e de escrita cometem mais erros nas tarefas que envolvem fonemas e nas que envolvem rimas.

Nunes, Frota e Mousinho (2009), ao fazerem uma revisão de literatura acerca da consciência fonológica e do processo de aprendizagem de leitura e de escrita, reforçam que algumas atividades enriquecedoras – como repetição de rimas e julgamentos acerca da estrutura sonora das palavras – são possíveis de serem realizadas no ambiente escolar, no período da alfabetização.

As tarefas de exclusão (silábica e fonêmica) consistem em dizer qual palavra resulta após a retirada de uma sílaba ou de um som de uma palavra dada. Exemplo de retirada de sílaba: tirar a sílaba **SO** de **SOCORRO** = **CORRO**. Exemplo de retirada de fonema: tirar o som [r] de **BARBA** = **BABA**.

Cognitivamente falando, a criança aciona:

– o foco atencional para a palavra-alvo e para o elemento a ser subtraído da palavra, ao mesmo tempo em que precisa deixar de lado os outros estímulos presentes no ambiente;

– a memória de trabalho;

– a retirada mental da sílaba ou do fonema em questão;

– a organização do que permanece da palavra numa sequência temporoespacial;

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

– a checagem em seu léxico mental para verificar se o que resulta é uma palavra existente na língua, pois o depósito da informação na memória recorre a diversos sistemas de codificação, entre eles o semântico, o procedimental e o contexto emocional (FIORI, 2008).

Na tarefa de transposição silábica, o aplicador diz uma palavra com as sílabas invertidas e solicita que a criança diga qual é a palavra de trás para frente. Ex.: DARRÓ = **RODA**. Na transposição fonêmica, o aplicador diz uma palavra de trás para frente e cabe à criança dizer qual é a palavra-alvo. Ex.: AMÚ = **UMA**.

Nessas tarefas de transposição, é preciso refletir atenta e mentalmente acerca das sílabas e dos sons que formam as palavras, retendo na memória a sequência correta e produzindo a sequência invertida para formar o outro vocábulo. É uma das mais difíceis tarefas.

Observa-se que as autoras do Confias estabeleceram, a partir de um tratamento estatístico para cada hipótese de escrita proposta por Ferreiro e Teberosky (1991), a organização das tarefas, partindo das consideradas mais fáceis para as mais difíceis, de acordo com a última validação do instrumento.

Em termos de demanda cognitiva, todas as atividades requerem níveis diferenciados de maturidade neurológica e é importante compreender, além da exigência cognitiva, a capacidade do próprio sistema cognitivo para lidar com elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns relatos de pesquisas, artigos científicos e até mesmo constatações baseadas no senso comum apontam que as dificuldades relacionadas à aquisição e ao desenvolvimento da linguagem escrita estão presentes no ambiente escolar e, a depender de como o processo de alfabetização se desenvolva e da perspectiva adotada pelo educador, os encaminhamentos e as implicações serão diversificados.

A concepção vigente, por boa parte dos professores, de que as dificuldades relacionadas à linguagem escrita figuram como causa principal do fracasso escolar reflete nos encaminhamentos de crianças com dificuldades de leitura e escrita para acompanhamento especializado. Contudo, muitas vezes são feitas avaliações equivocadas, por falta de informações e conhecimentos específicos, que acabam por aumentar as estatísticas dessa população, sem serem levadas em consideração as particularidades do processo de aquisição da lectoescrita.

Nesse sentido, é importante frisar a relevância de se ter um instrumento validado para avaliar, de forma paulatina, as habilidades de consciência fonológica. Ressalta-se, também, que a natureza da tarefa está relacionada à maturidade neurológica para concretizar as demandas cognitivas necessárias à sua realização, por isso a possibilidade de hierarquizá-las, como fizeram as autoras do Confias (MOOJEN et al., 2011), partindo das tarefas mais simples para as mais complexas.

Numa perspectiva construtivista, o percurso aquisicional é evolutivo e os conhecimentos acerca do sistema de escrita alfabético não são adquiridos naturalmente, necessitando de uma intervenção formal para que as crianças ou adultos em fase de alfabetização o aprendam. Contudo, as diferentes oportunidades vivenciadas por esses indivíduos com a linguagem escrita afetam diretamente tal percurso.

Ávila (2005) ressalta que a importância da experiência de vida da criança em relação à língua escrita afeta diretamente o desenvolvimento da consciência fonológica, pois aquelas pertencentes a classes sociais menos favorecidas defrontam-se com menos oportunidades de reflexão linguística. Consequentemente, fatores como idade, capacidade

metacognitiva¹ e nível de escolaridade, assim como a característica da atividade que a coloca diante da necessidade imediata de utilizar as informações armazenadas em seu sistema fonológico, determinarão o nível de consciência fonológica de cada criança e, por conseguinte, o acesso e o sucesso em relação à alfabetização.

Dessa forma, entende-se que é importante sensibilizar os professores tanto da educação infantil quanto do ensino fundamental acerca da relação entre a consciência fonológica e as estratégias para lidar com a palavra escrita, propostas por Frith (1985) – logográfica, alfabética e ortográfica. Todos os estudos apresentados mostram que a consciência fonológica é especialmente relevante para a estratégia alfabética, na qual a criança terá que lidar com as regras de correspondência grafofonêmica.

Depreende-se, então, que a utilização de atividades que promovam a consciência fonológica, desde a educação infantil, podem influenciar positivamente a aquisição e o desenvolvimento da lecto-escrita. Além disso, o trabalho com a consciência fonológica ajuda na reabilitação de crianças que apresentam dificuldades relacionadas à língua escrita.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Clara Regina Brandão de. Consciência fonológica. In: FERREIRA, Leslie Piccolotto; BEFI-LOPES, Débora M.; LIMONGI, Suelly Cecília Olivan (Org.). *Tratado de fonoaudiologia*. São Paulo: Roca, 2005.

¹ “Dizemos que um indivíduo exerce uma atividade metacognitiva quando ele, conscientemente, analisa seu raciocínio e suas ações mentais, ‘monitorando’ seu pensamento. [...] Tal reflexão consciente sobre a linguagem pode envolver palavras, partes de palavras, sentenças, características e finalidades do texto, bem como as intenções dos que estão se comunicando oralmente ou por escrito. Quando reflete sobre segmentos das palavras, a pessoa está pondo em ação a consciência fonológica” (LEITE; MORAIS, 2012, p. 21).

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CAPOVILLA, Alessandra Gotuzo Seabra; CAPOVILLA, Fernando César. *Problemas de leitura e escrita: como identificar, prevenir e remediar numa abordagem fônica*. São Paulo: Memnon, 2000.

CAPOVILLA, Alessandra Gotuzo Seabra et al. *Alfabetização: método fônico*. 3. ed. São Paulo: Memnon, 2004.

CHARD, David; DICKSON, Shirley. Consciência fonológica: linhas mestras para ensino e para avaliação. *Intervenção em escolas e clínicas*, [S.l.], v. 34, n. 5, p. 261-270, 1999.

DOCKRELL, Julie; McSHANE, John. *Crianças com dificuldades de aprendizagem: uma abordagem cognitiva*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FIORI, Nicole. *As neurociências cognitivas*. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREITAS, Gabriela Castro Menezes de. Sobre consciência fonológica. In: LAMPRECHT, Regina Ritter et al. *Aquisição fonológica do português: perfil de desenvolvimento e subsídio para terapia*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FRITH, Uta. Beneath the surface of developmental dyslexia. In: PATTERSON, Karalyn E.; MARSHALL, John C.; COLTHEART, Max. *Surface dyslexia: neuropsychological and cognitive analysis of phonological reading*. London: Lawrence Erlbaum Associates, 1985.

LAMPRECHT, Regina Ritter et al. *Aquisição fonológica do português*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LEITE, Tânia Maria S. B. Rios; MORAIS, Artur Gomes de. O ensino do sistema de escrita alfabética: por que vale a pena promover algumas habilidades de consciência fonológica? In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: a aprendizagem do sistema de escrita alfabética*. Brasília: Diretoria de Apoio à Gestão Educacional, 2012. Ano 1, unidade 3.

MATNEZAUER, Carmen Lúcia Barreto. Bases para o entendimento da aquisição fonológica. In: LAMPRECHT, Regina Ritter et al. *Aquisição fonológica do português: perfil de desenvolvimento e subsídios para terapia*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOOJEN, Sônia (Coord.) et al. *Confias: consciência fonológica – Instrumento de Avaliação Sequencial*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

MORAIS, Antonio Manuel Pamplona de. *A relação entre a consciência fonológica e as dificuldades de leitura*. São Paulo: Vetor, 1997.

NAVAS, Ana Luiza Gomes Pinto; SANTOS, Maria Thereza Mazorra dos. Aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita. In: SANTOS, Maria Thereza Mazorra dos; NAVAS, Ana Luiza Gomes Pinto (Org.). *Distúrbios de leitura e escrita: teoria e prática*. Barueri: Manole, 2002.

NUNES, Cristiane; FROTA, Silvana; MOUSINHO, Renata. Consciência fonológica e o processo de aprendizagem da leitura e escrita: implicações teóricas para o embasamento da prática

fonoaudiológica. *CEFAC*, São Paulo, n. 11, v. 2, p. 207-212, abr.-jun. 2009.

PEPE, Vera Pedreira dos Santos. *O desempenho de escolares com dislexia do desenvolvimento em tarefas de consciência fonológica*. 2014. Relatório final (Pesquisa em Linguística) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.

ROAZZI, Antonio; DOWKER, Ann. Consciência fonológica: rima e aprendizagem da leitura. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 5, n. 1, p. 31-55, jan.-abr. 1989. Disponível em: <<http://bit.ly/2M9crpS>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

SALGADO, Cíntia; CAPELLINI, Simone Aparecida. Desempenho de leitura e escrita de escolares com transtorno fonológico. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 179-188, 2004.

STAMPA, Mariângela. *Aprendizagem e desenvolvimento das habilidades auditivas: entendendo e praticando na sala de aula*. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

USO VARIÁVEL DO ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE SINTAGMA NOMINAL EM CARTAS DE INÁBEIS: UMA ANÁLISE PRELIMINAR

*Rosana Carvalho Brito
Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda
Zenaide de Oliveira Carneiro Novais*

Lucchesi (2015) explica que o intenso contato linguístico que marcou os três primeiros séculos de história do Brasil não deu origem a uma língua crioula, visto que a gramática do português não passou por uma reestruturação total no Brasil. Segundo o autor, predominaram na formação histórica das variedades populares do português brasileiro (PB) as situações de transmissão linguística irregular de tipo leve, e não as situações de criouliização típicas. A marca mais perceptível dos processos de transmissão linguística irregular de tipo leve é

[...] a erosão dos mecanismos gramaticais que não têm valor informacional, tais como as marcas de concordância nominal e verbal, a flexão de caso e as regras de movimento, mecanismos associados aos traços não interpretáveis na interface semântica. (LUCCHESI, 2015, p. 103).

Em algumas comunidades afro-brasileiras isoladas, o processo de transmissão linguística irregular, entre outros fatores, levou à erosão dos artigos definidos (AD). Com isso, é comum encontrar, por exemplo, no dialeto da comunidade afro-brasileira de Helvécia/BA, ausência do artigo definido em sintagma nominal (SN) de referência definida. Diferente do que ocorre em Helvécia, cuja variação alcança praticamente todos os SN, no PB em geral isso é observado, principalmente, com SN introduzido por possessivo (BAXTER; LOPES, 2004b), mas também com aqueles cujo núcleo é um antropônimo. Como destacam Baxter e Lopes (2004b), nos demais SN a ausência de AD no PB é marginal. Como consequência disso, a maior parte dos estudos sobre a variação presença/ausência do artigo definido no PB considera contextos específicos de análise, a saber: os SN que contêm antropônimo e o SN que contêm possessivo. Alguns poucos estudos desenvolvidos sobre variedades do PB com traços criouliantes consideram todos os SN do *corpus* que analisam.¹

A variação presença/ausência dos AD é um aspecto pouco explorado no PB. Desde a iniciativa precursora de Silva (1982), raros foram os trabalhos que se dedicaram à compreensão desse fenômeno, fato que motivou o interesse pelo tema neste estudo, que apresenta a frequência de uso do AD diante de possessivos e antropônimos em 91 cartas pessoais escritas ao longo do século XX (1906-2000), visando colaborar para a discussão desse fenômeno em variação no PB. Das poucas pesquisas realizadas sobre o fenômeno, a maior parte foi desenvolvida com *corpora* orais (CALLOU; SILVA, 1997; BAXTER; LOPES, 2004a; 2004b; 2009; SILVA, 1998a; 1998b) e com dados de pessoas escolarizadas (CALLOU; SILVA, 1997). Este estudo, por outro lado, é desenvolvido a partir de textos escritos em sincronias

¹ Sobre a variação da presença do AD em todos os SN, os trabalhos de Baxter e Lopes (2004a, 2004b, 2009) possibilitam a visão de um panorama geral da variação de uso do AD em Helvécia e apontam para um perfil diacrônico aquisicional do AD nessa comunidade, que mais aproxima do que distancia seus dados dos coletados em Salvador.

passadas por pessoas com baixa escolaridade. Destaca-se, contudo, que este trabalho apresenta apenas as observações preliminares de uma pesquisa em andamento, que vem sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGEL/UEFS), de modo que mais observações sobre o tema ainda não podem ser feitas.

Este capítulo está organizado em quatro seções. Na primeira, é feito um breve apanhado de algumas pesquisas desenvolvidas no Brasil sobre a variação de uso do AD. A segunda seção apresenta o *corpus* e a caracterização dos remetentes e a terceira, os resultados parciais da pesquisa. Na última seção, apresentam-se as considerações finais.

O USO VARIÁVEL DO AD NO PB

Silva (1982) é responsável por uma das primeiras investigações sobre a variação no uso dos artigos antes de possessivos no PB. Essa autora pôde constatar alguns aspectos dessa variação que iluminam a compreensão do fenômeno em muitos trabalhos ainda hoje.

A pesquisadora (SILVA, 1982) mostrou que

O uso do artigo está ligado à questão da especificidade. Quando o falante destaca apenas um dentro de um conjunto de elementos possuídos, há maior especificidade e o uso do artigo é maior. (SILVA, 1998a, p. 125).

Com isso, a variável *número do SN* passou a ser controlada em vários estudos sobre o tema. De forma semelhante, a autora constatou que “Quando, por natureza, o possuído já é claramente específico, o artigo torna-se redundante, como nos casos de parentesco” (SILVA, 1998a, p. 125). Relacionada a isso está a constatação da autora de que, em decorrência da hiperspecificidade das funções sintáticas de vocativo e apostro, ambas desfavorecem a presença do artigo. Com essas

observações, Silva (1982) aponta para dois aspectos que influem na variação: a inerência de posse e a função sintática do SN. A influência da preposição na variação de uso do artigo também foi destacada pela autora, que observou que a presença de preposição com a qual o artigo se contrai apresentou uso quase categórico do artigo (350/361 = 97%). Com a comparação entre os possessivos “meu”, “nosso” e “seu”, a autora percebeu que “seu” inibe o uso do artigo, enquanto que os pronomes “meu” e “nosso” o favorecem.

Tendo identificado essas regularidades no uso do artigo antes de possessivos, a autora dedicou-se à análise mais específica do fenômeno em dois trabalhos posteriores (SILVA, 1998a, 1998b), ampliando a pesquisa para abranger também a variação de uso do artigo diante de patronímicos.²

Silva (1998a) analisou o uso do artigo definido diante de antropônimos e possessivos, considerando a influência de aspectos estruturais. A autora observou que informações novas favorecem leve, mas constantemente, a presença do artigo antes de possessivos e antropônimos. Na análise do AD antes de possessivos, ela observou que os aspectos inerentemente possuídos (como as partes do corpo e alguns objetos) estimulam a presença do artigo. Na análise dos antropônimos, (SILVA, 1998a) constatou que há íntima relação entre a realização de artigo e a familiaridade com a entidade mencionada, e que os nomes próprios do conhecimento restrito do falante também favorecem a presença do artigo.

Seu trabalho (SILVA, 1998b) também é paradigmático na análise dos artigos definidos por controlar variáveis sociais estratificadas (escolarização, idade, sexo) e não estratificadas (influência da mídia, colocação no mercado ocupacional, sensibilidade linguística e renda),

² Aqui, seguindo a definição de Silva (1998a, 1998b), a palavra *patronímico* abrange todos os nomes próprios de pessoa.

o que não tinha sido feito nem em seu trabalho de 1982 (SILVA, 1982) nem em seu primeiro trabalho de 1998 (SILVA, 1998a).

Nessa análise, a autora pôde observar certo paralelismo entre os resultados da variação nos dois contextos, o dos possessivos e o dos patronímicos. Em ambos, o uso do artigo está intimamente relacionado à escolarização. A idade e o sexo influenciam, com as mulheres mais velhas privilegiando o uso do artigo, em oposição aos homens mais jovens. Nas duas análises, a inserção do falante no mercado ocupacional foi relevante, mas na análise dos patronímicos a variável foi significativa apenas para os informantes do sexo masculino, levando a autora a esclarecer que

O fato de, diante de patronímicos, esta variável ser relevante apenas para os homens não nos preocupa, já que, em boa parcela de nossa comunidade, ainda é o homem responsável pelo sustento familiar. (SILVA, 1998b, p. 280).

O trabalho de Callou e Silva (1997) também trouxe contribuições interessantes para as investigações sobre a variação no uso do AD diante de possessivo e antropônimo. Utilizando como *corpus* entrevistas do Projeto Norma Linguística Urbana Culta (Nurc), as autoras apresentam os resultados de variáveis selecionadas como estatisticamente relevantes na análise da variação com possessivos e antropônimos. Nas duas análises, as pesquisadoras constataram forte condicionamento à presença do artigo diante de preposições com as quais este pode se contrair e uma mesma hierarquia em relação à função sintática, com exceção da função de adjunto adverbial, que apresentou o maior peso relativo para os antropônimos. O controle da variável *tipo de possuído* avança em relação à análise de Silva (1982), revelando que “todos os tipos de relações humanas, parentes

ou não, fomentam menos o uso do artigo que objetos, concretos ou não, que são realmente possuídos” (CALLOU; SILVA, 1997, p. 20).

O estudo das pesquisadoras chama a atenção para a importância da variável *região de procedência do falante*. As capitais do Nordeste apresentaram as menores frequências de uso do artigo diante de possessivos e de nomes próprios. Segundo as pesquisadoras, essa diferenciação regional pode estar relacionada a uma diferença de ritmo entre a fala do Norte/Nordeste e do Sul/Sudeste. Essa constatação, sem dúvida, chama a atenção para a influência da região de origem do falante na variação. Contudo, não se pode desconsiderar que é possível observar variedade de uso também entre regiões menos distantes umas das outras. O trabalho de Mendes (2010) ilustra bem essa variação. A autora faz um estudo comparativo com uso do AD diante de antropônimos em duas cidades mineiras, Matipó e Abre Campo, distantes uma da outra apenas 22 km. Na análise do fator localidade, a autora observou que, das 206 ocorrências de antropônimos em Abre Campo, 107 (52%) não possuíam artigo, ao passo que em Matipó, dos 414 dados levantados, apenas 70 (17%) não possuíam.

Callou e Silva (1997) avançam ainda no estudo ao considerar alguns aspectos prosódicos. Na análise dos possessivos, pés métricos curtos favorecem a presença do artigo, bem como pés métricos iniciados por possessivos. Na análise dos antropônimos, as autoras identificaram maior presença do artigo com vocábulos de duas sílabas em que a primeira sílaba é tônica, o que pode estar relacionado também a uma tentativa de aumentar a massa fônica para preservar o equilíbrio rítmico do sintagma.

Os estudos supracitados, como se tentou mostrar, contribuem de forma significativa para a compreensão da variação presença/ausência do AD em contextos específicos no PB. Com exceção do trabalho de Silva (1982), essas pesquisas foram desenvolvidas com

dados coletados na segunda metade do século XX (SILVA, 1998a, 1998b; CALLOU; SILVA, 1997) ou na primeira década do século XXI (MENDES, 2010). Quando se considera a variação em fases anteriores da língua portuguesa, os trabalhos sobre a variação no uso do artigo definido são ainda mais raros. Destacam-se aqui apenas dois: o de Costa (2002), desenvolvido a partir de textos da fase arcaica do português, e o de Magalhães (2011), com dados do português clássico, do *corpus* anotado Tycho Brahe.

O estudo de Costa (2002) considerou textos escritos por autores portugueses entre os séculos XIII e XVI, abrangendo, portanto, toda a fase arcaica da língua portuguesa, para identificar o perfil da variação de uso do AD diante de possessivo e de nome próprio de pessoa. Os dados levantados revelam que, nesse período, o uso do artigo em tais contextos era bastante reduzido em relação a sua ausência, vindo apresentar maior frequência de uso já na transição para o chamado português moderno.

Em relação ao AD diante de possessivos, a autora observa que a ausência de artigo nesse contexto é maior que sua presença. Quando desconsideradas as estruturas do tipo [art. + det. + poss.], das 1.384 ocorrências levantadas, 86,70% são de possessivo não precedido por AD. A maior percentagem de artigo antes dos possessivos está nos textos do final do período arcaico.

Em relação à análise da presença/ausência do AD diante de nomes próprios de pessoas, a autora não traz valores percentuais para todas as variáveis, como o fez na análise dos possessivos, limitando-se a fazer poucas observações, o que pode estar relacionado com a quase categórica ausência de AD diante de nomes próprios de pessoas: das 1.466 ocorrências levantadas, apenas duas (0,13%) apresentaram artigo, uma em cada um dos textos do final do período arcaico considerados pela autora. Conclui-se, portanto, que

a presença do AD diante nome próprio de pessoa não faz parte da gramática do português arcaico.

Para conhecimento da variação presença/ausência do AD no português clássico, o estudo de Magalhães (2011) constitui importante fonte. Considerando textos escritos por autores portugueses entre os séculos XVI e XIX, a autora identifica o início e o fim da variação no uso do artigo definido no português europeu (PE), antes de possessivos e de nomes próprios.

Magalhães (2011) pôde observar que a variação no uso de AD diante de possessivo em sintagmas não preposicionais era considerável no PE desde o século XVI. Na metade do século XVII, essa variação já estava bastante reduzida, vindo a desaparecer no século XVIII, quando a presença do AD nesse contexto torna-se categórica. Nos sintagmas preposicionais (SP), o AD diante de possessivo se comporta de forma diversa. No século XVI ainda não existia variação no uso do AD nesse contexto; o determinante não figurava nesses sintagmas. A variação em SP começa a aparecer na metade do século XVII (período em que a variação na presença do AD começa a desaparecer nos sintagmas não preposicionais). Nos SP, a variação no uso do artigo é observada até o século XIX, quando a presença do artigo diante de possessivo em sintagmas sem preposição já estava generalizada. Magalhães (2011) conclui que esses dados revelam duas histórias para o uso do artigo diante de possessivo no PE: uma dos sintagmas não preposicionais; e outra, dos SP. A autora postula que, no PE, há a exigência de algum elemento antes de pronomes possessivos, por isso a presença de preposição torna o uso do artigo facultativo, o que levou a variação do artigo em SP a se estender até o século XIX.

Diante de nomes próprios, segundo Magalhães (2011), a variação já era observada no PE desde o século XVI, passando por significativa diminuição através dos séculos, tornando-se bastante

reduzida no século XIX. Até a metade do século XVII, nomes próprios em posição pré-verbal na função de sujeito ainda apresentavam ausência de artigo, o que já não ocorria no século XIX. A semelhança do que foi observado em relação aos possessivos, quando na presença de algum elemento (conjunções, preposições, pronomes indefinidos, etc.), a variação no uso do AD antes de nomes próprios pode ser identificada até o século XIX. A partir disso, Magalhães (2011) postula a existência de uma relação entre a variação no uso do artigo diante de possessivo e de nome próprio no PE.

Espera-se, com a apresentação dos trabalhos supracitados, ter despertado o interesse por esse tema ainda pouco explorado no PB e ter contribuído, ainda que modestamente, para conhecimento desse fenômeno por parte dos iniciantes no tema. Na próxima seção, apresentam-se o *corpus* e a caracterização dos seus redatores, proposta por Santiago (2012), a partir do trabalho de Marquilhas (2000).

CARTAS DE INÁBEIS DO SERTÃO BAIANO

Este estudo é desenvolvido a partir de 91 cartas pessoais, escritas ao longo do século XX (entre 1906 e 2000, com destaque para as décadas de 1950, 1960 e 1970), por 43 sertanejos (20 homens e 23 mulheres) pouco escolarizados, nascidos em áreas rurais dos municípios baianos de Conceição do Coité (16 remetentes), Riachão do Jacuípe (25 remetentes) e Ichu (2 remetentes). Esse *corpus* foi editado por Santiago (2012) e faz parte do banco de dados do Projeto *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS)*³ e do Projeto *Vozes do Sertão em Dados: História, Povos e Formação do PB*,⁴ coordenado pelas Prof.^{as} Dr.^{as} Zenaide de Oliveira Novais

³ É possível acessar a página do projeto em <www.uefs.br/cedohs>.

⁴ Número do processo no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): 401433/2009-9.

Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Os remetentes, de baixas condições financeiras, trabalhavam no cultivo de alguns vegetais e na criação de animais de pequeno porte. As mulheres desenvolviam dupla jornada, aliando o trabalho na roça aos afazeres domésticos. A maioria dos redatores (40 remetentes) tinha entre 15 e 28 anos quando escreveu as cartas.

Essas cartas foram trocadas entre parentes e amigos para obter notícias uns dos outros ou solicitar alguns favores, às vezes relacionados à lida no campo. Há também cartas de pedido de casamento e correspondências trocadas entre namorados. A maioria destinava-se a pessoas que moravam em localidades próximas, mas algumas foram escritas das cidades de São Paulo e Brasília para parentes e amigos na Bahia. Assim, como esclarecem Santiago e Carneiro (2016), a migração foi um dos fatores que motivaram a escrita das cartas. Segundo as autoras,

[...] as cartas foram trocadas em relação de simetria entre redatores que fazem parte de um contexto sociocultural semelhante e são textos próximos de uma escrita cotidiana, de caráter afetivo, apresentando um significativo grau de transparência aos usos vernáculos. (SANTIAGO; CARNEIRO, 2016, p. 91).

Há que se destacar ainda que se trata de textos escritos por *mãos inábeis*, escreventes estacionados em fase incipiente de aquisição da escrita, o que também permite proximidade com os dados da oralidade e apresenta características que possivelmente se aproximam da vertente popular do PB. Dos 43 remetentes, 26 redatores estudaram pouco em casa; 6 estudaram até a quarta série; 2 deles estudaram apenas as primeiras séries; um redator relatou ter aprendido a escrever pelo convívio com alguns amigos alfabetizados e fazendo

a leitura da Bíblia. Não há informações sobre a escolaridade de 8 escreventes. Na subseção seguinte, comenta-se o perfil dos escreventes.

OS INÁBEIS DO PORTUGAL SEISCENTISTA E OS INÁBEIS DO SERTÃO BAIANO

Santiago (2012), além de fazer a edição das 91 cartas supracitadas, realizou um estudo de aspectos paleográficos, supragráficos, grafofônicos e de aquisição da escrita nesse *corpus*, levantando dados que a levaram a caracterizar os escreventes como *mãos inábeis*. Essa expressão corresponde à tradução, em língua portuguesa, da expressão de origem francesa *scripteurs maladroït*, utilizada por Claire Blanche-Benveniste (MARQUILHAS, 2000, p. 235), para se referir “aos autores materiais de um texto enquanto falantes estacionados em fase incipiente de aquisição da escrita”. É de responsabilidade de Marquilhas (2000) a tradução de *scripteurs maladroït* em português. Foi também por intermédio do trabalho dessa pesquisadora que o termo se tornou conhecido no Brasil.

Utilizando como *corpus* arquivos da Inquisição no Portugal seiscentista, Marquilhas (2000) pôde observar alguns aspectos gráficos, supragráficos, de representação silábica (hipossegmentação e hipersegmentação), da grafia de sílabas complexas e de fenômenos de mudança fonética e fonológica (vocalismo e consonantismo) que caracterizam a escrita de pessoas que não completaram o processo de aquisição da escrita, as *mãos inábeis*. Sua pesquisa lançou luzes ao trabalho realizado por Santiago (2012) com os dados de escreventes do sertão baiano.

Em relação à aparência física das 91 cartas que editou, Santiago (2012, p. 160) observou os seguintes aspectos da escrita dos escreventes baianos:

[...] as peculiaridades do suporte, a ausência de *cursus*, o uso do módulo grande, a ausência de um regramento ideal, a rigidez, falta de leveza ao conjunto, o uso de letras monolíticas e a irregularidade da empaginação.

As cartas revelam também a dificuldade dos redatores em identificar as fronteiras das palavras, expressa pelas ocorrências de hipossegmentação e hipersegmentação. Os vários fenômenos fônicos identificados pela pesquisadora apontam para a transposição de marcas da oralidade para a escrita dos redatores. Tendo observado essas e outras características, Santiago (2012) concluiu que, assim como os redatores dos arquivos da Inquisição do Portugal seiscentista reunidos por Marquilhas (2000), os escreventes baianos exibem aspectos de estágios iniciais de aquisição da escrita próprios de *mãos inábeis*.

Não seria possível esgotar aqui toda a caracterização das *mãos inábeis* apresentada por Marquilhas (2000) e Santiago (2012), do que fica o convite para a leitura completa dos trabalhos dessas pesquisadoras.

O AD ANTES DE POSSESSIVOS E ANTROPÔNIMOS EM CARTAS DE INÁBEIS: RESULTADOS PARCIAIS

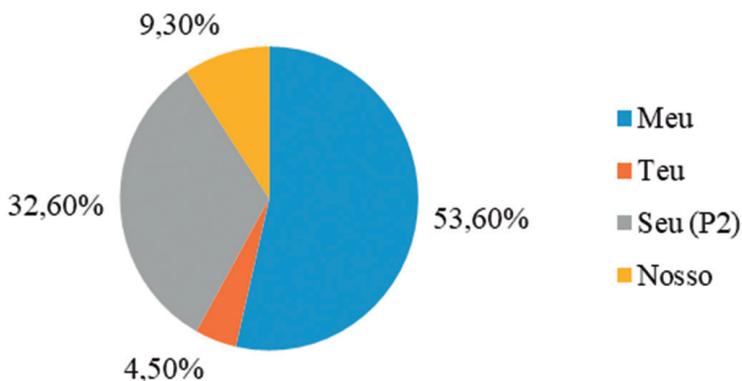
Nesta seção, serão apresentados os resultados preliminares da variação presença/ausência do AD antes de possessivos e antropônimos em 91 cartas pessoais escritas ao longo do século XX. Fizeram parte da análise apenas os SN em que tal variação é possível. Com isso, foram levantados 334 SN com variação de uso do artigo antes de possessivo e 276 SN em que é possível a variação do AD antes de antropônimo. Os SN em que ocorreram, ao mesmo tempo, pronome possessivo e antropônimo foram contabilizados na análise dos possessivos, considerando que esses SN em sua maioria apresentavam

AD e que a presença dos artigos é indiscutivelmente superior antes de possessivo do que de antropônimos no *corpus* analisado.

VARIAÇÃO DE USO DO AD ANTES DE POSSESSIVO

Foram levantadas 334 ocorrências de pronomes possessivos em contexto de variação nas cartas. Desse total, 15 são do pronome *teu* (e flexões), 31 do pronome *nosso* (e flexões), 109 do pronome *seu* (e flexões, em referência à segunda pessoa do singular) e 179 do pronome *meu* (e flexões). O Gráfico 1 possibilita melhor visualização da frequência de cada pronome no *corpus*.

Gráfico 1 – Frequência de uso dos pronomes possessivos no *corpus*



Fonte: Elaboração própria.

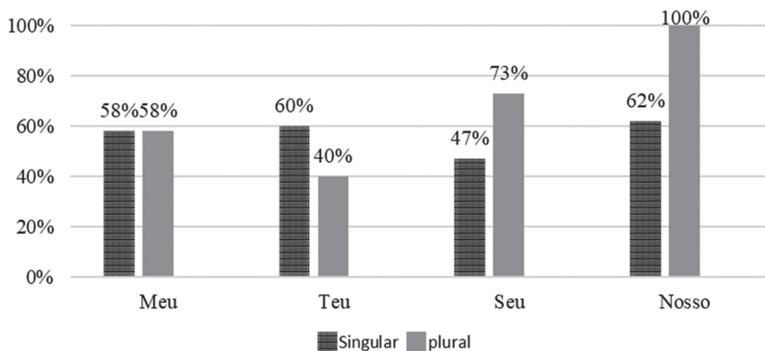
O Gráfico 1 mostra predomínio do pronome *meu*, seguido do pronome *seu*.

Dos 334 SN com pronomes possessivos em contexto de variação no *corpus*, 189 apresentaram AD, o que equivale a 56,6% do total de ocorrências. Quando se separam os pronomes, percebe-se que o

pronome *nosso*, seguido do pronome *meu*, é o que mais favorece a presença do AD: meu = 58,1%; teu = 53,3%; seu = 52,3%; nosso = 64,5%. Esses dados corroboram os resultados de Silva (1998a), de que há maior presença do artigo com pronomes de primeira pessoa, uma propriedade discursiva da combinação do artigo com possessivo. Como nos dados aqui analisados não há pronomes de terceira pessoa (singular e plural) nem de segunda pessoa do plural, não é possível estabelecer comparação entre a frequência de uso artigo com possessivos em todas as pessoas gramaticais.

A fim de melhor compreender a variação do AD no *corpus*, separaram-se as ocorrências, considerando a variável *número do SN*. O Gráfico 2 apresenta os resultados dessa análise:

Gráfico 2 – AD antes de possessivo a partir do número do SN



Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 2 mostra que os dados dos inábeis do sertão baiano, de um modo geral, contrariam a hipótese de Silva (1982) de que “quando o falante destaca apenas um dentro de um conjunto de elementos possuídos, há maior especificidade e o uso do artigo é maior” (SILVA, 1998a, p. 125), visto que, apenas em relação ao pronome *teu*,

a frequência de uso do artigo em SN singular foi superior à frequência em SN plural. Por outro lado, esses resultados se aproximam do que foi observado por Baxter e Lopes (2009) ao analisar dados da comunidade afrodescendente de Helvécia, em que a presença do AD também foi maior em SN plural.

O pronome *meu* teve a mesma frequência de realização do artigo em sintagmas singular e plural. Em relação a *nosso*, é necessário esclarecer que a frequência do artigo atingiu 100% em SN plural, mas esse pronome ocorreu apenas duas vezes nesse número, o que justifica esse uso categórico. Por outro lado, é interessante observar também que o pronome *seu*, que apresentou a segunda maior frequência no cômputo geral dos pronomes no *corpus*, também favoreceu mais a presença do artigo em SN plural do que em SN singular. Esse resultado pode estar relacionado com a atuação do artigo definido como marcador de plural em variedades do PB que não realizam a concordância formal de número.

Ressalta-se, por fim, que ainda há um longo caminho a ser percorrido no rastreamento da variação no uso do AD nas cartas das *mãos inábeis* do sertão baiano. Apresentaram-se aqui breves considerações. Uma análise mais aprofundada será feita *a posteriori*, por meio do controle sistemático de mais variáveis.

VARIAÇÃO DE USO DO AD ANTES DE ANTROPÔNIMO

Foram levantadas 276 ocorrências de antropônimos em contexto de variação no *corpus*, das quais apenas duas são precedidas pelo AD, o que corresponde a 0,7% do total. A seguir, apresentam-se as ocorrências de antropônimos precedidos por AD nas cartas:

- 1) Sim conpadi u sinho| min mandou Dizer| *que que* Andriza conmeu A palha| da o Aririas. (AFS-16).

2) Compadi pitangeiro u| senho jar largou connmigo|
com Aderza ir com A| Dilinna. (AFS-12).

Essas ocorrências são do redator cuja a sigla é AFS. No exemplo 2), a presença do artigo antes do nome é clara. Em Santiago (2012), é possível ter acesso a algumas informações sobre os 43 redatores das cartas, com o que foi possível saber, por exemplo, que AFS passou alguns anos trabalhando em São Paulo. É possível que esteja nesse fato a explicação para a presença do AD nos dados desse redator. Os resultados da pesquisa de Callou e Silva (1997), com dados do projeto Nurc, mostram que, das cinco capitais contempladas pelo projeto, foi a paulistana a que favoreceu a realização do artigo antes antropônimos (peso relativo .87), enquanto as capitais nordestinas manifestaram os menores pesos relativos (Recife .20 e Salvador .32).

Como se vê, a presença de AD diante de antropônimos no *corpus* é periférica, o que aproxima os dados levantados para a variação nesse contexto dos resultados encontrados por Costa (2002), com dados do português arcaico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado por Santiago (2012) com as 91 cartas escritas por sertanejos baianos com baixa escolaridade mostra ser possível a localização de *corpora* que contemplem a vertente popular do PB. O material reunido e editado pela pesquisadora constitui um *corpus* extremamente relevante, de escreventes estacionados em fase incipiente de aquisição da escrita, que apresenta características que possivelmente se aproximam da vertente popular do PB. A particularidade desse *corpus* pode contribuir para revelar aspectos sobre a variação no uso dos AD ainda não observados nos estudos desenvolvidos até então, que, na maioria dos casos, utilizam dados de pessoas escolarizadas. Com isso, essa proposta de pesquisa pode

ampliar o leque de observações e informações sobre esse fenômeno em variação no PB.

Este estudo corresponde a uma pequena amostra da análise que será feita com o *corpus* das *mãos inábeis* do sertão baiano, para que seja possível alcançar informações mais contundentes acerca do perfil da variação no uso do AD nesses textos. Pretende-se, com o desenvolvimento desta pesquisa, identificar os fatores estruturais e sociais que influem na variação no *corpus*. Como se trata de dados de informantes com baixa escolaridade, julga-se necessário investigar se essa variação está relacionada exclusivamente à heterogeneidade do PB ou se é devida também a aspectos de aquisição da escrita. É possível ainda que os dados dos inábeis apontem para um processo de competição de gramáticas. Posicionamentos definitivos acerca dessas questões ficarão para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

- BAXTER, Alan N.; LOPES, Norma. Barenouns in the Afro-Brazilian Portuguese dialect Helvécia, Bahia. In: CURAÇÃO CREOLE CONFERENCE, 15., 2004, Willemstad. *Proceedings...* Willemstad: Fundashon pa Planifikashon di idioma, 2004a.
- BAXTER, Alan; LOPES, Norma. Variação no uso de artigos: uma comparação. In: JORNADA NACIONAL DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS, 20., 2004, João Pessoa. *Anais...* Recife: Gelne, 2004b.
- BAXTER, Alan; LOPES, Norma. O artigo definido. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 319-330.

CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle M. Oliveira e. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, Dermeval da (Org.). *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Ideia, 1997. p. 11-27.

COSTA, Iraneide. O uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoa e de possessivo do século XIII ao século XVI. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (Org.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: Edufba; Feira de Santana: UEFS Editora, 2002. p. 284-306.

LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

MAGALHÃES, Telma Vianna. O uso de artigo definido diante de pronome possessivo em textos portugueses do século XVI a XIX. *Leitura*, Maceió, n. 47, p. 123-143, 2011.

MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. VII*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2000.

MENDES, Andrea Almeida. A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores da zona rural de Matipó e Abre Campo-MG. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, v. XIV, n. 4, t. 3, 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2lqA8yv>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

SANTIAGO, Huda da Silva. *Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano*. 2012. 2 v. 256 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SANTIAGO, Huda da Silva; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novaes. Fontes para uma sócio-história linguística do português popular: as cartas de mãos inábeis do sertão baiano. *A Cor das Letras*, Feira de Santana, v. 17, n. 1, p. 90-98, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2Mg23fR>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. *Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro*. 1982. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998a. p. 120-145.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. Emprego do artigo diante de possessivo e de patronímico: resultados sociais. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998b. p. 265-281.

UMA ABORDAGEM SOCIOLINGUÍSTICA NA CHAPADA DIAMANTINA: MAPEAMENTO DA CONCORDÂNCIA VERBAL COM PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL NA VARIEDADE RURAL

Siméia Daniele Silva do Carmo

A concordância verbal no português brasileiro, assim como a nominal, é um dos aspectos variáveis que tem sido muito discutido por meio de estudos dos pesquisadores.¹ Ela está, segundo Lucchesi, Baxter e Silva (2009, p. 331), “[...] no centro dos debates acerca da relevância do contato entre línguas na formação da realidade linguística brasileira”.

O tema da concordância verbal foi escolhido por ser um fenômeno variável que atrai muito a atenção para questões de cunho social. De maneira oposta aos pressupostos cristalizados nas gramáticas tradicionais, a observação empírica dos estudos sociolinguísticos tem comprovado que o sistema flexional dos verbos apresenta regras variáveis, principalmente no português brasileiro (PB) falado.

No Brasil, têm sido abrangentes as pesquisas centralizadas nesse tema, principalmente no que concerne à concordância verbal (CV) com a terceira pessoa do plural (P6), tomando como

¹ Cf. ALMEIDA, 2006; ARAUJO, 2010; BORTONI-RICARDO, 2011; LEMLE; NARO, 1977; MACHADO VIEIRA, 1997; RODRIGUES, 1987; RUBIO, 2012; SCHERRE; NARO, 1997; SCHERRE; YACOVENCO; NARO, 2015; VIEIRA; BRANDÃO, 2014; ZILLES; MAYA; SILVA, 2000.

amostra o PB urbano. Esses estudos serviram de suporte teórico para o estabelecimento de nossas hipóteses a respeito do assunto e para a comparação de resultados. Embora a maior parte dos trabalhos que tratam da concordância verbal de número no PB tenha priorizado a variação com a terceira pessoa do plural (*eles/P6*), sentiu-se a necessidade de focar estudos voltados à primeira pessoa do plural (*nós/P4*), de modo que este trabalho contribui para o avanço de conhecimento sobre a variação com essa pessoa gramatical.

São poucos os estudos que tenham delimitado o tema da CV com a P4 no PB, ressaltando a variedade rural, salvo os estudos de Silva (2003); Lucchesi, Baxter e Silva (2009) – que se centraram apenas em comunidades rurais marcadas etnicamente –; Nina (1980); Almeida (2006); e Araujo (2012); além da análise descritiva empreendida por dialetólogos do início do século XX e de Veado (1982). Com isso, podemos perceber que a CV com P4 é um dos tópicos gramaticais que carece de pesquisas na região abordada neste estudo, ainda mais porque o uso da expressão *nós vai* é bem típico da fala rural.

Pesquisas comprovam o fato de que tais fenômenos (CV em P4 e P6) apresentam variação na regra-padrão categoricamente, não só na fala de informantes de categoria social inferior. Contudo, este fenômeno também está presente nos falantes da classe culta. Graciosa (1991), em sua pesquisa com dados da Norma Urbana Culta do Rio de Janeiro (Nurc-RJ), e Araujo (2014), com dados da cidade de Feira de Santana-BA, ambas analisando a fala de informantes cultos, encontraram semelhança em seus resultados, como frequência de 6% na falta de concordância em formas verbais de P6. Assim, mesmo em pequena proporção, encontra-se na fala culta usos como “chegou os livro-0” e “os menino-0 nasce”, seja em contextos poucos salientes no nível fônico, especialmente com verbos ergativos ou inacusativos. Acredita-se que esses mesmos falantes que usam a regra não padrão de

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

concordância com P6 não a usariam com P4, na medida em que usos como “Nós foi” e “Nós fomo” são casos muito marcados socialmente, podendo ser considerados exemplos de estereótipo sociolinguístico (LABOV, 2008, p. 210-212). O mesmo pode ser afirmado para a forma com o alomorfe de plural *-emo*, “nós viemo”, que é também muito marcada socialmente e bastante característica da fala rural.

Assim, nessa linha de raciocínio, damos ênfase ao fato de ser a ausência de CV com P4 um fenômeno muito característico do vernáculo popular brasileiro e, justamente por essa razão, essa temática é relevante e foi abordada neste estudo.

Com olhar sociolinguístico, objetivamos: a) mapear a ocorrência ou não da marcação de plural na primeira pessoa dos verbos existentes nos *corpora* orais, extraídos da *Coleção amostras da língua falada no semiárido baiano* (ALMEIDA; CARNEIRO, 2008), da zona rural do município de Rio de Contas-BA; b) dar um panorama geral da regra variável do uso de *nós* com e sem marca de morfema de P4, para refletir sobre o que é mais produzido como um todo; c) analisar as variações que se referem à concordância verbal com a primeira pessoa do plural, verificando quais fatores socioculturais contribuem para elas; e d) comparar os falares das duas comunidades em estudo.

As comunidades rurais nas quais foram coletados os dados para esta pesquisa estão em duas localidades baianas: Barra/Bananal e Mato Grosso (ambas no município de Rio de Contas). Tais comunidades foram escolhidas a fim de se investigar se há padrões diferenciados de uso a depender da sócio-história específica de cada comunidade. Optamos por trabalhar apenas com dados do português popular, por acreditarmos que essa variedade linguística deve trazer, mais fortemente, resquícios do contato entre línguas e culturas diversas, tão marcante na sócio-história brasileira.

Na análise, daremos ênfase à interpretação de fatores extralinguísticos mais relevantes – a saber; *sexo, faixa etária, escolaridade e*

comunidade –, por entender que esses têm uma importância muito valiosa na interpretação de resultados, pois definem o sujeito e a língua em uso que está sendo analisada.

Assim, num contexto de diversidade que caracteriza a história sociolinguística do Brasil, este estudo certamente contribuirá para a caracterização do português popular do país.²

CONCEITOS SOBRE A CONCORDÂNCIA VERBAL

Diversas pesquisas vêm demonstrando uma forte tendência à não realização das marcas de plural (-mos) no sintagma verbal (SV), mas esse fenômeno ainda não é descrito pelos compêndios gramaticais. Para discorrer sobre tal processo, torna-se essencial elencar alguns conceitos encontrados nesses compêndios no que tange à concordância.

TRADIÇÃO GRAMATICAL

Foi a partir do interesse do estudo da linguagem para compreender o pensamento humano que Aristóteles, trabalhando sobre os tratados de Platão numa visão filosófica, desenvolveu um sistema de categorias de língua que hoje conhecemos como classes de palavras. Dessa forma, desde a Antiguidade Clássica até os estudos gregos e latinos, é considerável refletir sobre a base da tradição gramatical.

O interesse em estudar a língua tinha o objetivo de entender o pensamento humano. Isso significa que, para os gregos (século V a.C.), a língua era entendida como expressão do pensamento. O Período Clássico foi marcado por uma grande riqueza intelectual,

² Alguns resultados deste texto são oriundos da dissertação *A variação na concordância verbal com a primeira pessoa do plural em comunidades rurais do semiárido baiano*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana (CARMO, 2016).

que influencia o mundo até hoje. Nesse período, algumas escolas contribuíram para o desenvolvimento dos estudos da linguagem; entre elas, podemos destacar os estoicos, que se preocupavam com o método da pesquisa e se debruçaram nas áreas da fonética, da gramática e da etimologia; os retóricos, que se situaram na arte da oratória de bem falar e bem escrever; e os alexandrinos, que constituíam a escola de filósofos gregos; estes focavam seus estudos nos poemas de Homero, textos muito importantes para a cultura da época, reconhecidos como códigos de conduta, base do sistema educacional grego.

Essa época se destaca por valorizar a escrita, servindo de semente para a dicotomia entre “certo e errado”. Ou seja, privilegiaram a língua escrita dos grandes escritores, avaliando negativamente os demais usos. Concentraram seus estudos na linguagem escrita e ignoraram as diferenças existentes entre o falar e o escrever.

Criada com o objetivo de oferecer os padrões linguísticos das obras de escritores consagrados, a gramática tradicional (GT) reforça o dialeto-padrão e silencia as demais variedades. Ela representa o conjunto de regras, reflexões e classificações a respeito da língua portuguesa, num modelo prescritivo, tendo como foco preservar e indicar como corretos e aceitáveis os usos tradicionalmente eleitos como paradigmas às regras do falar.

No que se refere à concordância, em geral, pode-se entender que na visão gramatical de Napoleão Mendes de Almeida (1999), Rocha Lima (2000), Evanildo Bechara (2006) e Cunha e Cintra (1985) a concordância entre sujeito e verbo, na língua portuguesa, é obrigatória. Dessa forma, são estabelecidas inúmeras regras, pouco criteriosas, que tentam sistematizar esse assunto; porém, o que se vê é que também há um grande número de exceções, comprovando que tal sistematização é complexa, principalmente quando se leva em consideração a abordagem tradicional, excludente e normativa.

Embora a gramática tradicional seja fruto de um longo período de reflexão sobre a linguagem, não podemos tomar esses conceitos como a única variedade válida e correta. Assim, a GT ignora as variedades linguísticas, os usos da linguagem e os processos de organização textual, como coerência e coesão. Além disso, as análises tradicionais limitam-se a frases descontextualizadas e partem de um princípio normativo. Conseqüentemente, o ensino da GT na escola privilegia a nomenclatura e a norma em detrimento da descrição, os conteúdos e as atividades giram em torno da modalidade escrita e confunde-se ensino de língua com ensino da norma culta ideal.

TRADIÇÃO LINGUÍSTICA

A partir de 1970, pesquisadores e professores do Brasil discutem acerca da dificuldade dos alunos do Ensino Médio em ler e escrever corretamente, de maneira clara e articulada. A falta de prática de produção de texto em sala, a influência dos meios de comunicação de massa e a descontextualização do ensino eram fatores apontados como influenciadores que impulsionavam tais dificuldades. Nos anos 1980, com a intensificação dos estudos variacionistas no Brasil e com a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), novas perspectivas foram abertas ao ensino de língua portuguesa.

A partir de então, as pesquisas geolinguísticas, dialetológicas e sociolinguísticas, entre outros campos de estudos, ganham impulso no Brasil e começam a realizar reflexões acerca do dinamismo próprio que a língua apresenta nas novas gramáticas. A tradição linguística reconhece a necessidade do ensino formal de gramática, porém considera que a língua varia conforme o contexto em que é utilizada e sofre influências não só internas ao seu sistema, mas também externas a ele.

Alguns anos depois, autores como Perini (1996) – entre outros, como Bagno (1999, 2001, 2002) e Geraldi (2002) – reconheceram também a inadequação da gramática tradicional no que tange a seu caráter prescritivo, sua inconsistência teórica e a ênfase dada à variedade padrão escrita em detrimento das demais variantes. Numa vertente descritiva, que pode ser considerada inovadora no ensino e na descrição da língua portuguesa, destacamos Perini (1996), Neves (2000) e Bagno (2011).

Perini (1996) sugere a necessidade de se elaborar uma nova gramática do português, cuja teoria reflita uma análise coerente da estrutura da língua. Na sua visão, uma gramática satisfatória seria aquela que se ocupasse prioritariamente da descrição das formas da língua (fonologia, morfologia, sintaxe) e com a explicitação do “relacionamento dessas formas com o significado que veiculam” (Perini, 1999, p. 21).

Neves (2000), em sua *Gramática de usos do português*, mostra como está sendo usada a língua portuguesa atualmente no Brasil. Descreve e analisa a língua “viva”, exibindo todas as possibilidades de composição que estão sendo aproveitadas pelo usuário para obtenção do sentido desejado em cada situação. No capítulo dedicado à explicação dos pronomes, a autora faz referência ao sintagma nominal *a gente*, que vem sendo empregado como pronome pessoal na linguagem coloquial. Neves (2000, p. 13) focaliza a língua viva e exhibe as inúmeras possibilidades de composição. Por se tratar de processo sintático, pode ser compreensível o não tratamento da concordância verbal nessa gramática, que se caracteriza por promover uma descrição do uso efetivo dos itens da língua.

Bagno (2011), em suas reflexões reunidas na *Gramática pedagógica do português brasileiro*, afirma que a tradição gramatical conseguiu impor ao longo dos séculos uma série de ilusões que contribuíram para a separação entre os que falam “certo” e os que falam

“errado”. Para o autor, a concordância é redundante: ele justifica a ausência dela, principalmente na comunicação oral, afirmando que alguns falantes economizam recursos gramaticais assim como no latim clássico, em que a forma verbal já trazia em si mesma a pessoa, o número, o modo, o tempo e a voz.

Cabe notar, portanto, que no português falado no Brasil a variação se instala notoriamente em estruturas de número gramatical plural. Verifica-se que a variação na concordância no PB pode estar definitivamente internalizada na mente de seus falantes. Nesse momento da língua, trata-se de uma variação inerente, altamente estruturada em função de aspectos linguísticos e sociais (SCHERRE, 1994, p. 11).

CONTEXTO SOCIAL E LINGUÍSTICO DAS COMUNIDADES EM ESTUDO

As localidades que integram o projeto *A Língua Portuguesa do Semiárido Baiano* têm formações sócio-histórico-demográficas diferenciadas.

O projeto foi dividido em fases. As gravações na zona rural do município de Rio de Contas constituíram a fase 1 (1996-2000). Essas microrregiões fizeram parte do ciclo de mineração. Os povoados escolhidos para a gravação das amostras foram as comunidades de Mato Grosso e de Barra/Bananal.

Município de Rio de Contas

De acordo informações de Carmo (2016, p. 86), Rio de Contas situa-se na parte meridional da Chapada Diamantina, numa altitude de 1.050 metros e de topografia montanhosa; a vila foi fundada a partir da exploração do ouro. O município está localizado a 738km da capital Salvador e faz limites abrangendo as cidades de Abaíra

(norte), Brumado (sul), Jussiape e Itauaçu (leste), Érico Cardoso, Livramento de Nossa senhora e Dom Basílio (oeste).

Segundo informações históricas nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o início do município acontece no século XVII, período em que grupos negros, foragidos, se estabeleceram no local, surgindo o Arraial dos Creoulos. Abaixo desse povoado, os jesuítas construíram uma igreja a 12 km, dedicada a Nossa Senhora do Livramento. Em 1724, o vice-rei dom Vasco Fernandes encarregou o coronel Pedro Barbosa Leal de criar uma vila no alto do sertão baiano, a qual recebeu o nome de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas. Em 1735, as autoridades da época ordenaram a mudança da sede da vila para o povoado de Creoulos, atual cidade de Rio de Contas, em 1745. O nome da cidade foi dado em homenagem ao rio que cortava o município.

Carmo (2016, p. 87) traz considerações históricas relevantes sobre a cidade. Ela afirma que em Rio de Contas fluíam todos os recursos e benefícios da atividade mineradora, o que se refletia no seu crescimento urbano. Porém, o crescimento aos poucos foi se estagnando com o progressivo esgotamento dos veios (faixas estreitas e compridas que, numa terra ou numa rocha, se distinguem pela diferença da cor ou pela natureza da matéria) e cascalhos auríferos. À medida que a atividade de mineração decrescia, diminuía também o nome do município. Em 1840, foi simplificado para Minas do Rio de Contas e, em 1931, foram-se as minas, e o município passou a se chamar, simplesmente, Rio de Contas.

Atualmente, a região é bastante conhecida turisticamente devido às belezas naturais, assim como às tradições culturais nela desenvolvidas. Com isso, muitos estrangeiros têm investido em hotelaria, comércio e restaurantes, a fim de contribuir para o desenvolvimento da cidade. Essa realidade revela um ambiente totalmente favorável à

perda de padrões culturais e linguísticos locais, os quais cederam espaço às influências externas por meio do mercado turístico ali instalado.

Os povoados escolhidos para a gravação das amostras foram as comunidades de Mato Grosso e de Barra/Bananal, também por constituírem uma área passível de haver diversidade étnica devido a sua formação étnico-histórica e social, conforme discorreremos a seguir.

Os dados que constituíram o *corpus* da pesquisa foram levantados em 12 inquéritos fônicos em cada comunidade, pertencentes ao acervo do projeto *A Língua Portuguesa do Semiárido Baiano – fase 1: amostras da língua no semiárido baiano –*, do Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (Nelp) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Comunidade de Mato Grosso

Os habitantes de Mato Grosso orgulham-se por ser de etnia branca e por não se misturarem com os vizinhos negros de Barra e Bananal. Segundo Capinan (2009), a comunidade teria sido fundada pelos bandeirantes e é composta, em sua maioria, por brancos com presunção de ancestralidade portuguesa.

Dados da História afirmam que viajantes procedentes de Goiás e do norte de Minas, com destino a Salvador, fundaram no final do século XVII o povoado de Creoulos, para lhes servir de pouso. A descoberta do ouro no leito do rio Brumado atraiu à região grande número de garimpeiros, que, subindo o rio, fundaram a povoação Mato Grosso, que cresceu em função da mineração. As pessoas de Mato Grosso, ao contrário das de Bananal e Barra dos Negros, plantam para vender, e não simplesmente para a subsistência. Além de muitos abastecerem as feiras da região com verduras, há, também, plantadores de café – informações estas procedentes da fala de moradores da região, de acordo com Carmo (2016, p. 88).

Comunidade de Barra/Bananal

A comunidade de Barra/Bananal, também conhecida como Barra do Brumado e Bananal, localiza-se a 15km a oeste do município de Rio de Contas na região sul da Chapada Diamantina, propriamente nos vales entre Serra das Almas e Serra do Malhado.

Essas comunidades caracterizam-se por serem formadas de habitantes de etnia negra que sobrevivem de agricultura de subsistência, artesanato e pesca. A comunidade de Bananal enfrenta mais dificuldades para plantação, pois suas terras baixas foram inundadas pela barragem Luiz Vieira e as áreas próximas a esta sofrem progressiva erosão. Enquanto Bananal conta apenas com um pequeno riacho, a Barra é irrigada por três rios (Fazendola, Santo Antônio e Brumado).

As duas comunidades são muito ligadas. Distanciam-se em 2,5 km, porém estabelecem vínculos sociais, culturais e familiares muito fortes. Por isso, fizemos a inclusão das duas comunidades de negros como uma só, já que a convivência entre eles é bastante íntima e os moradores de Bananal têm parentes em Barra e vice-versa.

No que se refere à formação das comunidades, Capinan (2009), em sua dissertação, afirma que a fundação das comunidades se concretizou por Isidoro Joaquim da Silva, para Barra, e Beba Maria de Aguiar, para Bananal. Os distintos fundadores constituíram duas famílias-troncos naquela região: os Aguiar e os Silva. Estas famílias, no entanto, são interligadas por intensas relações de parentesco biológico, o que permite que as duas localidades sejam tratadas como apenas um grupo social.

Atualmente, essas comunidades são reconhecidas como remanescentes de quilombolas. Estudos e pesquisas, entre eles a investigação de Carmo (2016, p. 89), mostraram que as comunidades de quilombo se constituíram a partir de grandes processos de fuga e ocupação de terras livres, geralmente isoladas. Não só disso, mas

também sua formação é fruto de heranças, doações, recebimentos de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado e simples permanência nas terras ocupadas e cultivadas, bem como da compra de terras desde a vigência do sistema escravocrata até anos após abolição. Assim, o que caracterizava o quilombo não era somente o isolamento e a fuga, mas também a resistência e a autonomia.

Partindo do princípio de que a variação e a mudança eram e são inerentes às línguas, os estudos históricos começaram a consolidar a ideia de que a constante heterogeneidade da realidade linguística, correlacionada com o contato entre as diferentes realidades e formas de interação social entre grupos de falantes, constitui fator essencial para afirmar a dinamicidade da língua. Assim, a relação entre língua e sociedade é muito pertinente, pois se acredita que haja uma inter-relação entre elas. Por isso, consegue-se considerar as variações como existentes e estudar a língua não só por ela própria, mas no indivíduo e na sua comunidade de fala.

Portanto, o sentido das palavras na perspectiva variacionista está condicionado a fatores sociais, também denominados de fatores extralinguísticos. Estes têm importância muito valiosa na interpretação de resultados, pois definem o sujeito e a língua em uso. Nesta pesquisa, foram consideradas quatro variáveis socioculturais, a saber: *sexo, faixa etária, escolaridade e comunidade*.

Muitos dos entrevistados pertencem à classe semiescolarizada. Foram classificados em analfabetos e semialfabetizados. Entendendo as restrições existentes na região e a característica principal – ser comunidade rural –, supomos que não haverá muitas diferenças significativas nessa variável. Segue uma sinopse.

Quadro 1 – Sinopse do quadro de informantes referente à *escolaridade*³

Escolaridade: analfabetos		
Comunidades	Sexo	Faixa etária
Barra/Bananal 6 informantes	3 homens 3 mulheres	Faixa I: nenhum inf.
		Faixa II: 2 inf.
		Faixa III: 4 inf.
Mato Grosso 6 informantes	3 homens 3 mulheres	Faixa I: nenhum inf.
		Faixa II: 3 inf.
		Faixa III: 3 inf.
Escolaridade: semialfabetizados		
Barra/Bananal 6 informantes	3 homens 3 mulheres	Faixa I: 4 inf.
		Faixa II: 2 inf.
		Faixa III: nenhum inf.
Mato Grosso 6 informantes	3 homens 3 mulheres	Faixa I: 4 inf.
		Faixa II: 1 inf.
		Faixa III: 1 inf.

Fonte: CARMO (2016).

O Quadro 1 revela que, de forma geral, os informantes não estão distribuídos quantitativamente de maneira uniforme pela escolaridade. Na faixa I, por exemplo, não encontramos jovens

³ Faixa I – 18 a 38 anos; faixa II – 39 a 59 anos; faixa III – acima de 59 anos.

analfabetos. Percebemos que o acesso à educação tem se tornado realidade no meio rural. Na faixa III, apenas um idoso é semialfabetizado. Possivelmente, por constituir um *corpus* de zona rural e sua sócio-história justificar a falta de escolaridade nessas regiões, não foi possível controlar a amostra levando em consideração *sexo, idade e escolaridade* equitativamente.

ANÁLISE DOS DADOS

Selecionamos como variável dependente desta pesquisa a concordância verbal com a primeira pessoa do plural e a consideramos como binária, com as seguintes formas variantes: a) forma verbal sem morfema de plural; e b) forma verbal com morfema de plural. Essas formas alternantes estão exemplificadas nas seguintes construções, extraídas do *corpus* com o qual trabalhamos:

1) Nós vai ver dona, porque lá em Salvador tem a crônica, dessas coisa [I, F, -, b]⁴

2) Nós aqui não faz muita coisa em Natal não [III, M, -, m]

É preciso salientar que as formas verbais com morfema -mo (com ausência do -s final), como nos exemplos a seguir, foram somadas às que apresentam forma-padrão com morfema de plural -mos.

3) E nós que moramo aqui não tem água regadia. [I, F, +, b]

4) Nós aqui como unido [II, F, -, m]

⁴ Legenda de siglas codificadas – faixa etária: I (jovem), II (adulto), III (idoso); sexo: F (feminino), M (masculino); escolaridade: + (semiescolarizado), - (analfabeto); comunidade: m (Mato Grosso), b (Barra/Bananal).

Justificamos o uso de tais dados pois consideramos que as amostras de fala que constituem nosso *corpus* foram gravadas em comunidades que podem ter sido afetadas pelo contato entre línguas na formação do PB, e, como sabemos, nesses casos há existência de simplificação de formas – a perda do -s final se insere nesse contexto de variação na morfologia flexional dos verbos. Mas consideramos que, em tais formas, há o morfema de plural, razão pela qual as consideramos como exemplo de variante comum na fala.

Em 24 entrevistas, foram encontradas 255 formas verbais de primeira pessoa do plural em posição de sujeito, excluindo-se, como afirmado anteriormente, os casos de referência com a forma pronominal *a gente*. Assim, foram investigados casos de sujeito *nós*, sujeito desinencial e sujeito composto. Os resultados gerais podem ser conferidos na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição geral dos resultados acerca da concordância de número com sujeitos de primeira pessoa do plural (*nós* ou *nós* elíptico)

	Número de ocorrências/ Total	Frequência/ peso relativo
Com morfema de plural	77/255	30,2% .32
Sem morfema de plural	178/255	69,8% .58

Fonte: Elaboração própria.

Conforme os resultados expostos na Tabela 1, notamos que a aplicação da regra padrão de concordância de número é pouco frequente na fala dos moradores das comunidades rurais do semiárido baiano na Chapada Diamantina, predominando a ausência do morfema de plural. Esses resultados dizem respeito ao contraste feito entre as variantes, padrão ou não, em relação à presença do morfema número-pessoal: -mos, -mo e -emo versus a variante zero (\emptyset).

Ressaltamos que o objetivo deste trabalho é averiguar a frequência de aplicação da regra de concordância (marcação ou não de plural nos verbos em P4) na comunidade em foco e mostrar que os fatores extralinguísticos justificam a variação linguística em P4 nessa região. Também esta análise busca confirmar a hipótese de que haverá a ausência ou a variação no uso de morfologia flexional na amostra investigada dos padrões de variação e diferenças quantitativas entre as comunidades que serão estudadas por conta da formação étnica, do isolamento das comunidades e da distância do espaço geográfico da capital, centro de urbanização.

Obtivemos um total de 77 ocorrências, que correspondem a 30,2% de aplicação da regra, com marcas explícitas de concordância, contra 178 ocorrências com construções verbais que não apresentaram marcas explícitas de concordância entre o verbo e o sujeito (69,8%).

As comunidades que estão localizadas em Rio de Contas, na região da Chapada Diamantina, mostraram resultados bastante inferiores no que se refere à concordância-padrão. As ocorrências foram distribuídas na Tabela 2, considerando as comunidades linguísticas:

Tabela 2 – Distribuição dos resultados acerca da concordância de número de acordo com a comunidade rural analisada

Comunidades	FORMAS VERBAIS COM MORFEMA DE PLURAL	
	Número de ocorrências/Total	%
Mato Grosso	20/81	24,7%
Barra/Bananal	57/174	32,8%
TOTAL	77/255	30,2%:

Fonte: Elaboração própria.

Como podemos ver, a comunidade de Mato Grosso apresentou o menor percentual de concordância-padrão, com 24,7%, em relação a Barra/Bananal (32,80%).

Chamou-nos a atenção o fato de essas comunidades rurais que apresentam índices baixos de concordância verbal padrão estarem situadas na região da Chapada Diamantina. Acreditamos que isso deve ser mais bem ponderado. Por ora, salientamos que os resultados obtidos se apresentaram de forma inesperada, pois pressupunhamos que a comunidade de etnia branca (Mato Grosso) manteria um padrão alto de concordância por conta de sua sócio-história e de seu contato maior com a sede do município de Rio de Contas. Contraditoriamente, essa comunidade foi a que apresentou o menor percentual de CV. Esperávamos, também, que a localização do município de Rio de Contas, com suas tradições culturais e turísticas, influenciasse no padrão verbal de seus habitantes, favorecendo o uso-padrão. Dessa forma apresentada, a existência de variação foi reconhecida na aplicação da regra de concordância verbal no *corpus* analisado.

Numa pesquisa realizada com os falantes do português popular rural, enfocando a concordância verbal em P4, Lucchesi, Baxter e Silva (2009), em amostras da fala de quatro comunidades afrodescendentes baianas (Sapé-Valença, Helvécia-Nova Viçosa, Barra Bananal-Rio de Contas e Cinzento-Planalto), encontraram um percentual de 18% de aplicação do uso do morfema com sujeitos representados por *nós*, um número significativamente baixo de uso na frequência de aplicação da regra de CV em P4.

Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009, p. 79) justificam os baixos números de aplicação do uso do morfema com sujeitos em P4, afirmando que:

A diferenciação das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas frente às comunidades de fala rurais

brasileiras, em termos linguísticos, está consubstanciada na identificação de processos linguísticos presentes nas primeiras e ausentes nas últimas, bem como em uma maior intensidade dos processos de variação nas primeiras em relação às demais. As evidências empíricas comprovam que o contato entre línguas foi relevante na conformação dessas variedades linguísticas. As condições históricas que caracterizam a formação de comunidades afro-brasileiras, na qual essa se encaixa, fizeram com que os efeitos de contato entre línguas fossem intensos e se conservassem com nitidez até os dias atuais.

Essa citação elucida o fato de que comunidades afrodescendentes, por estarem mais isoladas, têm história sociolinguística diferenciada. Por causa da presença maior do contato, caracterizam-se por apresentar formas linguísticas que não são comuns em outras comunidades rurais. Lá, é possível encontrar exemplos como “casa de eu”, que representa caso específico de comunidades afrodescendentes. Os negros, que foram explorados na região da Chapada Diamantina-BA na extração de minérios, tiveram contato linguístico bem mais “grosseiro”, se assim podemos chamar, do que os negros destinados ao trabalho escravo na pecuária da região interiorana da Bahia. Assim, as variações linguísticas foram intensas, mais naquela região do que nesta (levando em consideração as relações interpessoais, o tipo de trabalho, a concentração de negros de diversas etnias, a presença de migrantes e muitos outros fatores que implicaram variação).

Diante desse resultado, podemos supor que a influência do contato entre línguas (africanas/portuguesa) justifique tais percentuais. O trabalho escravo, com a forma precária de aquisição do português e o contexto emergente do uso linguístico, implicou menor controle da concordância-padrão.

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

No que concerne às variáveis sociais e suas influências para variação, foi possível realizar alguns cruzamentos entre as variáveis sociais, que nos trouxeram significativas interpretações.

Tabela 3 – Cruzamento entre variáveis sociais *comunidade* e *faixa etária*: frequências e percentuais do uso de CV em P4

Faixa etária	Comunidades					
	BARRA		MATO GROSSO		TOTAL	
I	nº	34/71	nº	7/7	nº	41/78
	%	48%	%	100%	%	-
II	nº	10/51	nº	2/8	nº	12/59
	%	20%	%	25%	%	-
III	nº	13/52	nº	11/66	nº	24/118
	%	25%	%	17%	%	-
TOTAL	nº	57/174	nº	20/81	nº	77/255
	%	33%	%	25%	%	-

Fonte: Elaboração própria.

A comunidade Barra, na faixa I, se destaca na quantidade de informantes, os mais jovens, que fazem uso do pronome pessoal com P4. Porém, apenas 34/71 (48%) fazem a flexão de CV. Nessa mesma comunidade, a faixa II (os adultos) se destaca no número de dados, 10/51, porém apenas 20% utilizam o morfema nos verbos em P4. Na faixa III, a comunidade Mato Grosso apresenta maior número de dados com pronome *nós* ou sujeito não realizado, sendo que apenas 17% realizam a flexão número-pessoa para que o verbo concorde com o sujeito.

Na variável social *sexo*, são as mulheres (46/152) que fazem mais uso da CV em P4, o que não era esperado, pois são os homens que têm mais contato externo por fatores como trabalho, vendas, viagens, etc. Além de o número de ocorrências das mulheres ser maior do que as ocorrências dos homens (152/103), são elas que mais fazem o uso da flexão (49%), mesmo estando abaixo da média.

A partir do cruzamento das variáveis *comunidade* e *sexo*, também podemos fazer algumas inferências.

Tabela 4 – Cruzamento das variáveis sociais *comunidade* e *sexo*: frequências e percentuais do uso de CV em P4

Comunidades	Sexo				Total	
	Masculino		Feminino			
BARRA/BANANAL	n°	16/66	n°	41/108	n°	57/174
	%	24%	%	38%	%	33%
MATO GROSSO	n°	15/37	n°	5/44	n°	20/81
	%	41%	%	11%	%	25%

Fonte: Elaboração própria.

Os números de ocorrências de pronomes em primeira pessoa do plural da comunidade Barra/Bananal ressaltam tanto no sexo masculino quanto no feminino. Porém, a CV nessa comunidade é pouco realizada. Mesmo assim, as mulheres fazem uso da forma *nós* aplicando a regra de concordância em P4 em maior frequência que os homens no uso da flexão dos verbos. Sendo assim, as mulheres se destacam no uso do pronome *nós* na função de sujeito.

Diante de tudo o que pudemos explicar sobre a CV em primeira pessoa do plural com base nos resultados, partiremos para as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o propósito de contribuir para a discussão sobre o português do Brasil e descrever o português rural falado no interior da Bahia, reunimos características relevantes para a interpretação do fenômeno da concordância verbal com a primeira pessoa do plural e quantificamos dados, levando em consideração suas formas variantes de sujeito.

A partir das amostras de língua falada referentes ao português popular da zona rural na Chapada Diamantina, foi possível constatar que há variação na concordância verbal em primeira pessoa do plural.

A justificativa que alicerçou esta pesquisa teve como foco a diversidade que caracteriza a história sociolinguística do Brasil. Por meio dos resultados, entendemos que a caracterização do português popular do país está pautada na influência sócio-histórica de cada comunidade escolhida. Desse modo, é possível afirmar que a concordância verbal é um fenômeno variável na região semiárida baiana que tem ganhado tendência ao uso da CV, com base nas porcentagens do resultado geral quanto à frequência da aplicação da regra-padrão nos verbos em P4.

Por certo, nossos objetivos traçados foram contemplados. Mapeamos a ocorrência ou não da marcação de plural na primeira pessoa dos verbos existentes nos *corpora* orais, extraídos da *Coleção amostras da língua falada no semiárido baiano* (ALMEIDA; CARNEIRO, 2008), da zona rural dos municípios de Rio de Contas-BA; analisamos as variações que se referem à concordância verbal com a primeira pessoa do plural, verificando quais fatores sociais contribuíram para variação e fizemos um estudo comparativo entre os falares das comunidades escolhidas. Com certeza esses resultados contribuíram para a continuidade dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelo Nelp/UEFS, bem como para o

entendimento sobre os padrões de concordância verbal no PB, especificamente nessa região da Chapada.

A hipótese de que a perda ou variação no uso de morfologia flexional implicaria padrões de variação e diferença quantitativa entre as comunidades estudadas foi confirmada. A diversidade da formação étnica das comunidades não foi fator relevante e delimitador para este estudo. Vimos que a comunidade Barra/Bananal, formada etnicamente por negros, foi a que mais aplicou o pronome *nós* em número de ocorrências – 174 ocorrências no geral, apresentando .49 em seu peso relativo, ponto relativamente neutro se comparado a Mato Grosso; esta última comunidade, de etnia branca, mostrou apenas .22 no peso relativo (20/81 ocorrências). Os números foram totalmente diferentes dos que eram esperados.

Durante a pesquisa, evidenciamos um questionamento acerca do fato citado nas linhas anteriores. Questionamos o motivo do baixo resultado da CV em P4 na comunidade branca (Mato Grosso) em comparação à comunidade negra, quilombola, com história específica de contato (Barra/Bananal). Após resultados, cruzamentos de dados, leitura crítica das entrevistas quanto ao posicionamento dos informantes de ambas as comunidades e outras informações, foi possível supor que a questão do isolamento social e linguístico da primeira comunidade citada fez com que houvesse menores índices de variação do fenômeno em estudo. Dessa forma, concluímos que, quanto mais rural e isolado o local, menor o uso de marcas flexionais de P4 nos verbos.

O trecho da entrevista de um informante morador da comunidade Barra/Bananal justifica nossa suposta ideia:

Doc.: Mato Grosso já é separado, né?

Inf.: Mato Gosso já é separado. O povo de Mato Gosso, ele... *eles é muito racista. Agora, que eles tá ma... muito amigo, mas era muito*

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

racista. Eles não gostava de falar com negro. E chegava um negro lá no Mato Grosso, eles falava, tinha hora que até xingava, só que agora eles tá muito amigo, depois que saiu uma revista aí que eles falaram muito dos negro. Aí saiu a revista, aí agora, eles agora, que ficou amigo. Eles é muito racista, o povo, o pessoal do Mato Gosso, só casa mehmo lá mehmo.

Doc.: Com eles, né?

Inf.: Não sai... *não sai ninguém de lá pra casar fora*, ainda mais, ainda pior com o negro, com negro não casa mehmo. Eles têm esse preconceito.

Doc.: Mas, a pesso... vocês indo lá, eles...

Inf.: *Agora eles recebe muito bem, mas antigamente não.*

Doc.: Então, eles só passaram a receber bem depois desse...

Inf.: Depois dessa revista que publicou, eles escolhambou muito os negro e pensou que não ia sair, daí saiu o jornal.

Vemos que, por muito tempo, a questão do preconceito isolou a comunicação e as relações social, cultural e econômica das duas comunidades, fato que implicou algumas diferenças linguísticas.

No trecho a seguir já podemos perceber que hoje existe mais proximidade entre as comunidades. Nesse excerto da entrevista, um informante de Barra/Bananal expõe o prazer da convivência entre eles para com os moradores de Mato Grosso:

INFORMANTE FAIXA II

Doc. 1: Mas me diga, por que o pessoal daqui gosta tanto de Mato Grosso?

Inf.: A gente gosta de Mato Grosso porque... porque tem um povo assim que num... num tem desprezo com a gente, né?

Doc. 1: Hum.

Inf.: *Às vez primeiro, às vez acontecia de ter aquelas bestalhada por causa da gente, que nem ele falou aqui por caso da cor da gente, aqui às veze. A cor da gente era negra e a deles vocês tinha aquilo... Mas, isso acabou tudo, né?*

Doc. 1: É.

Inf.: ... eu digo, assim, uma *comunidade muito unida com a gente aqui*.

INFORMANTE FAIXA III

Doc. 1: Hum, hum. É isso aí, mas me diga uma coisa, o senhor se lembra assim, como era antes aqui, porque a gente ficou sabendo que o povo de Mato Grosso não se unia muito com o daqui, é verdade isso?

Inf.: Era.

Doc. 1: E agora?

Inf.: *Agora, eles tão, não tá teno esses preconceito mais não.*

Com base nesses trechos, percebemos que não há mais o preconceito que antes existia. Entendemos ser uma relação recente. Assim, inferimos que o isolamento das comunidades deixou marcas na língua.

Com o avanço da pesquisa, foi possível refletir sobre os procedimentos de análise adotados. Vimos o quanto seria importante um controle equitativo quanto à escolaridade. Possivelmente, encontraríamos outros resultados que descreveriam melhor e caracterizariam com mais profundidade o português popular rural das regiões escolhidas.

Enfim, a pesquisa em comunidades rurais do semiárido baiano possibilitou entender marcas do passado e evidências que caracterizam as origens da língua portuguesa no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alessandra Preussler de. *A concordância verbal na comunidade de São Miguel dos Pretos, Restinga Seca, RS*. 2006.

Diálogos Linguísticos e Filológicos
variação, cultura escrita e léxico

159 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1999.

ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais (Org.). *Coleção amostra da língua falada no semiárido baiano*. Feira de Santana: UEFS Editora; Fapesb, 2008. v. 4.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias. O uso variável da concordância verbal no português do Brasil (PB) e no português de Angola (PA): a história externa em foco. In: ENCONTRO AÇORIANO DA LUSOFONIA, 5., 2010, Florianópolis. *Anais...* Lisboa: Lusofonias, 2010. p. 367-381.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias. A concordância verbal e sua importância para os estudos sobre a formação do português brasileiro. *Papia*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 91-110, 2012.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias. *A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-BA: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro*. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.

BAGNO, Marcos (Org.). *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2001.

BAGNO, Marcos. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico sobre migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola, 2011.

CAPINAN, Ubiraneila. *O quilombo que remanesce: estudo de caso acerca dos impactos da política de certificação e de titulação do território sobre a identidade étnica dos quilombos remanescentes Barra e Bananal em Rio de Contas, Bahia*. 2009. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

CARMO, Siméia Daniele Silva. *A variação na concordância verbal com a primeira pessoa do plural em comunidades rurais do semiárido baiano*. 2016. 163 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GRACIOSA, Diva Maria Dias. *Concordância verbal na fala culta carioca*. 1991. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

Diálogos Linguísticos e Filológicos
variação, cultura escrita e léxico

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Rio de Contas – História. IBGE, Brasília, DF, 4 fev. 2010. Disponível
em: <<https://goo.gl/GrvKna>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução Marcos
Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola,
2008.

LEMLE, Miriam; NARO, Antony Julius. *Competências básicas do
português*. Relatório final de pesquisa apresentado às instituições
patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização
(Mobral) e Fundação Ford. Rio de Janeiro: UFRE, 1977.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.).
O português afro-brasileiro. Salvador: Edufba, 2009.

MACHADO VIEIRA, Márcia dos Santos. Sujeitos pronominais nós
e a gente em dialetos populares. *Graphos*, João Pessoa, v. 2, n. 1,
p. 5-23, 1997.

NEVES, Maria Helena Moura. *Gramática de usos do português*. São
Paulo: Editora da Unesp, 2000.

NINA, Terezinha de J. C. *Concordância nominal/verbal do
analfabeto na micro-região de Bragantina*. 1980. 130 f. Dissertação
(Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

PERINI, Mário. *Gramática descritiva do português*. 2. ed. São Paulo:
Ática, 1996.

PERINI, Mário. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo:
Ática, 1999.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

RODRIGUES, Ângela Cecília de Souza. *A concordância verbal no português popular em São Paulo*. 1987. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

RUBIO, Cássio Florêncio. *Padrões de concordância verbal e alternância pronominal no português brasileiro e no português europeu: estudo sociolinguístico comparativo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, n. 12, p. 37-49, dez. 1994.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Antony Julius. A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: HORA, Dermeval da. (Org.) *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 93-114.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; YACOVENCO, Lilian Coutinho; NARO, Anthony. Nós e a gente no português brasileiro: concordâncias e discordâncias. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA HISTÓRICA, 3., 27-30 jul. 2015, Santiago de Compostela. *Resumos...* Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2015. p. 230-231. Disponível em: <<https://goo.gl/2Fkyx7>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

SILVA, Jorge Augusto Alves. *A concordância verbal no português afrobrasileiro: um estudo sociolinguístico de três comunidades rurais do estado da Bahia*. 2003. 254 f. Dissertação (Mestrado em

Diálogos Linguísticos e Filológicos
variação, cultura escrita e léxico

Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

VEADO, Rosa Maria Assis. *Comportamento linguístico do dialeto rural-MG*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Proed, 1982.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo (Org.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007.

ZILLES, Ana Maria; MAYA, Leonardo Zechlinski; SILVA, Karine Quadros da. A concordância verbal com a primeira pessoa do plural na fala de Panambi e Porto Alegre, RS. *Organon*, Porto Alegre, v. 14, n. 28-29, p. 195-219, 2000.

O NÚCLEO DE ESTUDOS DA LÍNGUA PORTUGUESA E OS ESTUDOS SOBRE A FORMAÇÃO DA REALIDADE SOCIOLINGÜÍSTICA BRASILEIRA¹

*Silvana Silva de Farias Araujo
Zenaide de Oliveira Novais Carneiro
Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda*

Neste texto, discutimos questões sobre a identidade linguística brasileira, tecendo algumas considerações sobre a formação do português brasileiro (PB) e sua caracterização atual. Ao longo do texto, fica evidente que, ao se discutir essas questões, a agenda de pesquisa deve estar voltada para a vertente popular dessa variedade linguística, pois esta traz, de maneira mais sistematizada, evidências empíricas que apontam para a diferenciação entre o PB e o português europeu (PE), sobressaindo o vernáculo brasileiro. Será evidenciado também que, não obstante a importância de estudos sobre o português popular brasileiro, pesquisas que tenham como foco a vertente culta do PB não devam ser desconsideradas.

A discussão está embasada na hipótese de que o contato linguístico entre portugueses de diferentes estratos sociais e de diversas

¹ As autoras dedicam este texto às suas colegas e amigas Norma Lucia Fernandes de Almeida e Eliana Pitombo Teixeira, parceiras inseparáveis de pesquisa que, por especificidades desta obra, não puderam ser coautoras deste capítulo.

regiões de Portugal, indígenas de diversas etnias e africanos falantes nativos de diversas línguas africanas foi um fator decisivo para a formação de uma variedade linguística distinta da lusitana. Assume-se, portanto, que esse contato entre línguas diversas e ininteligíveis, que levou à aquisição do português como segunda língua por parte dos aloglotas no Brasil, tem reflexos na realidade linguística até os dias atuais.

Além dessas questões históricas e de algumas sobre o PB atual, discutimos uma terceira neste texto, a saber, as contribuições do Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (Nelp), sediado no Departamento de Letras e Artes (DLA) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), para os estudos sobre formação e caracterização da realidade sociolinguística brasileira.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Historicamente, a nação brasileira sempre foi marcada por sua plurietnia, haja vista que, ao concretizarem o seu projeto colonizador, os portugueses conviveram com diversos grupos indígenas (que falavam cerca de mil línguas) e com cerca de quatro milhões de africanos (que falavam cerca de duzentas línguas), conforme quantificação divulgada por Lucchesi (2009, p. 41). Sendo assim, o contato linguístico e cultural esteve presente na sócio-história brasileira, levando Houaiss (1985, p. 91) a firmar que “o PB nasce com diversidade”.

Nesse sentido, frustradas as primeiras tentativas de emprego do braço indígena, deu-se ensejo, no Brasil, à introdução de escravos africanos. A participação africana na colonização brasileira foi mais acentuada do que a indígena, sendo consensual entre os estudiosos

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

a crença de que eles exerceram maior influência para a formação da realidade sociolinguística brasileira. Contudo, não se pode acreditar que a presença de numerosos índios no Brasil não tenha exercido influências na formação do PB.

Sobre a importância de se considerar também a relevância da população indígena para a formação da realidade sociolinguística brasileira, Araujo (2017, p. 50) faz importantes observações:

Nesse sentido, sobressai a importância de se considerar a transmissão linguística irregular na formação da identidade sociolinguística brasileira, aplicando-a não apenas no tocante à participação africana, mas também à indígena. Por outro lado, fatos da sócio-história do Brasil conduzem a que a população africana seja vista como a grande difusora do “português geral brasileiro”. Entre esses fatos, destaca-se, primeiramente, a intensa participação de negros africanos e de seus descendentes na demografia histórica do Brasil em comparação com a extrema redução dos índios, conforme é evidenciado em alguns estudos, a exemplo do célebre trabalho de Mussa (1991).

Mussa (1991, p. 163), considerando dados de diversas fontes, demonstra que seria plausível que apenas 30% da população brasileira tivesse o domínio da língua portuguesa como língua nativa nos primeiros quatro séculos de formação do país, conforme é evidenciado na Tabela 1.

Tabela 1 – Demografia histórica da sociedade brasileira, segundo proposta de Mussa (1991)

	1538- 1600	1601- 1700	1701- 1800	1801- 1850	1851- 1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: Mussa (1991, p. 163).

Assim, embora não ignore a participação indígena na difusão do português modificado na sócio-história do PB, Mattos e Silva (2001) traz informações pertinentes para sustentar a hipótese de que a população de origem africana constituiu a força motriz para difundir o português no Brasil em detrimento das línguas indígenas. Dessa maneira, a autora postula que, nos considerados “espaços ilegítimos da escravidão”, a língua utilizada era a portuguesa, e não outras de origem banto, de forma tal que os africanos e seus descendentes difundiram o “português geral brasileiro”. A pesquisadora sustenta, pois, a ideia de que a população africana escravizada no Brasil e os seus descendentes foram os responsáveis por generalizarem os traços linguísticos motivados pelo contato entre línguas na formação do PB.

Nesse cenário de multilinguismo e de trocas culturais diversas, obviamente, não é de surpreender que tenha havido mudanças

linguísticas “de baixo para cima” (LABOV, 2008). Contudo, essas interferências não levaram à formação prototípica de um crioulo, ainda mais porque, no século XVIII, a vinda de muitos portugueses – com o ciclo do ouro e com a transferência da Família Real em 1808 – aumentou a facilidade de acesso à língua-alvo por falantes não nativos do português. Foi marcante para a feição da norma brasileira também a vinda de imigrantes europeus e asiáticos, no final do século XIX e no início do século XX, para trabalharem no Brasil (a princípio, concentrados em estados das regiões Sul e Sudeste e agregados ao estrato baixo da sociedade), os quais também adquiriram a língua portuguesa em condições especiais: como língua segunda e livre de normatizações.

No século XIX, intensifica-se a polarização sociolinguística, presente desde os primeiros anos da colônia, pois a incipiente elite cultural brasileira esforça-se para retirar de cena os matizes que revelassem a ancestralidade da nação, marcada pela ruralidade e pela língua formada por diversos contatos linguísticos. Assim, as características do PB, moldadas desde o início da colonização por processos de transmissão linguística irregular, passaram a sofrer forte tentativa de ocultação por parte daqueles que mantinham fortes elos com a Europa (PAGOTTO, 1998), embora ainda subsistam de forma inequívoca na fala de segmentos populares e até mesmo na fala dos escolarizados, em face das interferências múltiplas.

Desse modo, a língua portuguesa no Brasil, afetada por processos de transmissão linguística irregular, inicialmente na aprendizagem dos índios e, mais tarde, dos negros, foi incorporando fatos linguísticos comuns em situações de contato entre línguas. No decorrer dos séculos, esses fatos foram sendo mais difundidos social e espacialmente. Essa difusão se deve, sobretudo, à questão de europeus (alemães e italianos) e asiáticos generalizarem esses fatos – inclusive no estrato socioeconômico mais alto da sociedade – e pelo

constante deslocamento de escravos nos diversos ciclos econômicos da história brasileira (LUCCHESI, 2009; LUCCHESI; BAXTER, 2009; e MATTOS E SILVA, 2000, 2002, 2008). O projeto da elite brasileira não conseguiu homogeneizar e nem europeizar o PB, mesmo porque outros fatos socioculturais além da demografia histórica, como a escolarização e a urbanização como processos tardios no Brasil, foram imperativos na constituição da realidade sociolinguística brasileira. Esse aspecto é discutido na próxima seção.

REALIDADE SOCIOLINGÜÍSTICA BRASILEIRA ATUAL

No quadro de ampla difusão do português adquirido livre de normatizações, de “oitiva”, como segunda língua, consolidaram-se os matizes que deram o tom do PB, de maneira que se iniciava a polarização sociolinguística do Brasil, principalmente nas concentrações urbanas que já existiam. De um lado, o português “modificado”, falado pelo extenso contingente populacional do Brasil, e de outro, o português idealizado pela escassa elite brasileira, zeladora dos padrões linguísticos e culturais lusitanos.

Assim, a primeira coisa que se deve ter em mente quando se fala em português brasileiro é que esse termo não recobre uma realidade homogênea. Mais ainda: deve-se ter em mente que a realidade linguística é bipolarizada, como bem expôs Lucchesi (1994, 2001, 2015). Certamente, essa realidade atual é fruto das condições de formação do Brasil, com “atores” diversificados.² Assim, como preconceito social e linguístico correlacionam-se, as marcas características das variedades populares brasileiras não demoraram a ser estigmatizadas, uma vez que aqueles que estudaram e/ou que são favoráveis à europeização da cultura brasileira as avaliaram negativamente.

² Mattos e Silva (2009, p. 16) destaca a incomensurabilidade da diversidade de cada um desses atores letrados e não letrados, “que não temos como demonstrar rigorosamente, mas que podemos inferir, aproximadamente”.

Acreditamos que as condições sócio-históricas do PB repercutiram significativamente na estrutura da língua portuguesa, fazendo com que houvesse uma bipolarização de normas linguísticas no Brasil, com um polo que abriga as variedades cultas, essas mais próximas da norma-padrão, e outro que abriga as variedades populares, marcadas por um processo de extrema redução da morfologia flexional. Entendemos, igualmente, que, com as profundas e contínuas mudanças ocorridas no Brasil a partir do século XX, tais normas se entrecruzam, influenciando-se mutuamente (Lucchesi, 2001).

A respeito disso, fica evidente que as variedades populares brasileiras são as que mais preservam os efeitos do contato entre línguas na história sociolinguística do país. Por conseguinte, consideramos que pesquisas com dados do PB não devem desconsiderar a existência de duas histórias sociolinguísticas, realizando análises empíricas de dados com diferentes perfis de maneira conjunta.

A esse respeito, Araujo (2014), ao analisar a concordância verbal com a terceira pessoa do plural na comunidade de fala de Feira de Santana-BA, analisou os dados das duas normas do PB separadamente, além da forma conjunta, de modo que os resultados indicaram que, não obstante as contínuas mudanças ocorridas na dinâmica social do Brasil a partir da década de 1940, com o aumento de estradas e a democratização do acesso ao ensino e aos meios de comunicação de massa – aspectos que aumentam a chance de aquisição de formas linguísticas privilegiadas –, ainda prevalece um hiato entre a fala do segmento culto e a do popular. Em outras palavras, ainda é possível depreender, nos padrões de fala atuais do PB, uma variação diastrática no que tange ao uso da concordância verbal de número, algo que reflete as condições de formação da variedade brasileira da língua portuguesa. Nesse sentido, frisa-se a estreita relação entre baixa ou nula escolaridade e a origem pobre dos informantes, algo que, por sua vez, vincula-se à exclusão a que por séculos foi

submetida uma parcela da população no Brasil, gerando a existência de duas histórias sociolinguísticas brasileiras.

Assim, o PB culto teria como antecedente o português europeu (principalmente das variedades faladas pelos portugueses letrados) e o PB popular teria como antecedente o português geral brasileiro, este em nomenclatura utilizada por Mattos e Silva (2004).

CONTRIBUIÇÃO DO NELP PARA OS ESTUDOS SOBRE A FORMAÇÃO DA REALIDADE SOCIOLINGÜÍSTICA BRASILEIRA

Mattos e Silva (2009, p. 11), ao fornecer uma pauta de estudos sobre a história do português culto e a do popular brasileiro, afirma que, para o primeiro caso, as fontes de arquivo são fundamentais. Já para o segundo, “o caminho será outro, mais espinhoso, mas não impossível”. Assim, nesta seção são abordadas fontes para o estudo diacrônico, sócio-histórico e sociolinguístico dessas duas vertentes.

Para a autora, a reconstrução histórico-diacrônica do passado da norma culta do português brasileiro poderá ser recuperada

[...] pela via tradicional desse tipo de trabalho para as línguas que estão representadas pela escrita, ou seja, pelo escrutínio das fontes documentais remanescentes. (MATTOS E SILVA, 2009, p. 19).

Ela propõe que esse trabalho pode ser feito com base em um *corpus* diacrônico seriado, constituído de documentos de tipos o mais diversificado possível, que possibilitarão a captação das variações linguísticas conviventes que esboçariam prováveis mudanças linguísticas. Ela acrescenta que o percurso para a reconstrução do passado do *português brasileiro popular* não será o mesmo que para a reconstrução do passado do *português brasileiro culto*, que se esteia numa tradição escrita, mas, como foi constituído com base na oralidade, essa via deve

guiar as investigações, o que, para ela, seria um “[...] percurso análogo, *mutatis mutandis* e *modus in rebus*, ao da reconstrução do chamado ‘latim vulgar’” (MATTOS E SILVA, 2009, p. 14).

De forma resumida, podemos afirmar que, para se definir a constituição do português culto brasileiro, faz-se imprescindível a realização de pesquisas com dados de língua escrita do contingente da população escolarizada de tempos pretéritos, quer brasileiros, quer portugueses. Por outro lado, para o escrutínio da constituição histórica das variedades populares do PB, é fundamental a realização de estudos feitos com base em textos escritos por informantes poucos escolarizados, fazendo em ambos os casos – ou seja, tanto nas pesquisas para as faces cultas quanto para as populares – a sócio-história dessas variedades. Outra via de investigação que pode ser realizada é a busca do presente para o passado, por meio de gravações com a fala de pessoas analfabetas ou parcamente escolarizadas, tanto em comunidades urbanas como em comunidades rurais.

Assim, indo na direção das ideias expostas por Mattos e Silva (2009), Lobo (2001, p. 109) discorre sobre a constituição de *corpora* diacrônicos do português brasileiro, definindo que o perfil do que seria um *corpus* linguístico ideal deveria abranger os seguintes subcorpora:

- a) subcorpus 1: as variedades do português europeu transplantadas para o Brasil.
- b) subcorpus 2: as variedades do português falado como segunda língua pelos aloglotas.
- c) subcorpus 3: as variedades do PB que paulatinamente se iam constituindo: (i) as variedades cultas – supostamente mais unitárias e descendentes diretas das variedades do português europeu – e (ii) as variedades populares – supostamente mais diversificadas e descendentes diretas das variedades do português como segunda língua.

Nessa linha de raciocínio, podemos afirmar que as pesquisas que vêm sendo realizadas no Nelp contemplam essas orientações dadas por Mattos e Silva (2009) e Lobo (2001), conforme explanamos em seguida. O Nelp foi criado em 1996, pelas professoras Norma Lucia Fernandes de Almeida e Zenaide de Oliveira Novais, e atualmente congrega diversos projetos de pesquisa do DLA da UEFS. O plano de trabalho, desde a sua fundação, era pautado em formação de banco de dados linguísticos, pesquisas sócio-históricas e análises linguísticas. Os objetivos principais do núcleo são contribuir com o debate sobre a formação do português do Brasil e auxiliar na discussão acerca da realidade sociolinguística brasileira.

Por limitação de espaço, não são tratados todos os projetos de pesquisa alocados no Nelp. Apenas serão abordadas questões sobre três projetos: “A língua portuguesa do semiárido baiano – Fases 1, 2 e 3”; “Vozes do sertão em dados: história, povos e formação do português brasileiro” e “Em busca das raízes do português brasileiro”.

O projeto A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano começou a ser executado em 1998, tendo como objetivo geral contribuir para o estudo da sócio-história dessa variedade linguística, na sua modalidade falada pelos segmentos mais desfavorecidos da sociedade, tendo as seguintes frentes de trabalho: a) a formação de banco de dados com amostras de fala de comunidades rurais e urbanas do semiárido baiano; b) a realização de estudos sócio-históricos sobre a formação da língua portuguesa nas localidades pesquisadas; c) a realização de análises linguísticas à luz de diferentes teorias linguísticas; e d) a análise de livros didáticos utilizados nas escolas da região.³

O projeto foi dividido em fases. As gravações na zona rural do município de Rio de Contas constituíram a fase 1 (1996-2000). Essa microrregião fez parte do ciclo de mineração na ocupação do

³ Das frentes de trabalho expostas, a *d* é a que menos tem sido realizada até o momento.

território baiano. Os povoados escolhidos para a gravação das amostras nesse município foram as comunidades de Mato Grosso e de Barra/Bananal. Na fase 2, foram gravadas entrevistas em Jeremoabo, município importante no processo de urbanização do interior do estado nos chamados “ciclos” da agropecuária (séculos XVII a XIX). Os povoados escolhidos para a gravação das amostras nesse segundo município foram Tapera, Lagoa do Inácio e Casinhas, por comporem uma área passível de haver diversidade étnica devido à formação étnico-histórica e social dessas comunidades. Há indícios de que a população seja formada por predominância de negros em Casinhas, por descendentes de índios em Tapera e por mestiços brancos em Lagoa do Inácio, o que poderia favorecer a existência de variações linguísticas (ALMEIDA; CARNEIRO, 2008). Assim, as comunidades das fases 1 e 2 contam com formação diferenciada, a saber, em Rio de Contas: Barra/Bananal (formadas por negros) e Mato Grosso (formada por brancos); e em Jeremoabo: Tapera (formada por remanescentes de índios), Casinhas (remanescentes de quilombolas) e Lagoa do Inácio (formada por mestiços e brancos).

Já na fase 3, as atenções voltaram-se para a comunidade urbana de Feira de Santana, município de maior representatividade demográfica e econômica da imensa faixa do semiárido baiano. Foi constituída amostra com um acervo de 72 entrevistas (quatro informantes por faixa etária, dois homens e duas mulheres) que foram gravadas com o propósito de ser representativas da comunidade de fala dessa cidade.⁴ Para tanto, foi imprescindível o embasamento em estudos sobre a sócio-história do município, os quais assinalaram, por exemplo, a necessidade de analisar a relação entre migração e caracterização sociolinguística na língua falada nessa localidade. Assim, as fases do referido projeto são apresentadas de forma resumida:

⁴ Mais informações podem ser obtidas em Araujo e Almeida (2014).

- a) Fase 1 (1996-2000): amostras de fala das microrregiões da Chapada Diamantina e Piemonte da Diamantina. Foram realizadas gravações nas zonas rurais dos municípios de Caem e Rio de Contas. Zona de mineração.
- b) Fase 2 (2000-2002): amostras de fala das comunidades rurais da região nordeste do estado da Bahia, zona de agropecuária. Gravaram-se inquéritos nos seguintes povoados pertencentes ao município de Jeremoabo: Lagoa do Inácio, Tapera e Casinhas.
- c) Fase 3 (2008-2014): amostras de falas urbana e rural de Feira de Feira de Santana, sendo 12 da fala rural (município da Matinha) e 60 da fala urbana (48 da norma popular e 12 da fala culta).⁵

Frutos dessas fases do projeto, já foram realizados diversos trabalhos científicos, a exemplo de monografias de final de curso, dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos, capítulos e livros. São alguns exemplos desses trabalhos:

– Dissertação de mestrado de Neila Maria Oliveira Santana, intitulada *A indeterminação do sujeito no português rural do semiárido baiano*, Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2006.

– Dissertação de mestrado de Juvanete Ferreira Alves Brito, intitulada *O objeto direto (ana)fórico no falar rural baiano: um estudo sociolinguístico*, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2010.

– Dissertação de mestrado de Hilmara Moura de Jesus, intitulada *A regência variável do verbo ir de movimento em comunidades rurais do semiárido baiano*, UFBA, 2011.

⁵ A fase 4 do projeto, cuja ênfase seria em comunidades indígenas, foi prevista, mas ainda não foi executada.

Diálogos Linguísticos e Filológicos

variação, cultura escrita e léxico

– Dissertação de mestrado de Evani Rodrigues, intitulada *Concordância nominal de gênero (em comparação com a fala luan-dense)*, UEFS, 2012.

– Dissertação de mestrado de Adriana de Santana Soares, intitulada *As pretônicas médias em comunidades rurais do semiárido baiano*, UFBA, 2004.

– Livro *Variação linguística no semiárido baiano*, pela UEFS Editora, 2014.

– Tese de doutorado de Silvana Silva de Farias Araujo, intitulada *A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-Ba: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro*, UFBA, 2014.

– Livro *Variação linguística em Feira de Santana*, pela UEFS Editora, 2016.

Esses estudos, sem dúvida, contribuem para desfazer muitos preconceitos em torno da face popular do PB e trazem valiosas contribuições para o desvendamento da identidade linguística brasileira, discutindo, por exemplo, se ainda há uma bipolarização de normas ou se está ocorrendo uma aproximação entre as duas principais normas sociolinguísticas do PB.

O Projeto *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS)⁶ tem por objetivo realizar a edição digital de textos do Banco de Documentos Históricos do Sertão (DOHS), do Projeto Vozes do Sertão em Dados: História, Povos e Formação

⁶ O Projeto CE-DOHS é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), sob o registro 5566-2010 (UEFS). É coordenado por Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e pode ser acessado no endereço <www.uefs.br/cedohs> (cf. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTA, 2011).

do Português Brasileiro,⁷ bem como sua anotação morfológica e sintática, elaborando um *corpus* diacrônico anotado que sirva como recurso eletrônico para o estudo linguístico do português brasileiro. Trata-se, sobretudo, de documentação epistolar manuscrita dos séculos XIX e XX, representativa tanto do português popular brasileiro como do português culto brasileiro; há também livros manuscritos, além de textos impressos e orais. Hoje, contando com melhores recursos tecnológicos no universo das humanidades digitais, os bancos de textos disponibilizam não somente edições semidiplomáticas, em *portable document format* (PDF), mas também edições digitais – a partir do estabelecimento de redes entre projetos que desenvolvem a Linguística de *Corpus* e a Linguística Computacional –, que servem como recurso eletrônico para estudos linguísticos, entre outros. Como se vê,

Do feliz conagraçamento entre as mais recentes tecnologias e a antiga Filologia, surgiu um novo universo de possibilidades para a preservação, disponibilização e análise de textos antigos, universo em que é possível oferecer ao leitor mais de uma edição do mesmo texto, permitindo que tenha ao seu dispor o texto editado, em diferentes versões, e o seu original. (GONÇALVES; BANZA, 2013, p. 4).

Como resultado da primeira fase de pesquisa, o Projeto CE-DOHS já disponibiliza diversos acervos, sobretudo de cartas manuscritas, organizando-as por grau de escolaridade e de habilidade com a escrita (MARQUILHAS, 2000). São 1.084 cartas partculares (1808-2000), num total de 350.850 palavras, escritas por 422

⁷ O Projeto Vozes do Sertão em Dados: História, Povos e Formação do Português Brasileiro (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – processo 401433/2009-9; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – ConsEPE – 102/2009) é coordenado por Zenaide de Oliveira Novais Carneiro.

remetentes (nascidos entre 1724 e 1980), extraída a maior parte de Carneiro (2011). O acervo de cartas ainda está sendo ampliado.⁸

Recentemente foi iniciada a edição, a cargo de Priscila Tuy, do Acervo da Família Estrela Tuy, composto por 106 cartas pessoais inéditas, escritas durante século XX, entre as décadas de 1930 e 1980, por remetentes baianos de origem interiorana e rural e, em sua maioria, com baixa escolaridade. As cartas são em sua totalidade oriundas da Bahia, de pequenos municípios e fazendas pertencentes às imediações desses municípios, além de cartas providas de Salvador. O acervo está organizado da seguinte maneira:

– Cartas de Amor: trata-se de 31 cartas trocadas entre Antonio Carneiro da Silva Tuy e Maria de Souza Estrela (Maria Estrela Tuy). Dessas, 26 foram trocadas durante seu noivado, escritas entre 1952 e 1953, e cinco cartas foram trocadas entre 1956 e 1968, depois de casados.

– Cartas para Antonio e Maria: são 53 cartas enviadas a Antonio Carneiro da Silva Tuy e Maria Estrela Tuy por familiares e amigos.

– Cartas para outros destinatários: são 22 cartas e rascunhos de cartas escritas por Antonio Carneiro da Silva Tuy, Maria Estrela Tuy e outros familiares para amigos e demais entes da família. As cartas foram depositadas ao longo dos anos em uma arca construída pelo próprio Antonio Carneiro da Silva Tuy, durante sua juventude, na Fazenda Bom Jardim, por volta de 1940.

Na segunda fase do projeto, que está em andamento, o número de documentos tem sido ampliado, tanto manuscritos como impressos, com inserção, ainda, de amostras de fala, organizadas no banco por comunidade, tipo de contato linguístico e vertente (popular e “cult”). Essa ampliação do *corpus* favorece essencialmente uma

⁸ Mais informações sobre o Projeto CE-DOHS e sobre a metodologia adotada em seu âmbito podem ser obtidas em Lacerda, Carneiro e Santiago (2016, p. 127-143).

linguística descritiva, fortemente apoiada pelas novas tecnologias, e permite tomar como ponto de partida da descrição a análise de quantidade significativa de dados autênticos, à semelhança do que se faz noutros domínios científicos.

Todo o material do CE-DOHS – representativo de variedades diacrônicas do PB, de diferentes regiões do país e de graus de escolaridade distintos – está sendo preparado para a anotação morfossintática, que manterá a maioria das características do padrão de anotação existente e permitirá a busca automática de dados, o que facilitará o estudo linguístico dos acervos, principal objetivo do projeto. O material disponível no banco atende, entretanto, não somente a pesquisadores interessados em análises de aspectos linguísticos, mas também a interessados em aspectos da difusão de escrita, leitura, transmissões textuais; e aspectos históricos, políticos e econômico-sociais, entre outros. Em 98% dos acervos, é possível determinar *onde, quando, por quem*. No projeto CE-DOHS, os textos-fonte são apresentados em edição semidiplomática, segundo as normas de transcrição do Projeto para a História do Português Brasileiro (2010) (PHPB), sendo oferecidas informações sobre os documentos, sua descrição extrínseca e intrínseca e, sempre que possível, dados biográficos sobre os autores ou, no caso das cartas, os remetentes e os destinatários, como nome, origem, idade, nível de escolaridade, profissão, estado civil, etc.

A codificação dos dados, textuais e extratextuais (ou metadados), é feita com o uso da ferramenta eDictor, o que possibilita a conversão dos textos para diferentes formatos (como .txt, .xml e .html) e evita problemas de processamento eletrônico. As edições filológicas, fidedignas ao texto original, realizadas segundo critérios de transcrição bem definidos, ganham, nos *corpora* digitais, uma versão modernizada, com a padronização da grafia e da acentuação e o desenvolvimento de abreviaturas – todas as alterações ficam

visíveis para o leitor, o que possibilita o controle e mapeamento das intervenções realizadas nos textos, garantindo a recuperabilidade das formas originais. Respeitam-se, entretanto, na edição digital, as mudanças de parágrafo, de linha, as correções do autor, os acidentes do suporte, a orientação da escrita, etc. Com isso, oferece-se uma versão eletrônica de textos sem perder o rigor filológico.⁹

Até o presente, a equipe de pesquisadores do CE-DOHS ocupou-se com a edição filológica e modernizada dos textos (sobretudo com esta, já que a maior parte dos textos que integram o projeto já se encontravam filologicamente editados no Banco DOHS, no âmbito do Projeto Vozes do Sertão em Dados), o que demandou bastante tempo.

A revisão das edições modernizadas – 1.037 cartas manuscritas, mais livros manuscritos, textos impressos e amostras de fala – é feita manualmente, exigindo bastante dedicação da equipe. Todos os textos do banco já passaram pela primeira revisão. Atualmente, passam pela revisão final, antes de receberem a anotação linguística. O CE-DOHS, no processo de anotação linguística dos textos, seguirá os mesmos padrões utilizados por outros projetos de *corpora* eletrônicos, a exemplo do *Corpus* Histórico do Português Tycho Brahe (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, [20--?]), que é o maior *corpus* eletrônico anotado de textos históricos em português.

Desse modo, as etapas básicas que as equipes de pesquisadores de projetos de *corpora* anotados seguem são essas: anotação de edição, anotação morfossintática e anotação sintática. Na primeira etapa, é utilizado o eDictor; trata-se da codificação de informações

⁹ Por ocasião do *workshop* Construction and Use of Large Annotated Corpora, realizado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em 2013, pela equipe do Projeto *Corpus* Histórico do Português Tycho Brahe, do qual pesquisadores de diversos projetos de *corpora* eletrônicos participaram – entre eles, o CE-DOHS –, reafirmou-se a importância de esses projetos seguirem os mesmos padrões de edição digital e de anotação morfossintática, tendo em vista a praticidade do trabalho e a integração dos pesquisadores.

sobre o texto original, sobre decisões editoriais ou sobre a estrutura do texto. Essa etapa, semiautomática, já foi vencida pelo CE-DOHS. A próxima etapa, automatizada, é a de anotação morfossintática, com uso do programa desenvolvido por Faria, Kepler e Paixão de Sousa (2007; 2010), um analisador morfossintático automático, com taxa de acerto de 95%, acoplado ao eDictor. Os erros possíveis de etiquetação, como já dito, devem ser corrigidos manualmente pelo linguista (o código de etiquetas do eDictor baseia-se no sistema de anotação manual dos Penn Corpora of Historical English (KROCH; SANTORINI; DIERTANI, 2010), da Universidade da Pensilvânia, Estados Unidos. Esse sistema, para adequar-se às peculiaridades da gramática do português, sofreu pequenas alterações.

A anotação sintática, também automatizada, é a terceira e última etapa na constituição de *corpora* anotados; ela diz respeito à identificação e à codificação da estrutura sintagmática do texto. É uma tarefa complexa, mais do que a etiquetação morfossintática, e exige um *parser* ou, na forma aportuguesada, um parseador, que realiza a análise sintática, reconhecendo identidades em sequências linearmente dispostas e padrões de agrupamentos hierárquicos. Para alcançar seu objetivo – que é a busca automática de dados para estudo da história do PB – a equipe de pesquisadores do CE-DOHS deve cumprir essas duas últimas etapas: a anotação morfossintática e a anotação sintática do *corpus*. O trabalho, até o presente, foi imenso – e ainda há muito a ser feito.

O projeto de pesquisa *Em busca das raízes do português brasileiro* (TEIXEIRA, 2009), idealizado e coordenado pela professora Eliana Pitombo Teixeira no período de 2008 a 2016 e atualmente coordenado pela professora Silvana Silva de Farias Araujo, tem por objetivo consolidar na UEFS a pesquisa linguística, sobretudo no que se refere à história do PB. São os seguintes os seus objetivos específicos: a) formar banco de dados de falantes nativos e

não-nativos do português da comunidade de Luanda; b) descrever e analisar o material coletado nos níveis lexical e morfossintático; c) comparar os resultados dessas descrições e análises com as do PB; e d) contribuir para reflexões em torno da formação sócio-histórica do português do Brasil.

Como bem colocou Mattos e Silva (2009, p. 11) em sua pauta de estudos sobre a história do português popular brasileiro, “o caminho será mais espinhoso, mas não impossível” Ainda que espinhosamente, a África tornou possível o cumprimento dessa pauta. Caminho “espinhoso”, sim, porque Luanda é uma cidade imensa e desordenada, cujo custo de vida é o mais alto do mundo para estrangeiros. Os propósitos, contudo, valeram qualquer sacrifício.

Inserida no grupo de pesquisa Constituição, Variação e Mudança do/no Português Brasileiro”, vinculado ao Nelp, essa investigação é tanto necessária quanto oportuna. Necessária porque contribui para ampliar o debate sobre a gênese da variedade vernacular do português do Brasil e oportuna na medida em que vai ao encontro da política educacional do governo, que, ao editar a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, promove a valorização e a visibilidade nos espaços escolares/acadêmicos da contribuição africana à cultura brasileira.

A cidade de Luanda, fundada em 1575 pelo português Paulo Dias de Novaes, era simplesmente uma feitoria, criada com um único objetivo: fornecer escravos para lavouras e engenhos do Brasil. Era lá que eram “armazenados” os escravos capturados em toda a região, em barracões próximos ao porto, no qual ficavam à espera de navios que os transportariam para o Novo Mundo.

Inicialmente, de 1500 a 1640, quem fazia o tráfico eram portugueses e tomistas (pessoas nascidas em São Tomé). Além do porto de Luanda, a escravaria saía também dos portos de Cabinda, Benguela, Cuanza (em Angola), Congo e Loango, esses dois últimos ao norte

de Luanda. Os escravos destinavam-se à Costa do Ouro, a São Tomé, Lisboa, Sevilha, América Espanhola, Bahia e Pernambuco. Entre 1641 e 1648, portanto durante sete anos, Angola foi ocupada pelos holandeses, que tomaram o comércio de escravos para as suas possessões na Bahia e em Pernambuco. De 1650 a 1700 o tráfico foi feito exclusivamente por baianos e pernambucanos, os destinos eram o Nordeste e o Sudeste. Até o final do tráfico, em 1850, o comércio de escravos ficou nas mãos de brasileiros (fluminenses, pernambucanos e baianos).¹⁰

O quimbundo serviu de língua franca tanto entre os comerciantes de escravos e os *sobas* (chefes políticos locais) quanto entre os escravos que falavam outras línguas. A captura de escravos era feita basicamente no interior, de onde vinham em longa caminhada para Luanda ou Benguela. Nessas cidades portuárias, passavam meses à espera dos navios, enfrentando, depois, uma longa e penosa viagem para a América; portanto, precisavam de uma língua para se comunicar. Esta foi o quimbundo, língua da colonização e do tráfico.

Voltemos para o lado de cá do Atlântico. Chegados ao Brasil, os escravizados continuaram a usar o quimbundo entre si. Uma evidência disso é a *Arte da língua de Angola*, uma gramática do quimbundo escrita na Bahia pelo jesuíta Pedro Dias, a partir da colaboração de negreiros da Bahia, africanos ladinos e missionários, exatamente no século XVII.¹¹ Ao aprenderem o português no Brasil já adultos e sem nenhuma instrução formal, naturalmente, traços de suas gramáticas foram transferidos para a língua do colonizador. Esse foi o modelo a que tiveram acesso os descendentes dos escravos e os novos escravos que chegavam ao Brasil, o que remete à hipótese de transmissão linguística irregular (LUCCHESI, 2009).

¹⁰ Cf. TRÁFICO TRANSATLÂNTICO DE ESCRAVOS, 2008.

¹¹ Cf. ALENCASTRO, 2009, p. 22.

Em que pese o fato de nem todos os escravizados chegados ao Brasil terem sido naturais de Angola, no século XVII e na primeira metade do XVIII predominaram os angolanos. Além disso, até o final do tráfico, o Brasil recebeu escravizados provenientes de Angola, como afirma Pessoa de Castro (2005). Em suma, queremos sublinhar dois fatos muito pertinentes: a anterioridade e o grande fluxo dos escravizados angolanos naquele século, já que foi nesse período que a variedade brasileira do português começou a se formar e a se expandir. Como evidência, a palavra do padre Antônio Vieira (apud ARAUJO, 1999, p. 254): “quando nessa grande comunidade é já tão pouco geral a chamada língua geral do Brasil que são mui contados aqueles em que se acha?”. Daí o protagonismo do quimbundo na constituição do português popular do Brasil.

Por tudo que foi colocado anteriormente é que se nomeia o projeto: “Em busca das raízes do português brasileiro” – pois a ideia é observar o que resultou do contato dessas línguas com o português europeu e comparar com o PB. Dentre os estudos já realizados com o *corpus*, destacamos alguns, que listamos por ordem cronológica:¹²

– “O pronome *você* no português de Luanda”, capítulo de Eliana Pitombo Teixeira no livro *A língua portuguesa no mundo*, organizado por Maria Célia Lima Fernandes e colaboradores em 2011;

– “A indeterminação do sujeito no português de Luanda: uma comparação com o português do Brasil no século XIX”, artigo de Eliana Pitombo Teixeira e Norma Lucia Fernandes Almeida publicado na revista *Papia* em 2011;

– “O objeto nulo no português falado em Angola”, trabalho da disciplina Variedades do Português apresentado por Huda Santiago e Jadione Cordeiro em 2011;

¹² Alguns desses estudos estão reunidos na coletânea *Diálogos entre África e Brasil: o português daquém e d'além-mar*, publicada pela UEFS e organizada por Eliana Pitombo Teixeira e Silvana Silva de Farias Araujo (2017).

– “A concordância nominal de gênero no português: uma comparação com o português de Luanda”, dissertação de mestrado em Estudos Linguísticos de Evani Rodrigues, apresentada na UEFS em 2012;

– “Aspectos da pronominalização no português falado em Luanda”, capítulo de Eliana Pitombo Teixeira presente no livro *Sociolinguística: estudo da variação, da mudança e da sócio-história do português brasileiro*, organizado por Norma da Silva e colaboradores em 2013;

– “Português brasileiro e português angolano: a concordância nominal de número”, dissertação de mestrado em Estudos Linguísticos de Dayane Lemos, apresentada na UEFS em 2014;

– “A posição dos clíticos no português falado em Luanda”, comunicação de Norma Lucia Fernandes e Eliana Pitombo Teixeira, apresentada no VIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares (Abecs) em 2014;

– “Amanhã vais na panela: um estudo sobre a regência do verbo ir de movimento no português de Luanda”, dissertação de mestrado em Estudos Linguísticos de Maria Rosane Passos, apresentada na UEFS em 2015.

Os resultados de todos esses estudos têm apresentado convergências com o português vernacular brasileiro e levado a descobertas interessantes. Por exemplo, Teixeira (2008), em seu primeiro trabalho com os dados de Luanda, estudou o uso pronome *você* substituindo o *tu* e observou que são as pessoas da base da pirâmide social que o usam com mais frequência. Em estudo diacrônico sobre a mudança *tu* → *você* no Brasil, no século XIX e na primeira metade do XX (cf. TEIXEIRA, 2002), mostra-se que os usuários desse pronome eram também pessoas da classe baixa. Diante disso, a autora chegou à conclusão de que essas pessoas usavam tal forma de tratamento porque

eram assim tratados pelos colonizadores, tanto no Brasil como em Angola, ou seja, essa era a forma a que eles tiveram acesso e que, com o tempo, foi se expandido para outros estratos sociais.

Em suma, o que se observa em relação ao efeito do contato do português europeu com as línguas africanas em Angola pode espelhar o que aconteceu no Brasil em tempos pretéritos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática focalizada neste texto traz um vasto campo para pesquisas. É tarefa para muitos estudiosos, munidos de diferentes arsenais teórico-metodológicos e com diferentes fontes de dados. Somente assim poderá a constituição do PB ser mais bem avaliada. Considerando os aspectos aqui discutidos, entende-se que o debate sobre a história sociolinguística do PB é fundamental para um entendimento contextualizado acerca da identidade linguística brasileira atual. Assim, evitam-se afirmações genéricas e focalizam-se os fenômenos linguísticos encaixados na estrutura histórico-social mais ampla da comunidade de fala analisada. Considera-se ainda que a hipótese interpretativa da *transmissão linguística irregular* é consistente para a formação do PB. Dessa forma, a constituição de *corpora* é um excelente e imperioso meio para melhor entender as complexas questões da formação e da caracterização atual do PB.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Os africanos e as falas africanas no Brasil. In: GALVES, Charlotte; GARMES, Hélder; RIBEIRO, Fernando Rosa (Org.). *África-Brasil: os caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais (Org.). *Coleção amostra da língua falada no semiárido baiano*. Feira de Santana: UEFS Editora; Salvador: Fapesb, 2008.

ARAUJO, Jorge. *Profecias morenas: discurso do eu e da pátria em Antonio Vieira*. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 1999.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias. *A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-BA: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro*. 2014. 342 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias. O português popular do semiárido baiano: fundamentos teóricos, sócio-históricos e empíricos. In: LOPES, Norma da Silva; OLIVEIRA, Josane Moreira; PARCERO, Lúcia Maria de Jesus (Org.). *Estudos sobre o Português do Nordeste: língua, lugar e sociedade*. São Paulo: Blucher, 2017.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias; ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de. O projeto A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano – Fase 3: critérios de constituição e da amostragem do banco de dados. In: FREITAG, Raquel Meister Ko (Org.). *Metodologia de coleta e manipulação de dados em Sociolinguística*. São Paulo: Edgard Blücher, 2014. p. 27-47.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

Diálogos Linguísticos e Filológicos
variação, cultura escrita e léxico

Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em:
<<http://bit.ly/2z0UkRl>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. (Org.). *Cartas brasileiras (1809-2000)*: coletânea de fontes para o estudo do português. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira. *Publica-se em Feira de Santana*: das cartas de leitores e redatores e dos anúncios em *O Progresso e Na Folha do Norte* (1901-2006). Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

GONÇALVES, Maria Filomena; BANZA, Ana Paula. Fontes metalinguísticas para a história do português clássico. In: GONÇALVES, Maria Filomena; BANZA, Ana Paula. *Patrimônio textual e humanidades digitais*: da antiga à nova filologia. Évora: Cidehus, 2013. p. 3-9.

HOUAISS, Antônio. *O português do Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade; Centro de Cultura, 1985.

KROCH, Anthony; SANTORINI, Beatrice; DIERTANI, Ariel. The Penn Parsed Corpus of Modern British English (PPCMBE2). In: ANNUAL MEETING OF THE ASSOCIATION FOR COMPUTATIONAL LINGUISTICS, 52., 23-25 jun. 2014, Baltimore. *Proceedings...* Filadélfia: University of Pennsylvania, 2016. CD-ROM. Disponível em: <<https://goo.gl/XoMmNB>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; SANTIAGO, Huda da Silva. Corpus eletrônico de documentos históricos do sertão: as cartas de inábeis. *A cor das Letras*, Feira de Santana, v. 17, p. 127-143, 2016.

LOBO, Tânia Freire Conceição. *Para uma sociolinguística histórica do português do Brasil*: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000). *Delta*, São Paulo. v. 17, n. 1, p. 97-132, 2001.

LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. In: Lucchesi, Dante; Baxter, Alan; Ribeiro, Ilza (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 41-73.

LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas*: a polarização sociolinguística no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, n. 12, p. 17-28, 1994.

MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras*: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2000.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Da sócio-história do português brasileiro para o ensino do português hoje. In: Azeredo, José Carlos

de (Org.). *Língua portuguesa em debate*. Conhecimento e ensino. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 19-33.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. De fontes sócio-históricas para a história social linguística do Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Para a história do português brasileiro: primeiros estudos*. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2001. v. 2. t. 1-2. p. 275-302.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Variação, mudança e norma (movimentos no interior do português brasileiro). In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 291-316.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004, p. 91-108.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestão para uma pauta de pesquisa. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, v. 34, p. 11-30, 2009.

MUSSA, Alberto B. N. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. 1991. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

PAGOTTO, Emílio. Norma e condescendência: ciência e pureza. *Línguas e instrumentos linguísticos*, São Paulo, n. 2, p. 49-68, 1998.

PAIXÃO DE FARIA, Pablo Picasso Feliciano de; KEPLER, Fabio Natanael; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. E-dictor: novas perspectivas na codificação e edição de corpora de textos históricos. In: ENCONTRO DE LINGUÍSTICA DE CORPUS, 8., 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UERJ, 2009. p. 69-105.

PAIXÃO DE FARIA, Pablo Picasso Feliciano de; KEPLER, Fabio Natanael; SOUSA, Maria Clara Paixão de. *An integrated tool for annotating historical corpora*. In: LINGUISTIC ANNOTATION WORKSHOP, 4.; ANNUAL MEETING OF THE ACL, 48., 2010, Uppsala. *Proceedings...* Stroudsburg: ACL, 2010. p. 217-221.

PESSOA DE CASTRO, Ieda. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

PROJETO PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO. *Plataforma de corpora do PHPB*. [S. l.], 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2tIXKBZ>>. Acesso em: 3 maio 2017.

TEIXEIRA, Eliana Pitombo. *Era uma vez você*. 2002. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

TEIXEIRA, Eliana Pitombo. *Em busca das raízes do português brasileiro*. Projeto de pesquisa. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009.

TEIXEIRA, Eliana Pitombo. O pronome você no português de Luanda. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia et al. (Org.). *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

TEIXEIRA, Eliana Pitombo; ARAUJO, Silvana Silva de Farias (Org.). *Diálogos entre Brasil e Angola: o português d'aquém e d'além mar*. Feira de Santana: UEFS, 2017.

Diálogos Linguísticos e Filológicos
variação, cultura escrita e léxico

TRÁFICO TRANSATLÂNTICO DE ESCRAVOS. *Banco de dados de viagens*. [S. l.], 2008. Disponível em: <<http://bit.ly/2KvrKvy>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Instituto de Estudos da Linguagem. *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*. Campinas, [20--?]. Disponível em: <<http://bit.ly/2yOfcLb>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. *Corpus eletrônico de documentos históricos do sertão*. Coordenado por Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira. Feira de Santana, 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/2lBH8IP>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

SOBRE OS AUTORES

Adilson Silva de Jesus

Doutorando em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Língua e Cultura (2015), também pela UFBA. Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura (2010) pela Faculdade Internacional de Curitiba (Facinter). Graduado em Letras/Inglês (2008) pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Salvador (FTC). Graduado em Letras Vernáculas (2013) pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Atua no grupo de pesquisa Constituição, Variação e Mudança do/no Português (UEFS) e no Programa para a História da Língua Portuguesa (Prohpor/UFBA), nas linhas de pesquisa História da Língua Portuguesa, Variação e Mudança no Português, Constituição Sócio-histórica do Português Brasileiro e História da Cultura Escrita no Brasil. Professor substituto da Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9012795436468330>>.

E-mail: adilsonuefs@gmail.com

Elias de Souza Santos

Mestre em Estudos Linguísticos (2018) pela UEFS. Especialista em Educação e Estudos Filológicos (2015) pela Faculdade de Candeias (FAC). Graduado em Letras Vernáculas (2015) pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *campus* XXIII, Seabra/BA. Coordenador

Jeovania Silva do Carmo, Huda da Silva Santiago,
Anaci Carneiro de Sant'ana

pedagógico da Escola Municipal Afonso Gonçalves de Souza, situada à rua Beira Rio, s/n, Velame – Seabra/BA – CEP: 46900-000.

Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4096158023461270>>.

E-mail: elias40_d@hotmail.com

Juciana Santos Cerqueira

Mestre em Estudos Linguísticos (2016) pela UEFS. Especialista em Linguagem, com enfoque nos distúrbios de linguagem/aprendizagem e na atuação em âmbito educacional pelo Centro de Especialização em Fonoaudiologia Clínica (CEFAC) – Belo Horizonte-MG. Especialista em Texto e Gramática pela UEFS. Licenciada em Letras Vernáculas pela UEFS. Bacharel em Fonoaudiologia pela Faculdade Nobre de Feira de Santana (FAN). Professora auxiliar da UNEB, Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, *campus* XXII – Rua Enock Canário de Araújo, s/n, Jeremias – Euclides da Cunha/BA – CEP: 48500-000. Tel. (75) 3271- 3227.

Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8715421841908453>>.

E-mail: jucianacerqueira@uneb.br

Marcela Moura Torres Paim

Doutora em Linguística (2007) pela UFBA. Realiza estágio de pós-doutorado UEFS pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (PNPD-Capes) 2018-2019. Professora associada do Departamento de Letras Vernáculas. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da UFBA. Diretora científica do comitê nacional do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Coordenadora brasileira do Projeto Capes – Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (Cofecub) 838/15, em parceria entre a UFBA e a Universidade Paris 13.

Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/7491110175871163>>.

E-mail: mmtppaim@ufba.br

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda

Doutora em Linguística (2009) pela UFBA. Mestre em Linguística pela mesma instituição (2005). Professora titular do Departamento de Letras e Artes e membro permanente do Mestrado em Estudos Linguísticos da UEFS. Coordena o Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa (Nelp/UEFS), atuando no projeto *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS) pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb). Integra a equipe de pesquisadores do Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB), *corpora* Bahia, e do Banco Informatizado de Textos (BIT) do Prohpor/UFBA.

Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6332025713585581>>.

E-mail: marianafag@gmail.com

Pedro Daniel dos Santos Souza

Doutorando em Língua e Cultura pela UFBA. Mestre em Letras (2005), também pela UFBA. Especialista em Língua Portuguesa: Texto (2001) pela UEFS. Graduado em Letras Vernáculas (1999) pela mesma instituição. Professor do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, *campus* XVIII, da Uneb. Membro do Prohpor/UFBA, vinculado ao subprograma História Social da Cultura Escrita no Brasil (Hisculte/UFBA), e do Grupo de Pesquisa em Memória, Espaço e Linguagem (GpMEL/UNEB). Atua nas linhas de pesquisa Constituição Histórica da Língua Portuguesa e História Social da Cultura Escrita no Brasil.

Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1441088776736965>>.

E-mail: pdsouza@uneb.br

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz

Pós-doutorado em Estudo de Linguagens (2017) pela UNEB. Doutora em Filologia e Língua Portuguesa (2002) pela Universidade

Jeovania Silva do Carmo, Huda da Silva Santiago,
Anaci Carneiro de Sant'ana

de São Paulo (USP). Mestre em Letras (1995) e graduada em Letras Vernáculas (1989) pela UFBA. Professora plena do Departamento de Letras e Artes, professora pesquisadora e orientadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) e coordenadora do Núcleo de Estudos do Manuscrito e do Grupo de Edição de Textos da UEFS. Líder dos grupos de pesquisa Núcleo de Estudos do Manuscrito, Grupo de Edição de Texto e Grupo de Estudos sobre o Léxico do Português (Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq).

Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5409685591381466>>.

E-mail: rcrqueiroz@uol.com.br

Rosana Carvalho Brito

Mestranda e especialista em Linguística e Ensino-Aprendizagem de Língua Portuguesa pela PPGEL/UEFS. Em 2015, foi premiada em primeiro lugar como melhor trabalho de iniciação científica como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) do CNPq, área de Ciências Humanas, Letras e Sociais Aplicadas. Integrante do CE-DOHS.

Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8772831116131328>>.

E-mail: carvalho.rosana@hotmail.com

Silvana Silva de Farias Araujo

Doutora em Língua e Cultura (2014) e mestre em Letras e Linguística (2005) pela UFBA. Especialista em Língua Portuguesa: Gramática (2000) pela UEFS. Professora titular do Departamento de Letras e Artes da UEFS. Professora pesquisadora do PPGEL/UEFS. Coordenadora do PPGEL/UEFS. Presidiu a Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares (Abecs), gestão 2014-2016.

É membro do conselho suplente do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste (Gelne).

Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0441614104812969>>.

E-mail: silvana.uefs.2014@gmail.com

Siméia Daniele Silva do Carmo

Mestre (2016) e especialista (2014) em Estudos Linguísticos pela UEFS. Também especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi). Professora nas redes municipal e particular de ensino.

Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5406316975027757>>.

E-mail: sidanys@hotmail.com

Vera Pedreira dos Santos Pepe

Doutora (2010) e mestre (1994) pela UFBA. Professora titular do Departamento de Letras e Artes da UEFS. Professora pesquisadora do PPGEL/UEFS. Coordenadora do Projeto de Pesquisa Consciência Fonológica em Sujeitos de Baixa Renda (UEFS-Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – ConsEPE – 095/2014). Membro do grupo de pesquisa Aquisição da Fonologia do Português (UFBA, 1986-1996), e do grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos em Neuromodulação (Nemo) da UFBA.

Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0926309539489881>>.

E-mail: verapepe2010@gmail.com

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro

Certificada em pós-doutorado em Linguística de *Corpus* e em Doutorado em Linguística (2005) pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em Letras e Linguística (1996) pela UFBA. Professora plena do Departamento de Letras e Artes e membro permanente do Mestrado em Estudos Linguísticos da UEFS.

Jeovania Silva do Carmo, Huda da Silva Santiago,
Anaci Carneiro de Sant'ana

Coordenadora do projeto CE-DOHS/Fapesb. Membro colaborador do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da UFBA, atuando como coordenadora do BIT-Prohpor/UFBA. Integra a equipe de pesquisadores do PHPB/*Corpora* Bahia.

Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5992506414152580>>.

E-mail: zenaide.novais@gmail.com

Formato: 150 mm x 210 mm
Fonte: Minion Pro
Papel miolo: Off Set, 90 g/m²
Papel capa: Cartão Supremo, 300 g/m²
Impressão: Novembro de 2018
Impressão Bigraf

SOBRE AS ORGANIZADORAS

JEOVANIA SILVA DO CARMO

Doutoranda em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica de Salvador (UCSal), mestre em Estudos Linguísticos (2012), especialista em Texto e Gramática (2000), em Língua Portuguesa (2003) e em Estudos Linguísticos (2007) pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Graduada em Letras Vernáculas (1999) também pela UEFS. É professora assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), atuando na graduação e na pós-graduação lato sensu. Coordena o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Estudos Linguísticos e Filológicos, no campus XIII, em Itaberaba-BA, da UNEB. Também coordena o projeto de pesquisa “Documentos manuscritos itaberabenses: um estudo linguístico-filológico”.

HUDA DA SILVA SANTIAGO

Doutoranda em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre (2012) e especialista em Estudos Linguísticos (2007); graduada em Letras Vernáculas (2002) pela UEFS. É integrante da equipe do Projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS) da UEFS, da equipe baiana do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB/BA), do Programa para a História da Língua Portuguesa (Prohpor) e do Programa História Social da Cultura Escrita no Brasil (Hisculte) da UFBA. Atua como professora na educação básica pela rede estadual da Bahia e é professora substituta da UNEB, atuando na graduação e na pós-graduação lato sensu.

ANACI CARNEIRO DE SANT'ANA

Especialista em Língua Portuguesa: Texto (2001) pela UEFS. Graduada em Letras (1993) pela UNEB e em Psicologia (2012) pela

Universidade Salvador (Unifacs). É professora na educação básica pela Secretaria de Educação da Bahia (SEC-BA) e professora efetiva da UNEB, atuando na graduação e na pós-graduação lato sensu. Tem interesse, principalmente, nos seguintes temas: leitura, produção textual, literatura infanto-juvenil, subjetividades, estágio e formação docente.

A coletânea *Diálogos linguísticos e filológicos: variação, cultura escrita e léxico* é constituída por oito textos: os dois primeiros abordam os estudos lexicais; o terceiro e o quarto, a história social da cultura escrita; o quinto, o processo de aquisição da escrita; e os três últimos, os estudos sobre variação e mudança do português, tanto da perspectiva sociolinguística como na linha da linguística sócio-histórica. A originalidade da obra está em apresentar um panorama do que tem sido produzido recentemente nesse campo, dando visibilidade ao trabalho desenvolvido por importantes grupos de pesquisa da Bahia. É destinada, então, aos pesquisadores e estudantes interessados em Linguística e em Filologia, a fim de contribuir para a produção de conhecimento na área, estimulando novos trabalhos.



<https://portal.uneb.br/eduneb>

ISBN 978-85-7887-353-0



9 788578 873530